

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TATIANE DA SILVA LIMA

O ACESSO DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Campo Grande, MS

2023

TATIANE DA SILVA LIMA

O ACESSO DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Faculdade de Educação como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em educação.

Área de concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: História, Políticas e Educação. Grupo de Estudos e Pesquisas Política de Educação Superior/Mariluce Bittar (GEPPE/MB).

Orientadora: Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel.

Coorientadora: Profa. Dra. Fabiany de Cássia Tavares Silva.

Campo Grande, MS

2023

Sxxxp. LIMA, Tatiane da Silva. 2023

O acesso de transexuais e travestis à educação superior / Tatiane da Silva Lima. – 2023.
193f.

Trabalho de Tese (Pós-graduação em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso
do Sul – Campus Campo Grande, 2023.

Orientadora: Carina Elisabeth Maciel.

Coorientadora: Fabiany de Cássia Tavares Silva.

1. Educação superior. 1.2. Acesso. 2.3. Travestilidade 3.I. Lima, Tatiane da Silva. II.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande. III. O acesso de
transexuais e travestis à educação superior.

CDD (xx) xxx.xxx

Tatiane da Silva Lima

O ACESSO DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Trabalho acadêmico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: Educação.

Campo Grande, MS, 03 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA:



Prof^ª. Dr^ª. Carina Elisabeth Maciel (Presidente)
Faculdade de educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Prof^ª. Dr^ª. Fabiany de Cássia Tavares Silva (Coorientadora)
Faculdade de educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Prof^ª. Dr^ª. Ana Luisa Alves Cordeiro (Membro titular)
Faculdade de educação
Universidade Federal de Mato Grosso



Prof^ª. Dr^ª. Claudia Valente Cavalcante (Membro titular)
Faculdade de educação
Pontifícia Universidade Católica de Goiás



PROF. DR. EDINEIDE JEZINE
CERUFFO 01422-06 0258015

Prof^ª. Dr^ª. Edineide Jezine Mesquita Araújo (Membro titular)
Faculdade de educação
Universidade Federal da Paraíba



Prof^ª. Dr^ª. Silvia Helena Andrade de Brito (Membro titular)
Faculdade de educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido durante a realização deste trabalho.

Às minhas orientadoras, Prof^ª. Dr^ª. Carina Elisabeth Maciel e Prof^ª. Dr^ª. Fabiany de Cássia Tavares Silva, pela confiança, disponibilidade e paciência. São minhas referências de vida, pesquisa e dedicação.

Às professoras da banca, Prof^ª. Dr^ª. Ana Luisa Alves Cordeiro, Prof^ª. Dr^ª. Claudia Valente Cavalcante, Prof^ª. Dr^ª. Edineide Jezine Mesquita Araújo e Prof^ª. Dr^ª. Silvia Helena Andrade de Brito, pela participação e contribuição desde a qualificação.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Educação Superior/Mariluce Bittar (GEPPEs/MB), pelo apoio desde o início dessa jornada.

Às minhas amigas, especialmente Joelma Inês e Vinícius de Oliveira, por serem inteligentes, benevolentes e ótimas companhias de estudos e viagens.

Ao meu namorado, Gabriel Menezes, que tem sido meu companheiro de vida e parceiro de pesquisa. Sou muito grata pela sua paciência e dedicação para comigo.

Aos meus pais, Maria Aparecida e Lívio Alberto, por todo o incentivo, apoio e suporte para que eu pudesse me dedicar aos estudos. Sou quem sou, por vocês.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo investigar as estratégias engendradas pelo Estado, pelos movimentos de transexuais e travestis e pelas universidades federais para promover o acesso de transexuais e travestis à educação superior no Brasil, no período de 2003 a 2016, cujos objetivos específicos são contextualizar as condições sociais, históricas e políticas que interferem no acesso de transexuais e travestis à educação superior; explorar a democratização do acesso à educação superior durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e de Dilma Rousseff (2011 - 2016); e analisar como essas estratégias contribuem para democratizar o acesso para transexuais e travestis à educação superior. Para tanto, sob os preceitos do materialismo histórico-dialético, mas com foco na teoria de justiça social de Nancy Fraser, o presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa documental e bibliográfica, tendo como fonte produções acadêmicas e notícias que expressam o contexto sócio-histórico de transexuais e travestis, políticas de educação superior, documentos orientadores, atos normativos que fazem menção à esse grupo na educação, e dados quantitativos sobre as/os inscritas/os que solicitaram o uso do nome social para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Como resultado, salienta-se que as estratégias elaboradas referem-se à visibilidade positiva, aos cursinhos trans, às pesquisas quantitativas, à regulamentação do nome social no ENEM e às cotas nas universidades públicas. Independentes e conjuntas, essas estratégias são medidas afirmativas que partem do reconhecimento das identidades e que podem contribuir para a democratização do acesso para esse grupo. Contudo, a sua própria premência e concretização também denota o caráter discriminatório e excludente das condições sócio-históricas, econômicas, políticas e educacionais no Brasil, cujas medidas ainda não são suficientes para incluir e beneficiar a todas/os, assim com não tendem à transformação das estruturas que suscitam as condições desiguais de acesso.

Palavras-chave: Educação superior. Transexualidade. Travestilidade.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate the strategies engendered by the State, by the transsexual and transvestite movements and by the federal universities to promote the access of transsexuals and transvestites to higher education in Brazil, in the period from 2003 to 2016, whose specific objectives are to contextualize the conditions social, historical and political factors that interfere in the access of transsexuals and transvestites to higher education; explore the democratization of access to higher education during the governments of Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) and Dilma Rousseff (2011 - 2016); and analyze how these strategies were instituted to democratize access for transsexuals and transvestites to higher education. Therefore, under the precepts of historical-dialectical materialism, but focusing on Nancy Fraser's theory of social justice, the present work was developed through documental and bibliographical research, having as source academic productions and news that express the social context. history of transsexuals and transvestites, higher education policies, guiding documents, normative acts that mention this group in education, and quantitative data on those enrolled who request the use of their social name to take the National Teaching Examination Medium (ENEM). As a result, it should be noted that the strategies developed refer to positive visibility, trans courses, quantitative research, regulation of the social name in ENEM and quotas in public universities. Independent and joint, these strategies are affirmative measures that start from the recognition of identities and that can contribute to the democratization of access for this group. However, its own urgency and realization also denotes the discriminatory and excluding nature of socio-historical, maternal, political and educational conditions in Brazil, whose measures are not yet sufficient to include and benefit everyone, just as they do not tend towards transformation. structures that give rise to unequal conditions of access.

Keywords: Higher education. transsexuality. transvestility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Produções acadêmicas sobre pessoas transexuais e travestis.....	114
Figura 2 – Relação do número de resoluções por ano no Brasil.....	117
Quadro 1 – Políticas e programas direcionadas à população LGBT.....	63
Quadro 2 – Projetos de Lei no Congresso Brasileiro para mudança de nome civil de travestis e transexuais	69
Quadro 3 – Cursinhos específicos para transexuais e travestis no Brasil.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Solicitações e aceites do uso do nome social no ENEM no período de 2014 a 2019.....	120
Tabela 2 – Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social por sexo.....	122
Tabela 3 – Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social por cor/raça.....	123
Tabela 4 – Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social por idade.....	124
Tabela 5 – Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social por situação de conclusão do ensino médio.....	125
Tabela 6 – Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social por região geográfica.....	126
Tabela 7 – Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social por situação de conclusão do ensino médio versus cor/raça.....	127
Tabela 8 – Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social por faixa etária versus cor/raça.....	128
Tabela 9 – Número de vagas para transexuais e travestis nas universidades públicas.....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade

AIDS – Acquired Immunodeficiency Syndrome (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

AM – Amazonas

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

ASTRAL - Associação de Travestis e Liberados

BA – Bahia

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BM – Banco Mundial

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BSH – Brasil sem Homofobia

CA- Califórnia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF – Constituição Federal

CFM – Conselho Federal de Medicina

CID – Classificação Internacional de Doenças

CME – Conselho Municipal de Educação

CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos dos Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNT – Coletivo Nacional de Transexuais

CONSUNI – Conselho Universitário da UFAM

CsF – Programa Ciência sem Fronteiras

DF – Distrito Federal

DIAAF – Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas

DPU – Defensoria Pública da União

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Doença Mental

DST – Doença Sexualmente Transmissível

EAP – Estratégia de Assistência ao País

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Lutam contra a AIDS

EPT – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

ESP – Escola Sem Partido

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

FORPROEX – Fórum dos Pró-Reitores das Universidades Públicas do Brasil

GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa

GEPES/MB – Grupo de Estudos e Pesquisas Política de Educação Superior/Mariluce Bittar

HIV – Human Immunodeficiency Virus (Vírus da Imunodeficiência Humana)

HSH – Homens que fazem Sexo com Homens

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

INCLUIR – Programa de Acessibilidade na Educação Superior

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

MEC – Ministério da Educação

MNU – Movimento Negro Unificado

MT – Mato Grosso

NEPGS – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade

NUDHES – Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde da População LGBT+

NUDIVERSIS – Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e da Diversidade Sexual

NUH – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT

OASISBR – Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PA – Pará

PAA – Programa de Ações Afirmativas

PBP – Programa Bolsa Permanência

PE – Pernambuco

PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNAISM – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

PNDA – Plano Nacional de DST/AIDS

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

PNE – Plano Nacional de Educação

PNPG – Planos Nacionais de Pós-Graduação

PNPM – Planos Nacionais de Políticas para Mulheres

PPA – Plano Plurianual

PPI – Preta, Parda e Indígena

PR – Paraná

PROAES – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROMISAES – Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior

PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

QSE – Questionário Socioeconômico

RENTRAL – Rede Nacional de Travestis e Liberados

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RJ – Rio de Janeiro

SE – Sergipe

SEAFI – Seção de Ações Afirmativas

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SP – São Paulo

STF - Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde
TGEU – Transgender Europe
TVT – Transrespect versus Transphobia Worldwide
UEAP – Universidade do Estado do Amapá
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UF – Unidades Federativas
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNB – Universidade de Brasília
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNESCO – Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
<i>Contextualizando o objeto de estudo.....</i>	<i>17</i>
<i>Perspectiva teórico-metodológica.....</i>	<i>25</i>
<i>Levantamento dos dados.....</i>	<i>38</i>
<i>Estrutura da tese.....</i>	<i>40</i>
1. ENTRE CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS... 42	
1.1. Reconhecimento social da transexualidade e da travestilidade.....	42
<i>1.1.1. Marginalização.....</i>	<i>46</i>
<i>1.1.2. Trabalho.....</i>	<i>51</i>
<i>1.1.3. Educação.....</i>	<i>55</i>
1.2. Os movimentos de transexuais e travestis no Brasil.....	58
2. ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....79	
2.1. Ampliação do acesso: Democratização da educação superior?.....	79
2.2. Políticas de educação superior.....	84
2.3. A (não) inclusão de transexuais e travestis.....	97
3. ESTRATÉGIAS PARA O ACESSO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS À EDUCAÇÃO SUPERIOR..... 105	
3.1. Visibilidade positiva.....	105
3.2. Cursinhos trans.....	108
3.3. Pesquisas quantitativas.....	113
3.4. Regulamentação do nome social no ENEM e nas universidades públicas.....	117
<i>3.4.1. Dados do nome social nas edições do ENEM.....</i>	<i>122</i>
3.5. Cotas para transexuais e travestis nas universidades públicas.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....135	
REFERÊNCIAS.....140	
APÊNDICE A - Levantamento de produções da pesquisa..... 166	
APÊNDICE B - Levantamento de notícias da pesquisa.....170	
APÊNDICE C - Levantamento de dados do ENEM..... 174	

INTRODUÇÃO

O presente estudo, adscrito na Linha de Pesquisa “História, Políticas e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), apresenta como objetivo geral investigar as estratégias engendradas pelo Estado, pelos movimentos de transexuais e travestis e pelas universidades públicas para promover o acesso de transexuais e travestis¹ à educação superior no Brasil, no período de 2003 a 2016.

Aludimos aos movimentos de transexuais e travestis no plural por compreendermos que, embora haja associações nacionais para representar politicamente o grupo, também há diferentes e isoladas estratégias realizadas por coletivos e associações regionais que abarcam pautas e disputas distintas, como referenciado ao longo do trabalho. Por conseguinte, priorizamos os termos transexual/transexualidade e travesti/travestilidade devido ao reconhecimento e contexto que demarcam tais identidades socialmente, como os estigmas de prostituição e criminalidade na identidade travesti e a patologia na identidade transexual, que interferem na igualdade de participação em diferentes âmbitos sociais. Logo, termos considerados como conceitos “guarda-chuva”, como transgênero/transgeneridade, não foram referenciados.

Ademais, também entendemos que tanto a travestilidade quanto a transexualidade são construções identitárias situadas na categoria de gênero. Contudo, não delimitamos que haja definições absolutas que classificam e diferenciam como deve ser uma pessoa transexual de uma pessoa travesti, haja vista que determinadas condições de existência interferem no reconhecimento e na própria identificação com os termos (BENTO, 2014). Sob essa perspectiva, não nos ateremos propriamente às subjetividades de cada reconhecimento, e sim em como tais identidades são delineadas, representadas, injustiçadas e reconhecidas social e historicamente.

Referente às demarcações temporais da pesquisa, embora centremos no período de 2003 a 2016, na tese não há uma divisão temporal absoluta, e sim uma periodização que construímos com base na promulgação das políticas de educação superior. Ademais, com a ampliação da visibilidade social e política de transexuais e

¹ Para melhor compreensão da/o leitora/or, cabe explicitar previamente que reconhecemos a transexualidade e a travestilidade enquanto identidades de gênero que destoam do sexo biológico. Isto é, de acordo com o sexo biológico, pessoas transexuais e travestis foram identificadas pertencentes a um gênero, homem ou mulher, porém, se reconhecem e se expressam em outro. Ao longo da introdução aprofundaremos essa conceituação.

travestis somente a partir da década de 2000, a maioria das informações e dos dados encontrados são direcionados a esse período.

Todavia, para investigar as estratégias em sua totalidade, ao longo do estudo pontuamos tanto condições sócio-históricas antecedentes quanto dados posteriores às políticas e estratégias. Para exemplificar, na primeira seção apresentamos as condições sociais, históricas e políticas de transexuais e travestis no Brasil desde antes dos anos 2000, enquanto na terceira seção, além de analisar as estratégias engendradas no período de 2003 a 2016, também analisamos dados das/os participantes que solicitaram o nome social nas edições de 2015 a 2019 do ENEM, pois, foi durante esse período em que houve levantamento e divulgação dessas informações.

Por fim, como as ações dos governos são determinantes para a estruturação de um sistema de educação superior (MACIEL, 2020), elegemos o recorte temporal a partir das políticas desenvolvidas nos governos de Lula e de Dilma por, além de pertencerem à mesma ala partidária e não ter havido ruptura de projetos, foi durante esse período em que houve modificações mais significativas para a educação superior, como o processo expansionista balizado pelo discurso de inclusão e democratização desse nível de ensino, e, particularmente, por ter sido nesses governos em que houve maior abertura política frente às reivindicações de transexuais e travestis. Desse modo, ainda que analisemos os dados do ENEM nos anos posteriores, não nos aprofundamos nos governos e políticas dos referidos períodos.

Em seguimento, para o desdobramento do objetivo geral, os objetivos específicos são contextualizar as condições sociais, históricas e políticas que interferem no acesso de transexuais e travestis à educação superior; explorar a democratização do acesso à educação superior durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e de Dilma Rousseff (2011 - 2016); e analisar como as estratégias engendradas pelos movimentos, pelo Estado e pelas universidades públicas contribuem para democratizar o acesso para transexuais e travestis à educação superior.

Partindo da tese, que encaminha a apresentação dos dados da investigação realizada, de que delineadas por um sistema econômico desigual e excludente, as condições de existência de transexuais e travestis são permeadas por injustiças econômicas e culturais que demandam ações específicas para propiciar seu acesso à educação superior, as problemáticas que nortearam este estudo são: Quais as condições sócio-históricas e políticas de transexuais e travestis, enquanto um grupo demarcado pela identidade, que interferem no acesso à educação superior? As políticas de educação

superior promulgadas durante os governos de Lula e de Dilma contribuíram para esse acesso? Quais as estratégias elaboradas pelo Estado, pelos movimentos de transexuais e travestis e pelas universidades para promover o acesso desse grupo à educação superior?

Sob esse pressuposto, o objeto desta pesquisa reside sobre as estratégias para promover o acesso de transexuais e travestis à educação superior, especificamente aos cursos de graduação das universidades públicas do Brasil, no período de 2003 a 2016. Para analisar tais estratégias, centramos em identificar as ações elaboradas pelo Estado, pelos movimentos de transexuais e travestis e pelas universidades públicas que objetivam promover o acesso para transexuais e travestis, de acordo com as especificidades que impedem a paridade de participação desse grupo.

Para tanto, à luz do materialismo histórico-dialético, com foco na teoria de justiça social de Nancy Fraser, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa documental e bibliográfica². Utilizamos como fonte produções acadêmicas e notícias que discutem acerca das vivências de transexuais e travestis; documentos que orientam as políticas de educação superior promulgadas durante os governos de Lula e de Dilma; documentos que orientam e mencionam transexuais e travestis; atos normativos que se referem ao acesso de transexuais e travestis à educação; e dados estatísticos sobre participantes que solicitaram o uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nas universidades públicas, no período de 2015 a 2019.

Devido à ausência de fontes de informações sobre a permanência de transexuais e travestis na educação superior, nossas análises tiveram como base produções acadêmicas, dados quantitativos e políticas centradas, majoritariamente, no acesso e, em especial, nas universidades públicas. Entretanto, compreendemos que esse acesso deve se efetuar de forma ampla, além do ingresso por meio de um processo seletivo, correspondendo também à permanência com garantia de condições que favoreçam a conclusão, mediante políticas de permanência e projetos institucionais.

Outrossim, como entendemos que há diferentes mecanismos para democratização na ampla dimensão do acesso, centramos nossa análise nas ações que visam promover o ingresso específico de transexuais e travestis nas universidades públicas. Portanto, não nos aprofundamos nas políticas para permanência, ainda que reconheçamos que as condições sociais, históricas e políticas também influenciam no cotidiano acadêmico, bem como na desistência precoce ou no tempo maior na graduação. Nesse bojo, a concepção de democratização que embasa este estudo parte

² A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em 04 de julho de 2021, número do parecer 4.825.548.

dos processos de acesso à educação superior, cujas políticas de expansão não esgotam o projeto de promover condições para o ingresso de grupos historicamente excluídos.

Identificamos, nesse contexto, as ações engendradas pelo Estado, pelos movimentos de transexuais e travestis e pelas universidades públicas como estratégias enquanto uma categoria analítica, as compreendendo como medidas, comumente autônomas e que não apresentam força de lei, para viabilizar e ampliar as condições de acesso de transexuais e travestis à educação superior, ainda que não sejam vistas sob essa perspectiva. Dessa forma, embora concretizadas por diferentes agentes, essas estratégias objetivam o mesmo fim e dispõem sobre o mesmo grupo reivindicante.

Focamos nas estratégias engendradas pelas universidades públicas, pois, essas dispõem de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, além de terem o dever de desenvolver e obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, segundo a Constituição Federal (CF) de 1988. Ademais, ainda que reconheçamos que nem todos os problemas estruturais podem ser solucionados pelas instituições (DIAS SOBRINHO, 2013), como um bem público, dever do Estado e direito de todas/os, compreendemos que as universidades, ao aspirarem por sua condição de universalidade, podem ter grande potencial para a mudança da sociedade ao oferecer um ensino crítico e emancipatório, visando o alcance de uma sociedade mais justa e democrática.

Contextualizando o objeto de estudo

Para a escrita do trabalho a linguagem utilizada será na primeira pessoa do plural, pois, reconhecemos que não se trata de um trabalho individual, mas sim de um trabalho realizado em conjunto, escrito e pesquisado por mim, mas acompanhado e guiado por minhas orientadoras e pelas leituras realizadas. Contudo, neste primeiro momento usarei a linguagem na primeira pessoa do singular para apresentar os contextos que orientaram o desdobramento deste estudo, como forma de me situar em relação à delimitação da pesquisa.

De modo geral, meu interesse frente ao acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior tem se consolidado desde a graduação. Em 2016, durante o último ano do curso de pedagogia, enquanto verificava minhas redes sociais me deparei com o depoimento de Sofia Favero, uma mulher transexual que foi vítima de assédio e humilhação por parte das/os demais passageiras/os em um transporte público a caminho da faculdade, em Aracaju/SE (BNEWS, 2014).

A partir desse relato, percebi que infreqüentemente via pessoas transexuais e/ou travestis no meu cotidiano, principalmente na universidade em que estudava. Então, para o trabalho de conclusão de curso, foquei em estudar sobre o fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis na educação básica. Aqui cabe destacar que compreendemos como fracasso escolar a não conclusão do período de escolaridade obrigatória, no qual há aspectos que, além do controle das/os estudantes, interferem no rendimento escolar. Concernente às estudantes transexuais e travestis, por exemplo, muitas deixam de frequentar a escola em razão de situações de violência, desrespeito e discriminação (LIMA; XAVIER FILHA, 2017).

Por conseguinte, após concluir o curso de pedagogia, participei como ouvinte de uma roda de conversa sobre gênero e educação denominada “Tem travesti na UFMS?”, realizada no dia 20 de junho de 2017 na UFMS pelo Impróprias - Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças³, em parceria com a Seção de Ações Informativas (SEAFI), Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (DIAAF) e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), no campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, situado na capital Campo Grande.

Nesse evento as funcionárias da DIAAF, unidade responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade e as políticas afirmativas na UFMS, afirmaram que, desde a regulamentação da Resolução nº 41/2012 para estabelecer normas de procedimento a serem adotadas na UFMS para o uso do nome social⁴ de travestis e transexuais nos registros funcionais e acadêmicos, 06 estudantes solicitaram o uso do nome social no período de 2013 a 2017.

Após obter tais dados na roda de conversa e me informar acerca da vivência de transexuais e travestis na UFMS, comecei a participar das reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisas Política de Educação Superior/Mariluce Bittar (GEPPE/MB)⁵, coordenado pela prof^a Dr^a Carina Elisabeth Maciel, e iniciei meus estudos acerca das políticas de acesso e permanência para educação superior. Nesse período busquei atrelar

³ Coordenado pelo prof^o Dr^o Tiago Duque, o Impróprias desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão direcionadas às questões de gênero, sexualidade e diferenças, com o objetivo de visibilizar a luta e garantia da ampliação de direitos e de contribuir para a formação de diferentes profissionais, favorecendo o trabalho inter-multi-disciplinar em todas as suas ações (FACH, 200?).

⁴ O nome social refere-se ao nome pelo qual as pessoas transexuais e travestis se identificam e/ou preferem ser identificadas, não correspondendo ao nome do registro civil.

⁵ Coordenado pela prof^a Dr^a Carina Elisabeth Maciel, o GEPPE/MB desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão direcionadas à educação superior, com o objetivo de reunir pesquisadoras/es da região centro-oeste, contribuir para a formação de novas/os pesquisadoras/es e colaborar no processo de consolidação da produção científica (GEPPE/MB, 200?).

minhas inquietações a respeito do acesso de transexuais e travestis às leituras empreendidas no grupo de estudos com o intuito de desenvolver este trabalho⁶.

Dessarte, a partir do princípio de que a educação é um bem público, no qual o acesso à educação superior deve ser reconhecido enquanto direito para todas/os, e enquanto pedagoga e pesquisadora da área de educação formada (e seguindo em formação) em uma universidade pública, esta pesquisa foi delineada e produzida com o intuito de compreender e questionar como democratizar esse nível de ensino para além da expansão, haja vista que, em uma sociedade econômica e culturalmente desigual e excludente, há diferentes grupos que requerem medidas específicas e direcionadas. Sob essa perspectiva, a pretensão da pesquisa está em contribuir para a discussão da democratização da educação superior a partir de uma concepção de justiça social, com foco no acesso de grupos historicamente excluídos desse nível de ensino em consequência de injustiças tanto econômicas quanto culturais.

O Brasil segue em primeiro lugar no *ranking* dos países que mais matam pessoas transexuais e travestis no mundo⁷. A partir desse dado, e com base na revisão bibliográfica realizada para o desenvolvimento da pesquisa, compreendemos que, como transexuais e travestis têm sido historicamente excluídas/os de determinadas espaços institucionais e de relações sociais, o acesso desse grupo à educação superior trata-se de um fenômeno ainda em movimento, em processo de construção e expansão, cuja temática se configura como uma preocupação científica relativamente nova.

Embora desde 1960 uma gama de produções acadêmicas sobre pessoas transexuais e travestis tenha sido publicada no Brasil, poucos dados estatísticos foram produzidos. A maioria das pesquisas é empírica, está concentrada nas áreas de psicologia e medicina, analisa o diagnóstico (psicológico e psiquiátrico), a construção da identidade e do corpo, e não objetiva instituir esse grupo no sentido demográfico, de modo que não é sabido exatamente sobre o quantitativo e o perfil socioeconômico de transexuais e travestis em âmbito nacional, por exemplo (PEREIRA, 2018).

Após realizar o mapeamento da produção acadêmica brasileira sobre pessoas transexuais e travestis, Thiago Pereira (2018)⁸ constatou que essa “temática” surgiu,

⁶ Inicialmente ingressei no mestrado com o objetivo de analisar o acesso de transexuais e travestis somente na UFMS, mas, durante a qualificação, migrei para o doutorado e expandi o objetivo da pesquisa.

⁷ O Brasil mantém a posição de país que mais mata pessoas transexuais e transexuais no mundo, à frente de México e Estados Unidos, segundo a ONG *Transgender Europe* (TGEU) que monitora 71 países (OLIVEIRA, 2021).

⁸ Optamos por utilizar o prenome das/os autoras/es para que haja marcação e reconhecimento da identidade de gênero das autoras mulheres, considerando que a não explicitação do primeiro nome acaba

ainda que precariamente, no final do século XIX e ganhou força em meados do século XX, cujos trabalhos foram distribuídos em 15 temas de pesquisa: construção da identidade; etiologia, clínica e diagnóstico; construção corporal; retificação de nome e gênero; saúde; prostituição; representação na mídia; educação; processo transexualizador; Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV); relacionamentos afetivos e sexuais; atuação política; montagem *drag*; políticas públicas e outros (sem enquadramento predominante).

Os temas de pesquisa foram organizados por Pereira (2018) a partir da análise dos títulos e resumos, portanto, para melhor entendimento sobre as questões que mais interessavam as/os autoras/es dos trabalhos encontrados, descreveremos brevemente cada tema de pesquisa. A concentração de estudos no tema construção da identidade, por exemplo, é alusivo às produções que discutem sobre como as pessoas transexuais e travestis se identificam e as diversas estratégias utilizadas nesse processo (nomes e gêneros gramaticais para se referir a si mesmo, relação com o próprio corpo, formas de autorrepresentação nas redes sociais, e entre outros).

O tema etiologia, clínica e diagnóstico refere-se aos estudos que investigam as causas da transexualidade, critérios para diagnósticos e orientações para atendimentos psicológicos, psiquiátricos ou em outras especialidades da saúde direcionadas para o diagnóstico e tratamento, enquanto o tema construção corporal engloba os trabalhos que investigam as técnicas utilizadas para “construção” do corpo, como o uso de hormônios, silicone injetável, cirurgia de transgenitalização⁹, exercícios físicos e vestimentas de acordo com a identidade de gênero.

O tema retificação de nome e gênero é dominado pela área de direito, haja vista que está centrado no debate da possibilidade jurídica e favorecimento da retificação do nome e gênero no registro civil, já o tema saúde categoriza as produções que não se encaixam no tema etiologia, clínica e diagnóstico, mas que se referem à avaliação do atendimento às pessoas transexuais e travestis nos serviços de saúde (discriminação, desrespeito ao nome social, capacitação de funcionárias/os). Por conseguinte, no tema prostituição há análises sobre a relação entre a prostituição de travestis e o território ocupado para a prostituição.

sendo interpretada como autoria masculina, devido a invisibilização das mulheres ao longo da história e na produção de conhecimento. Esta é uma escolha política.

⁹ Cirurgia realizada com o objetivo de adequar as características físicas e dos órgãos genitais (construção de uma nova genitália ou remoção de órgãos como pênis, mama, útero e ovários) de acordo com o corpo que a pessoa considera adequado para si.

O tema representação na mídia contempla as produções que analisam a construção de uma ou mais personagens transexuais ou travestis em filmes, o discurso de jornais e revistas sobre a imagem desse grupo e a sua representação na televisão, enquanto o tema educação parte da experiência das pessoas transexuais e travestis enquanto estudantes e professoras/es das escolas, e da política do uso do nome social nesse ambiente. Em sequência, o tema processo transexualizador está centrado no debate acerca da política desse processo e na avaliação dos resultados dos procedimentos utilizados (hormonização e cirurgias de transgenitalização)¹⁰.

O tema HIV também se refere à área da saúde, na qual se estuda e avalia as condições que levam as pessoas transexuais e travestis a serem mais vulneráveis à contaminação pelo HIV e as políticas de prevenção, enquanto relacionamentos afetivos e sexuais foca na negociação do trabalho da prostituição e na violência nos relacionamentos entre pessoas transexuais e travestis e suas/seus parceiras/os. Já a temática atuação política está centrada nos movimentos sociais, nas suas redes de apoio e nas estratégias de ação.

Contrariamente, o tema montagem *drag* diz respeito às experiências de pessoas transexuais e travestis na montagem e performance em festas e boates (com maquiagem e roupas para performar feminilidade ou masculinidade ao se apresentar adotando uma personagem), enquanto o tema políticas públicas abrange produções que analisam políticas públicas de saúde, de educação, HIV, processo transexualizador e atuação política, sem classificação específica de trabalhos como “política pública”. Por fim, o tema outros também não apresenta um enquadramento predominante.

Por conseguinte, com base no mapeamento organizado por Pereira (2018), identificamos que os trabalhos produzidos sobre pessoas transexuais e travestis no Brasil estão concentrados, em sua maior parte, na construção da identidade, do corpo e do diagnóstico. Não obstante, direcionando à área de educação, as pesquisas centradas no contexto educacional visam analisar questões pertinentes à práticas discriminatórias,

¹⁰ O processo transexualizador inclui as cirurgias de redesignação sexual, mastectomia, plástica mamária reconstrutiva ou tireoplastia, e o tratamento hormonal com testosterona ou estrogênio para alterações no corpo (crescimento de barba, diminuir gordura acumulada nas mamas, diminuir a quantidade de músculos, crescimento de mamas, entre outras). Tais procedimentos, além do acompanhamento pré e pós-operatório, são assegurados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Portaria nº 2.803/2013 (antes Portaria nº 1.707/2008), somente para as pessoas transexuais e travestis que são diagnosticadas por meio de um laudo psiquiátrico. O diagnóstico é definido de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID 10 de 1989, e, posteriormente, CID 11 de 2018), que classifica a transexualidade como “incongruência de gênero”.

evasão escolar, políticas sobre o uso do nome social, estratégias para permanência na escola e experiências de professoras transexuais e travestis.

Em contraponto, em nosso levantamento bibliográfico realizado em 2020, encontramos 07 produções centradas no contexto universitário, cujas análises são pertinentes aos cursinhos para transexuais e travestis (ITAQUI, 2018; SILVA, 2017b), às resoluções sobre o uso do nome social nas universidades públicas (CORREA, 2017; SILVA, 2017a; SOUZA, 2019), aos processos de formação e permanência (SANTOS, 2017) e às dificuldades de acesso e permanência (SCOTE, 2017).

Ao articular os temas de pesquisa com as condições históricas e sociais que permeiam as identidades transexuais e travestis, foi possível reconhecer os diversos aspectos que interferem no percurso da produção de conhecimento sobre esse grupo. Entretanto, conforme a delimitação deste estudo, consideramos que a histórica ausência de trabalhos sobre o acesso de transexuais e travestis à educação superior, e, conseqüentemente, seus recentes estudos, também contemplam três principais contextos; a exclusão estrutural que esse grupo pode vivenciar desde o âmbito familiar, a recente visibilidade e organização política de transexuais e travestis no Brasil, e a promulgação de políticas de educação superior.

Todavia, ainda que elejamos esses recortes, reconhecemos que o objeto não está isolado de uma estrutura social, de modo que devemos considerar as condições materiais em que tem sido constituído, identificando conflitos, disputas e contradições expressas nos embates tecidos nesse processo. Assim, em interação com as relações que o elaboram em determinado espaço e tempo, na qual as valorações culturais interferem direta ou indiretamente na forma de pensar e agir, compreendemos que o objeto também é determinado pelas condições econômicas, sociais e políticas nas quais se expressa e que nos permitem compreender, inclusive, sua “invisibilidade” no tecido social.

Portanto, preservando uma dimensão materialista, mas reconhecendo como as normas de gênero também são parte da totalidade concreta que integra as condições sociais, históricas e políticas que permeiam esse grupo, consideramos que, para investigar as estratégias engendradas para promover o acesso de transexuais e travestis à educação superior em um determinado período histórico, devemos ter em vista tanto as dimensões econômicas quanto culturais.

Em virtude das normas que estigmatizam a transexualidade e a travestilidade como identidades destoantes, pessoas transexuais e travestis podem ser excluídas de espaços institucionais ao serem associadas ao pecado, à marginalidade, à prostituição e

à patologia. Conquanto, tais associações também são estabelecidas em decorrência da própria exclusão e violação de direitos. Isto é, por destoarem das normas de gênero, são postas à margem das relações sociais e recorrem à prostituição para sobrevivência, e/ou são categorizadas enquanto doentes, estando classificadas como “disforia de gênero” no Manual Diagnóstico e Estatístico de Doença Mental (DSM 5). Por fim, por essa marginalização, permanecem estigmatizadas e excluídas.

Como as condições de injustiças se constituem no acesso dificultado ou impedido aos direitos civis, podem ocorrer de modo consequente. Primeiro são excluídas/os do convívio familiar, do ambiente escolar e, posteriormente, do mercado de trabalho, até serem incluídas/os em trabalhos informais, como a prostituição (JESUS, 2012). Nesse processo, os estigmas podem torná-las/os excluídas/os socialmente a partir da ruptura com o vínculo social, uma vez que o não-reconhecimento/não aceitação pode ter início no ambiente familiar, e progredir a outros espaços institucionais,

[...] a expulsão de casa aumenta imensamente a vulnerabilidade social das pessoas. Se as famílias as aceitassem, possivelmente teriam melhores condições de sobrevivência por conta de um maior investimento em suas vidas escolares, melhorando, assim, suas qualificações profissionais, estando melhor preparadas para o mercado de trabalho e, acima de tudo, escolarizadas (ACOSTA, 2016, p. 47).

Quando transexuais e travestis não são aceitas/os pelos membros da família, comumente são expulsas/os de casa ou vão embora em razão de violências físicas e psicológicas. Como efeito, devido a ausência de apoio familiar, podem ter dificuldades para concluir o período de escolaridade obrigatória e melhorar suas qualificações profissionais, dado que a escola pode ser uma tortura diária ao produzir e reproduzir diferenças, distinções e desigualdades por meio de múltiplos mecanismos de classificação e organização que visam distanciar identidades desviantes das normas.

Ainda que a educação seja um direito que deve ser garantido a todas as pessoas, a escola, sendo inicialmente concebida para acolher algumas/ns e, posteriormente, requisitada por aquelas/es às/aos quais havia sido negada, se faz diferente para determinados grupos que comumente não são acolhidos quando há práticas discriminatórias. Sob esse pressuposto, no contexto educacional de transexuais e travestis, a recusa do nome social e o impedimento do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero são algumas práticas recorrentes que se caracterizam como formas de injustiças que interferem na conclusão dos estudos e, por consequência, no acesso à educação superior.

Nesse ínterim, desde o final dos anos 1990, transexuais e travestis têm se organizado politicamente na luta por acesso e garantia de direitos, mobilizando estratégias para adentrar espaços e minorar situações de opressão. Algumas reivindicações obtiveram reconhecimento político no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) por meio das políticas e programas de prevenção e combate à epidemia do HIV e Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS), mas, durante as gestões de Lula e de Dilma, os movimentos conquistaram espaços participativos, planos, programas e resoluções específicas em outras áreas da saúde, da educação e da segurança.

No âmbito educacional, durante o governo Lula foram publicados políticas e programas que traziam em suas pautas a equidade de direitos para as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT), como o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) (2004), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (2009), e o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) (2009), que, embora não preconizassem transexuais e travestis, foram documentos basilares para a elaboração de portarias e resoluções sobre o uso do nome social em escolas municipais e estaduais.

Já durante o governo Dilma, a principal política correspondente a todos os níveis e modalidades de ensino foi a Resolução nº 12/2015, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência em instituições de ensino referentes à adoção do nome social nos formulários e nos sistemas de informação de seleção, inscrição, matrícula, frequência, avaliação e outros, e garantia do uso de banheiros e uniformes de acordo com o gênero.

Frente o acesso à educação superior, as políticas direcionadas à expansão, ao acesso e à permanência, como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (2007), a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), a reformulação do ENEM (2009), a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (2010), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (2010) e a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Política de cotas, embora tenham contribuído para a mudança do perfil socioeconômico das/os estudantes que têm ingressado nas universidades federais¹¹, e tenham circunscrito uma parcela das/os

¹¹ Segundo a IV e a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das Ifes realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2014 e 2018, a democratização do acesso modificou o perfil das/os discentes dos cursos de graduação das universidades federais, havendo um “[...] aumento numérico da presença de estudantes do

estudantes transexuais e travestis que consegue concluir o período de escolaridade obrigatória, não mencionam suas especificidades.

Nesse segmento, consolidamos o objetivo da pesquisa em investigar as estratégias engendradas pelo Estado, pelos movimentos de transexuais e travestis e pelas universidades públicas para promover o acesso desse grupo à educação superior no Brasil, no período de 2003 a 2016. Para tanto, como ainda não há pesquisas de âmbito nacional organizadas por órgãos governamentais, como por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) ou do Ministério da Educação (MEC), sobre como e quantas pessoas transexuais e travestis residem no país e quantas/os estudantes transexuais e travestis ingressam na educação superior anualmente, foi por meio de levantamentos realizados por associações¹², produções acadêmicas e notícias em mídias sociais que estimamos a vivência desse grupo e sua relação com a educação superior.

Desse modo, tendo em vista que uma noção do real pode ser definida e analisada a partir de elementos permeados por interesses, contradições e lutas que constroem múltiplas formas de significações, nos tópicos seguintes explicitamos a perspectiva teórico-metodológica adotada.

Perspectiva teórico-metodológica

Sob os preceitos do materialismo histórico-dialético, mas com foco na teoria de justiça social de Fraser, nos propomos a investigar as estratégias engendradas pelo Estado, pelos movimentos de transexuais e travestis e pelas universidades públicas para promover o acesso de transexuais e travestis à educação superior no Brasil, no período de 2003 a 2016. Primeiro objetivamos sistematizar porque esse grupo, enquanto uma coletividade cuja identidade de gênero é seu modo de diferenciação, requer ações específicas, quais suas reivindicações e como se mobilizam politicamente.

Após apresentar as injustiças econômicas e culturais¹³ que interferem no acesso à universidade, exploramos o contexto da educação superior para discutir se as políticas

sexo feminino, de autodeclarados pretos e pardos, de indígenas, cuja renda familiar mensal per capita encontra-se dentro da faixa de elegibilidade do PNAES, sendo que a maioria destes cursou o ensino médio em escolas públicas” (ANDIFES, 2019, p. 07).

¹² Como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e a Andifes.

¹³ Conforme Fraser (2022, p. 71), identificamos e assimilamos as diferenciações (sejam de gênero, sexualidade, raça, dentre outras) enquanto ‘aspectos culturais’, pois, são enraizadas na estrutura cultural-valorativa da sociedade, “que não se confundem com questões relativas à estrutura político-econômica”. Portanto, as injustiças são categorizadas como econômicas ou culturais.

implementadas durante os governos de Lula e de Dilma incluem as pessoas transexuais e travestis, e compreender porque as estratégias foram elaboradas. Por fim, identificamos as estratégias engendradas pelo Estado, pelos movimentos sociais e pelas universidades públicas, e as analisamos como contribuem para democratizar o acesso desse grupo à educação superior.

Para o desenvolvimento do estudo proposto, isso implicou em integrar as concepções acerca da identidade de gênero, normas de gênero, transexualidade e travestilidade à estrutura político-econômica da sociedade contemporânea, visando não tomar o capitalismo como um sistema que opera exclusivamente mediante as relações de classe, isto é, apartado das outras relações sociais, mas sim identificar como tal sistema se apropria e interfere nas desigualdades de gênero e na legitimação da subordinação de determinados grupos.

Diante de tal complexidade e consoante à teoria de justiça social elaborada por Fraser (2022), que propõe uma concepção ampla de **justiça** que contemple as dimensões do reconhecimento e da redistribuição tratando-as igualmente fundamentais e irreduzíveis, analisamos as estratégias para promover o acesso de transexuais e travestis à educação superior enquanto ações que, embora se sobressaiam as reivindicações por reconhecimento, ainda estão imbricadas em um sistema marcado por desigualdades, marginalização e exploração econômica, que também impede a igualdade de participação desse grupo.

À luz da perspectiva teórica de superar a dualidade entre o cultural e o socioeconômico, o simbólico e o material, e de articular uma base que não os sobreponha, a noção abrangente de justiça condiz com a garantia da universalidade dos direitos humanos e com o **status de paridade participativa**, a fim de reformular as dissociações entre política de identidade e de classe, por meio da resolução das injustiças econômicas e culturais. Abarcando tanto as demandas por **redistribuição** quanto por **reconhecimento**, a promoção da justiça na sociedade contemporânea assume, portanto, que ambos os eixos não se excluem, sendo simultaneamente culturais e socioeconômicos.

Separando-os com fins meramente analíticos, uma vez que ambos se apresentam interligados, primários e reais, a distinção normativa entre reconhecimento e redistribuição refere-se às diferentes demandas que obstaculizam a **igualdade de participação** na interação social. Embora o reconhecimento esteja arraigado em padrões institucionalizados de representação, interpretação e comunicação, e a

redistribuição tenha relação com a estrutura político-econômica da sociedade, tanto as injustiças de não reconhecimento, ou falso reconhecimento, quanto as injustiças de distribuição, ou injustiças distributivas, interferem nas condições de igualdade de oportunidades e de garantia de direitos.

Nesse bojo, o não reconhecimento significa, além do desprezo, inferiorização ou desvalorização, a subordinação social por meio da negação ou impedimento de participação como igual em consequência de padrões institucionalizados, seja na política, na medicina ou na cultura, que reforçam a estigmatização e a marginalização, demandando ações políticas para o reconhecimento das diferenças, valorização da diversidade cultural e/ou transformação dos padrões que valorizam determinada cultura e identidade. Conquanto, o não reconhecimento também pode apresentar materialidade tanto em sua existência quanto em seus efeitos, uma vez que podem impactar, inclusive, em questões distributivas, como evasão escolar, baixos salários, maior incidência de desemprego, empregos informais e menor acesso a direitos.

Os **padrões institucionalizados** podem ser explicitados como padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, que, quando há injustiças enraizadas, podem ser exemplificados pela dominação cultural (quando um grupo é submetido à padrões associados a outra cultura e que são alheios e/ou hostis à sua), pela ausência de reconhecimento (quando um grupo é invisibilizado por práticas que dispõem de autoridade em sua própria cultura) e pelo desrespeito (quando um grupo é difamado e rebaixado em representações culturais estereotipadas e/ou em interações na vida cotidiana) (FRASER, 2022).

Já as injustiças distributivas, alicerçadas na estrutura econômica da sociedade, se referem à exploração trabalhista, à marginalização econômica, no sentido de ser mal remunerada/o ou não ter acesso a trabalhos formais, e à privação de acesso a uma vida material adequada. Aqui, a maior solução demandada é uma forma de reestruturação político-econômica, que pode envolver ações ou políticas de redistribuição, reorganização da divisão do trabalho, redistribuição de renda e/ou a transformação de outras estruturas econômicas básicas.

De modo geral, as ações de reconhecimento requerem sobressair as diferenças dos grupos subordinados, seja por raça, gênero, sexualidade ou classe, para que tenham acesso aos seus direitos e reconhecimento legal ou cultural, enquanto as ações de redistribuição requerem que todos tenham direitos iguais e acesso equitativo aos recursos econômicos. Todavia, mesmo apresentando essas distinções, todas as injustiças

estão imbricadas e difundidas na sociedade, de forma que, na prática, todos os movimentos podem lutar por ambas as demandas, sendo possível distingui-las somente de acordo com a dimensão que prevalece no conjunto das reivindicações.

A estratificação de classe e os padrões institucionalizados de valoração cultural são ordens de subordinação que produz desigualdades entre grupos sociais, favorecendo alguns e desfavorecendo outros ao interferirem no acesso aos meios materiais de participação como igual. Assim, partindo das relações estruturais de dominação e subordinação, entendemos que os **grupos subordinados** são as coletividades que têm negado seu *status* de igualdade participativa por meio de injustiças econômicas e/ou culturais que podem se reforçar mutuamente.

Então, ao analisarmos a partir da concepção ampliada de justiça, englobando elementos econômicos e culturais presentes na sociedade contemporânea, interpretamos as diferentes reivindicações como lutas por justiça e pelo *status* da igualdade, reconhecendo a particularidade de suas demandas e aproximando as similaridades que não se opõem. Ter o *status* de parceira/o integral negado nas interações sociais, ou ser impedida/o de participar como igual na vida social, é o princípio geral das injustiças e é esse que requer soluções (FRASER, 2006; 2007; 2009; 2017; 2022).

As reivindicações por reconhecimento e/ou por redistribuição devem atender aos anseios de dispor os grupos subordinados em paridade participativa, tanto em aspectos culturais quanto econômicos. Dessa forma, para tratar as injustiças na perspectiva da equidade, cabe considerar as dialéticas implicações entre as demandas por igualdade, que incidem na distribuição de renda, superação da exploração e diferenças de classe, como também as demandas pelo reconhecimento das diferenças, que incidem na hierarquia de *status*, desrespeito e desvalorização frente às identidades.

Ademais, embora não pretendemos apresentar uma revisão teórica mais extensa acerca dos estudos de gênero e das causalidades das normas de gênero, além da identidade de gênero, os termos sexo e orientação sexual também são explicitados para diferenciar seus aspectos. Dessarte, recorreremos às/aos autoras/es Berenice Bento (2014; 2017), Guacira Lopes Louro (2014), Jorge Leite Junior (2008) e à Jaqueline Jesus (2012; 2017) como ponto de apoio para compreender como a transexualidade e a travestilidade têm sido interpretadas histórica e socialmente, haja vista que a distinção entre o reconhecimento social de ambas também perpassa condições culturais, históricas, econômicas e políticas.

Compreendemos que a **transexualidade** e a **travestilidade**, independentemente de suas especificidades que serão aprofundadas na seção 1, correspondem à autoidentificação com as expressões de gênero conforme as representações sociais de masculinidade e feminilidade consolidadas em cada cultura e em dado período histórico. Portanto, ao condizerem com a autopercepção e expressão de mulher e/ou homem, ambas são construções identitárias situadas na categoria de gênero, não estando condicionadas ao sexo (BENTO, 2014).

Segundo Louro (2014), o **gênero** é uma categoria analítica e política que se constitui sobre os corpos, enfatizando a construção social e histórica acima do sexo biológico. Nessa lógica, o gênero pode ser explicado fazendo parte da pessoa, constituindo-a, de acordo com as concepções que são estabelecidas socialmente. O reconhecimento do gênero é congruente ao contexto social, compreendido por meio de práticas e expressões, mediante o que é definido como atos próprios de uma mulher ou de um homem. Assim, o ato de colocar uma roupa, escolher um corte de cabelo, a maneira de andar, a estética facial e corporal, entre outros, é que fazem o gênero.

Visando a distinção entre sexo e gênero, bem como para rejeitar o determinismo biológico que reduz a conduta de mulheres e homens ao sexo, o termo gênero passou a ser empregado por pesquisadoras feministas anglo-saxãs, entre o período de 1960 e 1970, com o intuito de evidenciar que as desigualdades de gênero, principalmente a subordinação das mulheres, não são condições fundantes da natureza humana, mas sim estruturadas historicamente a partir das condições materiais constituídas em diferentes contextos sociais.

Em detrimento do desenvolvimento da propriedade privada e da acumulação de riquezas, a divisão do trabalho entre mulheres e homens, no qual cabia ao homem providenciar alimentos e instrumentos de trabalho e à mulher cuidar da casa e das/os filhas/os, consolidou o sexo como uma forma de hierarquização, conferindo ao homem uma posição mais considerável e convertendo a mulher em servidora, escrava do prazer e mero instrumento de reprodução (ENGELS, 1984).

À medida que as riquezas iam aumentando e a ordem de herança (propriedade e escravas/os) era passada somente de pai para filho, para assegurar a fidelidade da mulher e garantir a paternidade, o homem detinha sua esposa sob seu poder, de modo que se escolhesse matá-la não faria mais do que exercer um direito seu. Com efeito, a condição oprimida da mulher tornou-se gradualmente reformulada, e, mesmo que em

alguns lugares tenha sido até revestida de formas mais brandas, de maneira alguma foi eliminada (ENGELS, 1984).

A distinção entre sexo e gênero, portanto, além de uma ferramenta conceitual, representa também uma questão política que foi decisiva nas lutas em torno dos direitos das mulheres, pois, essa distinção possibilitou contestar a condição de opressão a partir da diferença biológica como um princípio da natureza humana. Para tanto, quando discorreremos acerca da categoria de gênero, consideramos, a priori, os processos que se organizam social, política, cultural e economicamente em um dado tempo e espaço.

Como entendemos que o sexo não possui um gênero ontologicamente dado, a identidade corresponde somente à processos sociais e históricos acerca das expressões de gênero, e não ao binômio mulher-vagina/homem-pênis que determina a matriz sexo/gênero, uma compreensão dominante de que ambos são dependentes e determinantes. Sob esse entendimento, quando as pessoas apresentam uma identidade de gênero não correspondente à identidade designada ao nascer, que comumente está vinculada ao sexo, são reconhecidas enquanto homens transexuais/transgêneros ou mulheres transexuais/transgêneras e/ou travestis¹⁴.

Para fins elucidativos, Bento (2011) analisa a transexualidade e a travestilidade além da distinção entre gênero e sexo, uma vez que são identidades com pluralidades internas que envolvem outros aspectos como sexualidade, disforia ou não de gênero e etc. Todavia, considerando o recorte do objeto de estudo, não objetivamos discutir acerca das subjetividades e origens de tais identidades, e sim apresentar as principais diferenças que demarcam o (não) reconhecimento de transexuais e travestis enquanto uma coletividade delimitada a partir da identidade de gênero.

Ademais, uma vez que a sexualidade não integra as análises do objeto deste estudo, ressaltamos que o gênero e o sexo também não condicionam e não são condicionados pela orientação sexual, referente à “atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s” (JESUS, 2012, p. 12), podendo, por exemplo, haver pessoas travestis e transexuais heterossexuais, bissexuais, lésbicas ou homossexuais. Desse modo, centramos no acesso de transexuais e travestis à educação superior enquanto um grupo demarcado, sobretudo, pelas injustiças de gênero.

Em conformidade com Fraser (2022), o gênero, ao dispor de uma diferenciação cultural-valorativa, mas conter dimensões político-econômicas por ser um princípio

¹⁴ Há pessoas se reconhecem mulheres transexuais, mulheres transgêneros ou apenas trans, mulheres, mulheres travestis ou apenas travestis. É particular.

básico e estruturante da economia política, é um modo bivalente de coletividade que está ao mesmo tempo no âmbito da distribuição e do reconhecimento, assim como a raça¹⁵. Atribuídas simultaneamente à economia política e à cultura, as **coletividades bivalentes** podem sofrer injustiças de má distribuição e de não reconhecimento que exigem medidas afirmativas e transformadoras¹⁶.

Os **remédios afirmativos** referem-se à correção das desigualdades de participação sem alterar as estruturas que as engendram, enquanto os **remédios transformadores** são direcionados à correção das desigualdades por meio da remodelação das estruturas gerativas subjacentes. Sob esse pressuposto, ambos podem ser ações adotadas para enfrentar injustiças tanto distributivas quanto culturais/de não reconhecimento. Sobre as injustiças culturais, as medidas afirmativas propõem que o não reconhecimento deve ser corrigido pela revalorização das identidades subordinadas, sem promover mudanças nos padrões institucionalizados, já as medidas transformadoras, em contrapartida, são associadas à desconstrução desses padrões por meio da transformação da estrutura cultural-valorativa subjacente.

Frente às injustiças econômicas, as medidas de redistribuição afirmativas visam compensar a má distribuição por meio de ações que ofertam auxílios materiais necessários à grupos em vulnerabilidade econômica, como aumento do consumo e criação de programas de assistência focalizados, sem alteração da estrutura econômico-política subjacente. Em contraste, as medidas transformadoras tendem à redistribuição de renda e reorganização da divisão de trabalho por meio da transformação da estrutura econômico-política existente.

Portanto, as principais diferenças entre as medidas afirmativas e as medidas transformadoras, independentemente de suas dimensões, são a lógica e os efeitos na diferenciação dos grupos. Enquanto as medidas afirmativas reforçam e promovem a valorização das diferenças sem enfrentar o quadro subjacente que as produz, as medidas transformadoras visam corrigir as condições não equitativas para todas/os, reestruturando precisamente esse quadro. Entretanto, desde que o objetivo seja um projeto político abrangente, ambas as medidas não se excluem e suas ações podem ser integradas conforme as demandas, uma vez que, “o ponto crucial da contraposição são

¹⁵ Conforme Fraser (2022, p. 43), “‘gênero’ e ‘raça’ são coletividades bivalentes paradigmáticas. Embora cada uma tenha peculiaridades não compartilhadas pela outra, ambas têm dimensões político-econômicas e dimensões cultural-valorativas. Gênero e ‘raça’ exigem, portanto, redistribuição e reconhecimento”.

¹⁶ Nos textos de Fraser é utilizado o termo remédios (*remedies*) afirmativos e transformadores, mas, ao longo do trabalho adotamos o termo ‘medidas’.

os resultados finais *versus* os processos que os produzem. Não é a transformação gradual *versus* a transformação apocalíptica” (FRASER, 2022, p. 49).

No caso das injustiças específicas de gênero, como dispõem de dimensões político-econômica e cultural-valorativa que não são nitidamente desagregadas uma da outra, pois, se entrelaçam e se reforçam dialeticamente, suas correções requerem a alteração da economia política e da cultura. Nesse processo, as medidas podem ser mais imediatas e pontuais, como a revalorização das identidades e a correção de remuneração desigual entre homens e mulheres, quanto medidas transformadoras, como a reestruturação das relações de produção marcadas pelo gênero e a desconstrução de normas sexistas e androcêntricas.

O androcentrismo e o sexismo, ideias e práticas que privilegiam traços associados à masculinidade e que rebaixam o que é decodificado como feminino, são características centrais das injustiças de gênero ao se expressarem em uma série de danos simbólicos e físicos. Assim, ao mesmo tempo em que a desigualdade econômica impede a participação igualitária, essas normas, institucionalizadas no Estado e na economia, dispõem de autoridade na determinação de padrões que desfavorecem alguns grupos, resultando em “[...] um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica que se reforçam mutuamente” (FRASER, 2022, p. 45).

Embora Fraser (2022) não explore a transexualidade e a travestilidade ao pontuar que o androcentrismo e o sexismo centram as injustiças de gênero, identificamos que pessoas transexuais e travestis, em particular mulheres transexuais e travestis, também podem vivenciar danos referentes. As normas sexistas e androcêntricas, que denominamos aqui como **normas de gênero** devido a sua especificidade às condutas de comportamento consoante ao gênero, podem resultar em,

[...] assédio sexual, exploração sexual e violência doméstica generalizada; banalização, objetificação e rebaixamento em representações estereotipadas na mídia; assédio e rebaixamento em todas as esferas da vida cotidiana; sujeição a normas androcêntricas que fazem com que as mulheres pareçam baixas ou desviantes e o trabalho as desfavoreça, mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminar; atitudes discriminatórias; exclusão ou marginalização nas esferas públicas e em corpos deliberativos; negação de proteções iguais e direitos jurídicos plenos (FRASER, 2022, p. 44).

As injustiças de gênero materializadas em violência, assédio, exploração e objetificação sexual, além do rebaixamento e estigmatização em representações estereotipadas na mídia, também podem demarcar a existência de transexuais e travestis. Quando posicionadas/os à margem, isto é, à deriva da sociedade e da

perspectiva de consumo, esse grupo pode vivenciar o processo de exclusão e inclusão à medida que são progressivamente excluídas/os do mercado de trabalho e incluídas/os na informalidade, com salários baixos ou contratos flexíveis.

A transfobia, caracterizada como toda prática discriminatória física, moral, verbal ou psicológica contra pessoas transexuais e travestis, e os estigmas pertinentes à marginalidade, ao pecado ou à patologia podem torná-las/os excluídas/os do vínculo familiar e progredir a outros espaços institucionais, como escola, universidade e mercado de trabalho, para então serem incluídas/os na prostituição ou em outros trabalhos informais para sobreviver. Com efeito, a mobilização política é a principal forma para a reivindicação de políticas específicas e garantia de direitos.

Com base em Maria da Glória Gohn (2011, p. 335), os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Possuindo identidade, projetando em suas/seus integrantes sentimentos de pertencimento e articulando projetos de sociedade, os movimentos adotam diferentes estratégias, como mobilizações, concentrações, negociações, pressões indiretas etc., por meio de ações regionais, nacionais, e internacionais e por meios de comunicação e informação, como a *internet*, para lutar por reconhecimento e contra a exclusão.

Os conjuntos de demandas e as ações coletivas construídas pelos movimentos podem se desenvolver tanto de modo reativo, movido pelas necessidades, quanto pela reflexão sobre a própria vivência e organização da sociedade (GOHN, 2011). Nesse cenário, além dos processos de lutas direcionadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de opressão sociopolítica e cultural e/ou carências econômicas, demandas a partir de diferenças de raça, gênero e orientação sexual, dentre outras, também têm ganhado centralidade.

O desdobramento de movimentos sociais organizados pela determinação identitária possui uma intrincada e paradoxal relação com o sistema capitalista, bem como com o processo de globalização neoliberal. No entanto, a visibilidade ampliada desses movimentos por meio da mídia, do mercado de consumo e de disputas políticas, embora possam proporcionar conquistas de demandas imediatas, os mantém neutralizados e fragmentados, circunscrevendo suas reivindicações enquanto questões individuais, dissociadas das desigualdades estruturais.

As ações dos movimentos sociais são empreendidas e transformadas de acordo com o contexto sócio-histórico e cultural, no qual a ocupação de espaços públicos,

privados e a relação com a política estatal e estruturas organizacionais também são fatores que podem interferir em suas atuações políticas. Também como efeito da complexa fragmentação, esses movimentos se articulam independentemente, desenvolvendo estratégias para combater a opressão e reivindicar políticas públicas direcionadas às situações que vivenciam.

Em uma sociedade com contornos neoliberais, cujo Estado está condicionado aos efeitos econômicos e sociais do capitalismo, as reivindicações dos movimentos identitários são adotadas dependendo dos interesses sociais, das disputas, da conjuntura política econômica e de acordo com determinado momento histórico. Sob essa perspectiva, as demandas de transexuais e travestis nem sempre são concretizadas, embora seus direitos sejam recorrentemente violados e sua “desumanização” se materialize na ausência de leis que os assegurem (VIEIRA, 2018).

Conforme evidenciado pela pesquisa de Vanessa Vieira (2018) sobre os instrumentos normativos direcionados à proteção de direitos de transexuais e travestis no Brasil, diante da inexistência de leis que amparem esse grupo, as demandas dos movimentos são respaldadas por outros instrumentos jurídicos, como resoluções, portarias e decretos. Entretanto, ainda que sejam alternativas mais rápidas e menos burocráticas para serem aprovadas, são normas frágeis, restritas e fragmentadas, que têm função apenas de orientar e direcionar ações no âmbito em que foram elaboradas.

A fragilidade dos instrumentos normativos é determinada pela instabilidade de existência, uma vez que podem ser revogadas a qualquer momento dependendo da gestão governamental, e pela limitação de garantia, ao serem asseguradas somente na área administrativa em que foram elaboradas. Como efeito, como transexuais e travestis apresentam especificidades próprias que constituem resistências na apropriação de espaços institucionais e no engajamento político, as normativas adotadas não contemplam e nem têm o intuito de sanar todas as condições materiais precárias.

Referente às reivindicações de transexuais e travestis no contexto educacional, somente as demandas sobre o uso do nome social são contempladas pelas portarias e resoluções outorgadas no âmbito estadual e municipal. No entanto, ainda que essas normativas se configurem enquanto medidas para minimizar as práticas transfóbicas nas escolas públicas, não garantem o cumprimento por parte das/os alunas/os e das/os funcionárias/os, como também não sanam o fracasso escolar que acomete esse grupo. Ademais, no tocante ao acesso à educação superior, ao ser delineado por demais condições e processos seletivos próprios, outras medidas também são requeridas.

Abrangendo novos grupos socioeconômicos, a educação superior tornou-se um dos meios pelos quais as pessoas buscam por melhores condições de existência e ocupação profissional. Desse modo, o acesso a esse nível de ensino pode viabilizar a inclusão social e econômica, contribuir para o fomento de pesquisas e produção de dados com embasamento científico, além da possibilidade de reconstruir uma universidade capaz de assegurar as especificidades reivindicadas por esse grupo. Entretanto, assim como reconhecemos que nenhuma política é neutra, o âmbito educacional também não pode ser analisado de forma isolada da totalidade.

Imersa em um contexto de transformações sociais e econômicas, cuja mercadorização e precarização também são desafios de resistência, compreendemos a educação superior como um bem público, direito social e dever do Estado, com compromisso com a sociedade e a nação. A partir desse princípio, mas reconhecendo seu histórico caráter meritocrático e seletivo, consideramos que a democratização de acesso e a garantia de permanência são requisitos para uma inclusão socioeconômica que impõe novas demandas à educação e à formação das/os estudantes,

A expansão dos sistemas de educação superior em todas as regiões trouxe novos grupos socioeconômicos para a universidade, com uma maior diversidade de culturas, níveis de formação e expectativas acadêmicas. O papel preeminente do diploma universitário como um mecanismo de classificação para o emprego tem colocado uma pressão crescente sobre as universidades para formar profissionais e trabalhadores para o mercado de trabalho. Os custos de expansão da universidade também levaram os governos a pressionarem as instituições para fazerem jus ao financiamento estatal - uma justificativa que geralmente é orientada pelo impacto social e econômico direto e mensurável. Em alguns casos, também houve movimentos por justiça social exigindo das universidades uma participação mais plena nas comunidades marginalizadas fora da academia (McCOWAN & SCHENDEL, 2015, p. 20).

Refletindo os aspectos culturais, históricos, econômicos, e atendendo às necessidades do Estado e da classe dirigente desde sua origem, o acesso à educação superior tem sido cerceado por condições de renda, cor/raça, gênero, diferenciações em sua compleição física ou cognitiva, dentre outras. Por conseguinte, sobressaindo à seleção histórica, a **democratização** deve abranger diferentes dimensões e níveis de ensino, compreender mecanismos de inclusão para além das políticas, e contemplar ações de outros setores institucionais e de movimentos sociais.

Ao analisarmos a democratização da educação superior a partir do aporte teórico de Fraser (2022) sobre justiça social, entendemos que esse processo tende a ser mais extenso, abrangente e inclusivo, que demanda medidas afirmativas e

transformadoras ao se constituir enquanto responsabilidade e luta coletiva. Dessarte, visando reparar as injustiças de má distribuição e de não reconhecimento que incidem sobre as especificidades de grupos subordinados, essa democratização parte de uma concepção de justiça sob a perspectiva da paridade participativa¹⁷.

Em consonância, consideramos que os mecanismos de democratização contemplam ações para além das políticas de educação superior. Ainda que não sejam nomeadas dessa forma e que não sejam anunciadas com foco na democratização, compreendemos que as ações para propiciar o acesso de grupos sob condições de desigualdades, engendradas pelas universidades públicas e pelos movimentos sociais, são **estratégias** democráticas por intentarem promover a igualdade de participação a partir de condições específicas de injustiças.

As políticas sociais são gestadas à luz dos embates de interesses e expressam as relações de lutas e conflitos intrínsecos à sociedade capitalista, na qual diferentes grupos exigem e negociam suas próprias demandas. Nesse processo dialético, as forças, as articulações e as estratégias dos movimentos também interferem na elaboração (ou na não elaboração) das políticas, que não são neutras. Portanto, além da dinâmica do movimento do capital, cabe considerar os processos sociais antagônicos que permeiam seu contexto e sua constituição.

Orientadas pelo discurso de inclusão, as políticas sociais na área da educação têm como justificativa a minimização das desigualdades e ampliação do acesso. No entanto, o termo inclusão apresenta um caráter ambíguo ao ser defendido por organismos multilaterais e também estar presente nos manifestos dos movimentos que lutam pela garantia de direitos (MACIEL, 2020). Assim, mediante as reivindicações via práticas de pressão dos movimentos, as políticas de educação superior foram elaboradas para contenção de conflitos e minimização das disparidades sociais.

Não obstante, ainda que transexuais e travestis se enquadrem na condição de ser um grupo com histórico de exclusão e discriminação, que seus movimentos tenham estabelecido uma articulação com a esfera estatal a partir da gestão participativa dos governos de Lula e de Dilma, e que resoluções, portarias, planos e programas tenham sido elaborados com e para a população LGBT¹⁸, as políticas de educação superior

¹⁷ Seguimos com as discussões sobre a democratização da educação superior na seção 2.

¹⁸ Nesse período, os grupos com demandas referentes às questões de gênero e sexualidade se uniram estrategicamente para obter maior visibilidade e força política, consolidando o movimento de LGBT. Para tanto, a ABGLT tornou-se a interlocutora central entre governo e movimento, embora não fosse a única organização a participar dos espaços institucionais (TOITIO, 2016).

elaboradas sob o discurso de inclusão não mencionam esse grupo. Nessa conjuntura, os próprios movimentos visam propiciar seu acesso por meio de iniciativas autônomas e por meio da pressão em órgãos governamentais e universidades públicas.

Para além da desigualdade econômica, o acesso à educação superior para transexuais e travestis integra especificidades que demandam medidas de proteção contra práticas transfóbicas, medidas que contribuam para a formação no ensino médio, devido ao fracasso escolar que interfere na conclusão do período de escolaridade obrigatória, medidas que garantam o uso do nome social e o uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero, e medidas que assegurem a igualdade desde os processos de seleção. Contudo, devido a omissão do Estado e do poder legislativo diante das condições de vulnerabilidade, os movimentos têm organizado (autonomamente ou com colaborações) cursinhos pré-vestibulares, pesquisas quantitativas e divulgação de visibilidade positiva. Somado a essas ações, as reivindicações também têm produzido efeitos em outros setores institucionais, incluindo as universidades públicas.

Dentre as/os autoras/es das normativas elaboradas de acordo com as demandas de transexuais e travestis no Brasil, cerca de 40% são representadas/os pelas instituições com certo grau de autonomia, como universidades, conselhos profissionais, conselhos deliberativos, defensoria pública e ministério público, mas, dentre todas as autorias mais frequentes, as universidades ocupam o quarto lugar (11%). No geral, os principais direitos que visam ser assegurados são referentes ao uso do nome social, à vedação a formas de discriminação e ao uso de espaços de acordo com a autoidentificação de gênero, e, em relação às normativas elaboradas pelas universidades, todas são sobre o uso do nome social no âmbito educacional (VIEIRA, 2018).

Quando transexuais e travestis não realizam o ENEM ou têm dificuldade para se matricular na universidade por não terem o nome social respeitado, é requerido uma política de reconhecimento, que reconheça suas identidades a partir das injustiças que obstaculizam a igualdade de participação nos processos seletivos. Assim, como identificamos as ações que visam propiciar o acesso de transexuais e travestis à educação superior enquanto estratégias, entendemos que os atos normativos são uma forma de estratégia para assegurar que o nome social seja aceito e que essas pessoas obtenham maior paridade participativa.

Acompanhando as transformações sociais, econômicas e políticas, a universidade pública, enquanto um espaço institucional de apreensão de conhecimento e formação profissional, se realiza conforme a sociedade se organiza e se constitui como

um elemento de disputa entre projetos antagônicos, no qual as contradições se manifestam em seu interior. Outrossim, estabelecida pela tríade ensino, pesquisa e extensão e apresentando autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, essa instituição pública tende a atender expectativas mais amplas de atuação, mesmo que não deva (e nem tem condições para) resolver todos os problemas sociais de ordem estrutural (DIAS SOBRINHO, 2013; SILVA, 2001).

Ainda assim, diante do cenário educacional de constantes injustiças, no qual transexuais e travestis não obtêm tratamento igualitário na garantia de direitos, as estratégias das universidades têm demonstrado que, quando há ausência de políticas efetivas por parte do Estado, essas cumprem o papel de promover o acesso à educação superior, como também podem ser combinadas de modo coerente com as políticas que visam minimizar as desigualdades de acesso.

Levantamento dos dados

Para este estudo de abordagem qualitativa, a coleta de dados envolveu pesquisa documental e bibliográfica. Como desde o início da pesquisa tínhamos clareza de que havia pouca bibliografia sobre o acesso de transexuais e travestis à educação superior, partimos das produções que investigam contextos para além do acesso, e, conjuntamente, buscamos outros dados para o estudo, como os dossiês elaborados e divulgados no *site* da ANTRA sobre a violência e a prostituição de transexuais e travestis no Brasil. Como o objeto de estudo foi se estruturando conforme o avanço da pesquisa, haja vista sua dinamicidade, complexidade e ausência de respostas prévias e fixas, partindo das contribuições do referencial teórico, da revisão de literatura e de documentos e políticas, também buscamos como fontes de informações notícias em mídias sociais que fornecessem mais evidências para o desenvolvimento do estudo.

Dessarte, realizamos três etapas para selecionar as produções: levantamento, seleção e divisão de temas, durante o período de julho a dezembro de 2020. Por meio das bases de dados Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (Oasisbr)¹⁹, Portal de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de

¹⁹ O Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto é um mecanismo de busca multidisciplinar que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Por meio do oasisbr é possível também realizar buscas em fontes de informação portuguesas (OASISBR, 2007).

Pessoal de Nível Superior (CAPES)²⁰ e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)²¹, buscamos pelos descritores *travesti** e *transexua** por teses e dissertações escritas em língua portuguesa, sem delimitação temporal ou área de estudos²². Utilizamos asteriscos para englobar as palavras que estão no plural e as palavras que terminam com – *dade*, como *transexuais*, *travestis*, *transexualidade* e *travestilidade*.

Após a realização da pesquisa bibliográfica em ambientes de acesso livre, como portais de periódicos, organizamos as produções acadêmicas selecionadas em 04 agrupamentos: educação, trabalho, marginalização e movimento sociais, sistematizados em quadros no apêndice A. Para o levantamento das notícias o processo decorreu de maneira similar. Após buscarmos no *Google* com os mesmos descritores, *travesti** e *transexua**, por notícias que correspondiam aos critérios de seleção da pesquisa, selecionamos 62 e as dividimos dentre os respectivos agrupamentos, sistematizadas no apêndice B.

Também pesquisamos políticas elaboradas para educação superior durante os governos de Lula e de Dilma, documentos orientadores (relatórios do Banco Mundial (BM), planos e programas) e atos normativos (resoluções, portarias, normativas, dentre outras) que fazem menção às pessoas transexuais e travestis na educação. Para tanto, também foram consideradas as condições em que foram constituídos os documentos que normatizam e orientam as referidas políticas. Ademais, buscamos no *site* do INEP dados quantitativos sobre as/os inscritas/os que solicitaram o uso do nome social para a realização do ENEM a partir de 2014²³. Como resultado, além da quantidade de solicitações por ano, analisamos também informações acerca da raça, idade, região geográfica e escolaridade.

Como efeito das reivindicações dos movimentos de transexuais e travestis, a autorização do nome social no ENEM é uma estratégia que contribuiu para a possibilidade da garantia de respeito ao nome²⁴, e para a elaboração de dados sobre esse

²⁰ O Portal de Periódicos reúne em um único espaço virtual as melhores publicações do mundo. Com uma simples consulta feita pelo computador, usando critérios como autor, assunto ou palavra chave, é possível acessar, selecionar e recuperar as informações desejadas (CAPES, 200?).

²¹ A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa (BDTD, 200?).

²² Os trabalhos que estudam a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros) de forma abrangente, sem focar diretamente nas pessoas transexuais e travestis, não foram selecionados.

²³ Desde 2014 o MEC permite a solicitação de atendimento pelo nome social no ENEM.

²⁴ Definimos como “possibilidade de garantia” devido à viabilidade de ter o formulário de solicitação negado e às notícias que denunciam o desrespeito durante a realização das provas.

grupo no conjunto de informações dispostas no *site* do INEP. Dessa forma, com a autorização sobre o uso do nome social a partir de 2014, o período de análise de 2015 a 2019 se justifica pela elaboração e disponibilidade dos arquivos, no qual foi possível quantificar quantas/os participantes solicitaram o nome social e, com a autorização das solicitações, desvelar o perfil dessas pessoas que realizaram as provas.

Para realizar a compilação e os cruzamentos de variáveis dos microdados disponibilizados, foi necessário ter um conhecimento de *softwares* estatísticos específicos, para tanto, nessa etapa do trabalho tivemos o auxílio de um pesquisador colaborador da área de computação. Por meio da criação e execução de *scripts* na linguagem *python* ²⁵ e com o auxílio das ferramentas *jupyter notebook*²⁶ e *pandas*²⁷, filtramos e analisamos as informações requeridas.

Estrutura da tese

Este trabalho está dividido em três seções: “Entre condições sócio-históricas e movimentos sociais”, “Acesso à educação superior no Brasil” e “Estratégias para o acesso de travestis e transexuais à educação superior”, que se articulam aos objetivos específicos da pesquisa.

Na primeira seção, com o objetivo de apresentar um panorama das condições sociais, históricas e políticas que transexuais e travestis podem vivenciar, enquanto uma coletividade cuja identidade de gênero é o modo de diferenciação social, discutimos sobre como a transexualidade e a travestilidade são reconhecidas socialmente, as formas de injustiças econômicas e culturais nos contextos de marginalização, trabalho e educação, e sobre a organização e consolidação política dos movimentos de transexuais e travestis no Brasil em três momentos: primeira, segunda e terceira onda.

Na segunda seção, com o objetivo de discutir sobre a expansão do acesso à educação superior no Brasil, discorreremos sobre como entendemos o processo para democratização desse nível de ensino a partir da perspectiva de justiça social, pontuando alguns debates entre democratização da educação superior e democratização do acesso. Em seguimento, após discutir sobre a implementação das políticas durante os governos de Lula e de Dilma, finalizamos a seção pontuando como as pessoas transexuais e travestis se inserem (ou não) nesse contexto.

²⁵ <https://www.python.org/>.

²⁶ <https://jupyter.org/>.

²⁷ <https://pandas.pydata.org/docs/index.html>.

Por fim, na terceira seção, objetivamos analisar como as estratégias engendradas contribuem para democratizar o acesso de transexuais e travestis à educação superior. Para tanto, identificamos as estratégias de visibilidade positiva, cursinhos trans, pesquisas quantitativas, cotas e regulamentação do nome social engendradas para promover o acesso de transexuais e travestis à educação superior, e analisamos os dados concernentes às/aos participantes do ENEM que solicitaram o nome social no ENEM, no período de 2015 a 2019.

1. ENTRE CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Em diálogo com o levantamento bibliográfico e documental realizado, nesta seção apresentamos um panorama das condições sociais, históricas e políticas que transexuais e travestis podem vivenciar. Com o intuito de subscrever uma compreensão geral das formas de injustiças econômicas e culturais que podem implicar no acesso desse grupo à educação superior, por questão metodológica as apresentamos em três contextos: marginalização, trabalho e educação. A posteriori, nos aprofundamos na organização e consolidação política dos movimentos de transexuais e travestis no Brasil.

Antes de prosseguir para a discussão proposta, como as vivências de transexuais e travestis não estão isoladas de um conjunto de relações no âmbito da esfera social cujas bases materiais são centradas nas desigualdades de classe, raça e gênero, no tópico a seguir discutimos sobre o reconhecimento social da transexualidade e travestilidade, tanto nacional quanto internacionalmente.

1.1. Reconhecimento social da transexualidade e da travestilidade

A perspectiva dominante que distingue a travestilidade e a transexualidade no Brasil tem sido, comumente, produto do conhecimento médico, jurídico e moral que visa categorizar e classificar tais identidades. Reconhecidas como condutas destoantes da normalidade ao transgredirem a matriz sexo/gênero, ambas identidades já foram, e em algumas circunstâncias ainda são, identificadas como disfarce, enganação, pecado, fetiche, doença e/ou transtorno mental, e etc. Como as definições e expressões de gênero variam conforme a história, a cultura, a sociedade, as relações sociais e até os interesses políticos e morais, esse reconhecimento também condiz com o contexto sócio-histórico que delinea a definição e atribuição dos próprios termos. À título de exemplo, as primeiras referências ao termo travesti ocorreram durante os séculos XVI a XIX, com o significado de disfarçar-se,

[...] 'travesti' (*transvestite*) vem dos termos em latim *trans*, que significa *através* e *vestitus*, com o sentido de estar *vestido*, e travestismo (*transvestism*) de *trans* e *vestis*, igual a *roupa*. O *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* data a palavra travesti como originária do francês e tendo sua primeira aparição registrada em 1543, significando *disfarçado*, derivada de *travestire* (1512), ou seja, *disfarçar-se*. Lynne Friedli afirma que o termo travesti foi usado na Inglaterra em 1652 para designar *mulheres que se vestiam como homens*. Já para Terry Castle, este passa a ser um termo comum neste país (Inglaterra) durante o Iluminismo, criando nos bailes de máscaras uma verdadeira cultura do travesti. Ainda segundo o *Houaiss*, apenas em 1831, 'travesti' aparece como substantivo para designar um *homem vestido de mulher ou vice-versa* (LEITE Jr., 2008, p. 103, grifos do autor).

A utilização do termo e suas derivações, como travestismo ou *travestire*, referiam-se ao disfarce em relação às vestimentas como também às motivações eróticas, no intuito de se vestir como homem ou como mulher para obter prazer sexual. Dessa forma, a palavra “trans”, do latim “além de/através”, quando associada ao *vestire*, denominava àquelas/es cuja roupa era exagerada ou que tinham um comportamento, tido como ridículo ou falso, de disfarçar-se. Já durante o século XX, o termo “travesti” foi cunhado pelo médico alemão Magnus Hirschfeld, e diagnósticos de “transvestismo” ou “travestismo” foram publicados em versões da Classificação Internacional de Doenças (CID) e do DSM como parafilias, desvios sexuais e fetiches.

Delineada como uma categoria distinta, a intitulação transexual foi criada pelo médico alemão Harry Benjamin também no século XX, na perspectiva da psicopatologia. No entanto, enquanto a travestilidade correspondia à finalidade de obter prazer sexual, o diagnóstico de “transexualismo” esteve classificado como disforia, transtorno e, posteriormente, como incongruência de gênero como consequência dos estudos científicos sobre “corpo” e “mente” e das diferenciações conceituais entre sexo, gênero e orientação sexual, pautadas pelas pesquisadoras feministas que reivindicavam o termo gênero a ser usado como distinto de sexo (LEITE Jr., 2008).

Conquanto, embora os respectivos termos tenham sido conceituados e popularizados a partir desse período, em outras culturas já haviam interpretações que podem ser consideradas semelhantes à compreensão de travestilidade e transexualidade como identidades de gênero que não correspondem ao sexo biológico, ainda que as diferentes expressões não fossem distintas entre gênero, sexo e orientação sexual. Segundo a pesquisa realizada por Pâmela Baena (2020) sobre os gêneros não binários e não ocidentais²⁸, há tradições, muitas nativas e não ocidentais, que compreendem um terceiro ou múltiplos gêneros para as pessoas que adotam vestimentas, comportamentos ou ocupam funções distintas às normas sociais.

Citando exemplos de como cada sociedade nomeia e contextualiza de diferentes formas as pessoas que adotam práticas que transgridem as normas, a autora menciona as *muxes*, de Juchitán de Zaragoza no México, que refere-se às pessoas “nascidas com o sexo biológico masculino, mas que, de alguma forma, não se submetem às funções

²⁸ A pesquisa realizada por Baena (2020) teve como objetivo compreender as relações socioculturais em uma dinâmica espacial de colonialidade e poder sobre o que se chama de “gênero” a partir do ponto de vista de suas manifestações não binárias. Como resultado, a autora cartografou 125 linhas com sociedades em que a questão de gênero apresenta registros de não binaridade. Sob essa perspectiva, a autora recorre ao termo não binário por compreender que é uma forma de se referir às pessoas ou a grupos que não se encaixam, extrapolam ou transgridem a binaridade constituída entre homem e mulher.

sociais direcionadas aos homens” (BAENA, 2020, p. 75), as *hijras*²⁹ na Índia, as *Mahu*³⁰ no Havaí, e as variações de *two spirits* (dois espíritos)³¹ nas tribos norte-americanas, dentre as mais de 100 nomenclaturas adotadas em diversas regiões do mundo³².

Porém, mesmo com a existência de tantas interpretações e referências advindas de outras sociedades, a consolidação do reconhecimento da transexualidade e da travestilidade no Brasil tem sido, continuamente, associado à classificação psicopatológica e à criminalidade/prostituição devido seu caráter histórico. Inicialmente, a popularização do termo travesti ocorreu entre meados dos séculos XIX e XX em virtude dos espetáculos teatrais, do carnaval, dos bailes de travestis e da prostituição recorrentes em áreas comerciais e zonas boêmias das cidades grandes. Até a década de 1960, o termo era reservado às pessoas que se vestiam para shows e espetáculos com roupas e acessórios tidos como femininos. Já a partir de 1970, passou a se referir às pessoas que, além de usar tais adereços, se prostituíam nas ruas durante a noite.

Ainda durante a década de 1970, embasado pelos estudos da medicina e dissociado do cunho sexual e da prostituição, o termo transexual tornou-se recorrente às pessoas que visavam e que tinham condições financeiras para realizar a cirurgia de redesignação sexual fora do Brasil, uma vez que ainda era proibida no país pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e considerada crime de lesão corporal pelo Código Penal Brasileiro até 1997 (JESUS, 2017; LEITE Jr., 2008).

Tais associações também estavam classificadas nos diagnósticos da versão 3 do DSM 3 (1980) e da versão 10 do CID (1990), que visavam diferenciar a travestilidade da transexualidade, e nas mídias de grande circulação. A dissociação entre as identidades, logo, a dissociação com o estigma da prostituição, era reforçada pela mídia por meio das notícias de cunho sensacionalista, que representavam as travestis

²⁹ “O grupo de pessoas que podem ser *hijras* é bem amplo: podem ser pessoas que tenham nascido sob a condição de intersexuais; podem ser pessoas nascidas com o sexo biológico masculino que não se identificam como homens e passam a se identificar como *hijras*; podem ser ainda meninos que passaram pelo processo de emasculação com finalidade religiosa uma vez que as *hijras* são consideradas como uma comunidade religiosa dentro do hinduísmo que cultua a deusa *Bahuchara Mata*, divindade da castidade e da fertilidade, sendo assim educados já como integrantes dessa comunidade, com papéis específicos à condição que lhes foi atribuída” (BAENA, 2020, p. 47).

³⁰ “Os *mahu* podem ser homens ou mulheres biológicos que ocupam um papel de gênero em algum lugar entre ou englobando o masculino e o feminino. Seu papel social é sagrado como educadores e promulgadores de tradições e rituais antigos” (BAENA, 2020, p. 184).

³¹ “O termo abrangente atualmente utilizado para definir as pessoas de gênero não binário entre os povos nativos norte-americanos é *two spirits* (dois espíritos), baseado no significado original dos termos cunhados pelos próprios povos, sendo os indivíduos considerados como integrados da atribuição espiritual masculina e feminina” (BAENA, 2020, p. 55).

³² Dentre as mais de 100 nomenclaturas cartografadas por Baena (2020), identificamos que, pelo menos, 44 são semelhantes ao reconhecimento da nossa compreensão de travestilidade/transexualidade como identidades de gênero que não correspondem ao sexo biológico.

prostitutas como um misto de pecado, criminalidade e desvio de caráter, e pelas reportagens sobre famosas como Roberta Close,

Roberta Close era de classe média, sem nenhum tipo de associação com o mundo da prostituição ou da marginalidade; as matérias da mídia sobre ela apareciam em revistas, jornais e programas da TV voltados para a parcela da população com bom poder aquisitivo e nas seções cultura, lazer ou colunas sociais, não nas páginas policiais entre criminosos e drogados. Roberta encarnava perfeitamente os valores morais e estéticos de beleza e feminilidade esperados de uma ‘verdadeira’ mulher burguesa, e não se parecia em nada com o estereótipo da figura da travesti do imaginário social da época, ou seja, um homem grotescamente vestido de mulher. O que seria ela (ou ele) então? Ela não dublava nem fazia shows artísticos, então não deveria ser ‘transformista’. Seria a tal ‘transexual’ que os médicos, através dos meios de comunicação, começaram a anunciar? (LEITE, 2008, p. 203).

A diferenciação reforçada por jornais, revistas e programas de TV enfatizava as condições sociais e financeiras de cada identidade, atrelando a transexualidade ao padrão de feminilidade de acordo com as normas de gênero. Conjuntamente, as travestis que trabalhavam na prostituição eram um dos grupos mais perseguidos e reprimidos pelo governo sob a alegação de proteção da família e dos valores morais no período da ditadura militar, ainda que o aumento desse grupo nas ruas tenha sido “[...] reflexo da crescente comercialização e mercantilização do sexo na sociedade brasileira em um momento de relativa prosperidade econômica para as camadas médias que podiam, então, pagar por sexo” (QUINALHA, 2017, p. 174).

Então, também em decorrência da repressão policial que cumpria funções de controle, da censura e da propaganda contra homossexuais, travestis e prostitutas nas grandes cidades e da expulsão dos espaços públicos, os movimentos de transexuais e travestis começaram a se organizar politicamente por meio de encontros, coletivos e da mídia alternativa à dominante para reivindicar financiamento, políticas públicas e garantia de direitos das diversas instâncias do governo, também em incitação às manifestações massivas de outros segmentos sociais.

Em suma, o reconhecimento social da transexualidade e da travestilidade no Brasil tem seu próprio delineamento histórico, ainda que não se exclua as particularidades constituídas pelas determinações internacionais que também incidem sobre as condições do aludido grupo. Para além do uso dos termos, os primeiros movimentos de transexuais e travestis em outros países também decorreram da repressão e violência policial em meados da década de 1960³³. Dessarte, ainda que

³³ A primeira ação de transexuais e travestis contra a discriminação e violência policial ocorreu em 1966, na Cafeteria *Compton* em São Francisco/CA, após a polícia retirar clientes do local. Em 1969, conhecida como o início do movimento LGBT e nomeada como a revolta de Stonewall, outros grupos que

possam se manifestar das mais diferentes formas em locais distintos, essas pessoas possuem elementos em comum que as distinguem como identidades que destoam do padrão binário ocidental instituído.

No entanto, a diferenciação econômica e cultural desse grupo, expressa por meio de violências, discriminações e representações estereotipadas na mídia, se configuram como injustiças tanto de reconhecimento como de distribuição. Por transexuais e travestis comporem uma coletividade bivalente, ambas as injustiças se entrelaçam e se reforçam dialeticamente, impedindo a participação igualitária na vida cotidiana, nas esferas públicas e na produção de cultura. Nesse processo, compreendemos que não é possível convergir o conjunto das injustiças a uma única dimensão.

Diante de tal perspectiva, neste tópico tivemos o intuito de apresentar os principais contextos que interferem no reconhecimento social da transexualidade e travestilidade no Brasil e que estruturam as injustiças que as permeiam. Em seguimento, como entendemos que tal processo perpassa por complexas condições que delineiam a identificação desse grupo enquanto identidade, nos próximos tópicos centramos nas injustiças econômicas e culturais que podem implicar no acesso desse grupo à educação superior em três contextos: marginalização, trabalho e educação.

1.1.1. *Marginalização*

Ao mesmo tempo em que o Brasil lidera o *ranking* de consumo de pornografia envolvendo transexuais e travestis, também está em primeiro lugar no *ranking* dos países que mais matam transexuais e travestis no mundo³⁴, cujos três maiores indicadores de mortalidade são infecção por HIV/AIDS (PINHEIRO JUNIOR, 2013; SOUZA, 2017; MONTENEGRO, 2019), intervenções médicas clandestinas e violência transfóbica (BUSIN, 2015; CABRAL, 2015; MARTINS, 2015; BRAZ, 2016; FERREIRA, 2016; PRADO, 2017; CAPUTO, 2018; DEVIDES, 2018; SOARES, 2018; G1, 2019; SILVA, 2019).

Conforme pesquisas e produções acadêmicas, o processo de estigmatização resulta na marginalização e até morte de transexuais e travestis, especialmente das pessoas que se prostituem por estarem em uma posição de maior vulnerabilidade. Dessa

contemplam o movimento LGBT, juntamente com transexuais e travestis, reagiram à repressão e começaram a se organizar politicamente após a polícia invadir e prender pessoas no bar *Stonewall Inn* (ÁVILA; GROSSI, 2010).

³⁴ Com base nos dados da *Transrespect versus Transphobia Worldwide* (TvT), o Brasil segue como o país que mais assassinou pessoas transexuais e travestis do mundo durante os anos de 2009 a 2019 (ANTRA, 2019).

forma, os indicadores de mortalidade desse grupo são intrincados às suas condições sócio-históricas desde a exclusão do âmbito familiar à reinclusão na prostituição. A título de exemplo, de acordo com o levantamento de dados da TGEU, no Brasil foram assassinadas/os 602 transexuais e travestis entre os anos de 2008 e 2014, e, dentre as que se sabia a profissão, cerca de 391 trabalhavam na prostituição³⁵.

Já entre os anos de 2015 a 2020 foram assassinadas/os 903 transexuais e travestis e estima-se que mais de 430 se prostituíam (ANTRA, 2021). Como não há estatísticas nacionais de órgãos oficiais³⁶, são os dossiês divulgados anualmente pela ANTRA, com base em notícias e denúncias de todas as regiões do Brasil, que contabilizam os índices de violência e assassinato desse grupo. Além de xingamentos, deboche e depreciação, a Associação evidencia que os crimes contra pessoas transexuais e travestis se destacam por apresentarem atos repetidos de extrema violência.

Conforme as notícias encontradas, os corpos são mutilados, carbonizados, apedrejados e espancados em decorrência da aversão e até ódio às, em sua maioria, mulheres transexuais e travestis (DIOGO, 2020; G1, 2020; RODRIGUES, 2020; SIMON, 2020). Não obstante, desde a violência verbal é possível reconhecer os estigmas atrelados a valores morais. A partir das denúncias de violações de Direitos Humanos (DH), realizadas em 2015 através do serviço Disque Direitos Humanos (Disque 100), Ubirajara Caputo (2018) identificou nove categorias de violação contra esse grupo³⁷, todavia, a agressão verbal é a mais recorrente, relatada em 212 das 308 denúncias,

Essa categoria de agressão comumente se verifica através de xingamentos, palavras de baixo calão para referir-se às vítimas e depreciação e/ou deboche, tanto na forma oral quanto na forma escrita. É necessário observar que além dos termos ofensivos ‘tradicionais’ como ‘viado’, ‘puta’, ‘aberração’, entre outros, 21 ocorrências de agressões verbais notificadas (10%) utilizam termos religiosos para agredir as vítimas, como em: ‘[ele] tem uma pomba gira precisa ir para uma igreja pra se libertar’; ‘tem que ir na igreja senão vai pro inferno’; ‘demônio’; ‘tem que ir pro inferno’, ou para atingir o conjunto de travestis e transexuais genericamente, como: ‘Os pastores estão fazendo uma campanha intitulada Gladiadores de Deus. . . os adolescentes saem andando até a praça trajando roupas militares [e são ordenados para que] falem palavras de ordem e termos homofóbicos . . . como, . . . lutaremos até o fim contra os infiéis, gays, lésbicas e travestis’ (CAPUTO, 2018, p. 51).

³⁵ Os dados completos estavam disponíveis no *site* da TGEU, mas foram excluídos durante o segundo semestre de 2021. Fragmentos da pesquisa podem ser encontrados em *sites* nacionais (FAFICH, 2007).

³⁶ Em 2018 a ANTRA oficiou à Defensoria Pública da União (DPU) que se manifeste e acione o IBGE para incluir no censo de 2020 questões demográficas da população LGBT, mas não obteve êxito (ANTRA, 2018).

³⁷ Agressão verbal, ameaça/tentativa de morte, ameaças (exceto de morte), assassinato, discriminação, negligência, prejuízo financeiro, violência sexual e física.

Os estigmas sobre esse grupo são concretizados em práticas de violências físicas e psicológicas que se relacionam, direta ou indiretamente, à exclusão e à marginalização. Dado a ausência de reconhecimento e rejeição de quem não corresponde às normas de gênero, as violências contra transexuais e travestis são historicamente insensibilizadas, tornando-as/os mais suscetíveis às agressões físicas seguidas de morte, tanto no âmbito familiar quanto em espaços públicos.

Nesse cenário, o acesso às instituições e tratamentos de saúde também tem sido afetado. A infecção por HIV/AIDS, por exemplo, é um dos indicadores de mortalidade que subsiste desde o surgimento da epidemia no Brasil. Como até o início da década de 1990 a repressão policial influía na condição marginalizada de transexuais e travestis, quando ações de saúde foram designadas para o enfrentamento e prevenção do vírus entre os denominados “grupos de risco”, essas pessoas ainda não compartilhavam da dimensão da epidemia, uma vez que estavam centradas em sobreviver às violências.

Segundo a pesquisa realizada por Luiz Montenegro (2019) acerca dos aspectos epidemiológicos, sociais e políticos que incidem e condicionam o cotidiano de mulheres transexuais e travestis, o advento do HIV/AIDS acometeu de maneira direta homens gays e mulheres transexuais e travestis, especialmente quem trabalhava na prostituição devido aos múltiplos parceiros sexuais, uso inconsistente do preservativo para manter os clientes ou coinfeção com outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), afetando de forma desproporcional quando comparados com outros grupos vulneráveis.

De acordo com o Boletim Epidemiológico de 2018, editado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, entre o período de 1980 a 2018 foram notificados 926.742 casos de AIDS, cujo número anual tem diminuído desde 2013 (BRASIL, 2018). No entanto, como não haviam estratégias de prevenção direcionadas a transexuais e travestis, os dados acerca desse grupo eram baseados no autorrelato da infecção pelo HIV e não em dados epidemiológicos específicos, o que impossibilitava a identificação da magnitude da epidemia, como destacado pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e DST entre Gays, HSH e Travestis,

No caso do segmento das travestis não há dados epidemiológicos específicos que possibilitem identificar a magnitude da epidemia ou suas tendências e perfil. No entanto, convém salientar que os contextos de vulnerabilidade entre travestis tais como a violência, as condições das práticas sexuais, acesso aos serviços de saúde e sua inserção social demonstram claramente a precariedade no que se refere à adoção de práticas sexuais seguras (BRASIL, 2007c, p. 05).

Em razão das condições de marginalização, somada à ausência de ações direcionadas ao acesso a serviços de saúde relacionados ao HIV/AIDS, além de investimentos de ONGs em projetos de prevenção de DST/HIV/AIDS, os movimentos de transexuais e travestis que já estavam organizados politicamente contra a crescente violência se vincularam à outros movimentos, havendo então a alteração e agregação oficial do T (referente à transexuais, travestis e transgêneros) na sigla do movimento LGBT³⁸, para reivindicar políticas específicas de enfrentamento e combate tanto à epidemia como às outras DSTs.

Consequentemente, embora a crescente visibilidade social e política do movimento LGBT tenha aproximado a relação com os órgãos estatais para ações de prevenção e tratamento, a associação com o HIV/AIDS estigmatizou ainda mais as pessoas homossexuais, transexuais e travestis, uma vez que a epidemia ficou inicialmente conhecida como “peste gay”. Portanto, o indicador de mortalidade não se refere apenas à infecção pelo vírus, como também em virtude das condições sócio-históricas de marginalização que tornam o acesso à saúde restrito.

Em seguimento, outro indicador de mortalidade subsistente são as intervenções médicas clandestinas. Diante da ausência de recursos financeiros para as próteses de silicones e incisões cirúrgicas adequadas, há mulheres transexuais e travestis, principalmente as que se prostituem, que se automedicam para efeitos de feminização de seus corpos, ou que recorrem às intervenções médicas clandestinas para a injeção de silicone industrial nos seios, bundas e/ou pernas, de forma a modelar seus corpos para se alinharem, além da própria vontade, aos desejos dos possíveis clientes. No entanto, sem avaliação laboratorial e sem acompanhamento médico, estão sujeitas a riscos de infecções e até morte (MONTENEGRO, 2019).

Como transexuais e travestis correspondem a um grupo estigmatizado que requer demandas específicas, como tratamentos hormonais, cirurgias de redesignação sexual, dentre outras, ao buscarem atendimento nas instituições de saúde, essas pessoas se deparam com situações de transfobia que vão desde a relação com as/os profissionais que não são instruídas/os a tratar de suas questões, até a relação com outras/os pacientes, resultando no adiamento ou na desistência de acompanhamento médico.

³⁸ Justificamos o uso da sigla LGBT para se referir ao movimento devido seu emprego no campo das políticas públicas, haja vista que as ações de âmbito federal buscam uma unificação com durabilidade temporal que perpassa gerações.

Ademais, conseqüente à patologização das identidades, ainda que o processo transexualizador tenha sido disponibilizado pelo SUS em 2008, os procedimentos são autorizados somente por meio de diagnóstico psiquiátrico. Desse modo, para obter o laudo que autoriza o processo transexualizador, cabe à interpretação da/o psiquiatra sobre a transexualidade e à classificação dos “sintomas” da disforia de gênero estabelecidos no DSM-5³⁹, pois, não há uma disfunção biológica a ser comprovada por meio de exames.

As pessoas transexuais e travestis precisam de, pelo menos, dois anos de terapia para realizar as mudanças corporais que desejam, no entanto, mesmo considerando os sintomas do DSM-5, a concepção de mundo das/os psicólogas/os e/ou psiquiatras também pode comprometer o diagnóstico,

Se, por exemplo, este/a profissional acreditar que ‘lugar de mulher é na cozinha’, uma mulher (trans) enfrentaria obstáculos para conseguir seu laudo caso não seja versada nas artes culinárias. O mesmo não poderia acontecer se um homem (trans) ao invés do tão ‘masculino’ gosto por futebol preferisse ler e escrever poesias. Na visão de alguns profissionais estes comportamentos não seriam esperados, e pior, seriam como que a comprovação de que tais pessoas não são (trans), uma vez que em seu pensamento conservador, não seguem a ditadura do gênero (OLIVEIRA, 2015, p. 106).

Mesmo que a identificação das identidades seja classificada pela incongruência entre sexo e gênero, o entendimento sobre as normas de gênero pode interferir diretamente no diagnóstico. Portanto, embora tenham sido promulgadas a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS em 2006, que prevê o uso do nome social na saúde pública, a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTs em 2011, que tem como um dos objetivos promover o enfrentamento a discriminações, e a garantia do nome social no cartão do SUS em 2012, além dos recursos financeiros, da demora em conseguir autorização e o medo da transfobia, a aplicação de silicone industrial e a auto prescrição de hormônios sem orientação profissional permanecem como práticas recorrentes.

Nesse ínterim, podemos identificar que, no contexto da marginalização, o desrespeito e a ausência de reconhecimento precedem injustiças que vão desde representações estigmatizadas na mídia, objetificação e práticas discriminatórias, até o

³⁹ Características exigidas para todas as faixas etárias: Incongruência marcante entre sexo de nascença e identidade de gênero sentida (identificação com o gênero oposto) presente durante 06 meses e sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo funcional resultante dessa incongruência. Para adolescentes e adultos: Forte desejo de se livrar de (ou para adolescentes jovens, prevenir o desenvolvimento de) suas características sexuais primárias e/ou secundárias; Forte desejo para as características sexuais primárias e/ou secundárias que correspondem com seu gênero sentido; Forte desejo de ser do gênero oposto (ou algum outro gênero); Forte desejo de ser tratado como do sexo oposto; Forte convicção de que eles têm os sentimentos típicos e reações do sexo oposto (DSM, 2014).

não acesso pleno a serviços de saúde e segurança. Conseqüentemente, pessoas transexuais e travestis têm sido impedidas de ter um padrão de vida material adequado e de ter paridade participativa nas esferas públicas, especialmente ao estarem mais propensas a morrer antes dos 35 anos por serem mais vulneráveis a violências.

1.1.2. Trabalho

O trabalho condiciona o processo de vida social, política e intelectual e é essencial para o desenvolvimento do indivíduo, haja vista que é por meio desse que as pessoas provêm as condições de sua existência, tanto para manutenção quanto para reprodução material da vida (MARX, 2007). Porquanto, no sistema capitalista, além de nem todas/os terem acesso às mesmas condições de trabalho, as normas de gênero também são apropriadas e imbricadas na perpetuação das desigualdades intrínsecas a esse modelo de desenvolvimento econômico.

Com efeito, além da precarização do trabalho, os estigmas também interferem na empregabilidade de transexuais e travestis. Dentre as produções e notícias que tem como objetivo analisar a inserção de transexuais e travestis no mercado de trabalho, as vivências na prostituição (MEIRA, 2015; PATRIARCA, 2015; SILVA, 2016; VASCONCELOS, 2016; EUFRÁZIO, 2017) e a discriminação no trabalho (OLIVEIRA, 2016; HARTMANN, 2017; KOMETANI, 2017; BRAZILIENSE, 2018; JESUS, 2019; CARPILOVSKY, 2020; CASTRO, 2020; SOUZA, 2020; UFMG, 2020) são os temas mais recorrentes.

Como as normas de gênero são estruturadas e apresentam dimensões político-econômicas, essas engendram modos de exploração e marginalização especificamente determinados pelo gênero, que podem limitar as ocupações profissionais de transexuais e travestis. As produções acadêmicas desvelam que, em detrimento da discriminação e da exclusão familiar e educacional, o acesso ao trabalho formal decorre por meio de atividades menos remuneradas que não exigem qualificação acadêmica e que são socialmente atribuídas às mulheres, como faxineira, cozinheira, operadora de *telemarketing*, manicure, cabeleireira, auxiliar de produção, entre outras.

Não obstante, as produções também evidenciam que, mesmo que tenham diploma, transexuais e travestis podem não conseguir vagas formais de trabalho, e, quando conseguem, podem sofrer discriminações diariamente por meio de assédio, comentários pejorativos, intimidações e até violências físicas. Portanto, a prostituição

ainda é o trabalho maioritariamente citado pelas mulheres transexuais e travestis entrevistadas como um dos principais meios de sobrevivência.

Dados da pesquisa realizada em 2000 pelo Grupo Esperança de Curitiba⁴⁰ apontam que dentre as 94 mulheres transexuais e travestis entrevistadas, embora 5 tenham concluído a educação superior, 78 trabalham na prostituição enquanto 16 trabalham como cabeleireiras, cozinheiras, auxiliares de produção, recepcionistas ou maquiadoras. Semelhantemente, a pesquisa realizada entre 2011 a 2015 pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁴¹, indica que de 138 mulheres transexuais e travestis que trabalham na prostituição, 08 estudaram até a 4ª série, 35 estudaram entre a 5ª e a 8ª série, 82 concluíram o ensino médio, 09 ingressaram na educação superior e 03 são formadas (SCOTE, 2017).

Em seguimento, a pesquisa “Direitos e violências na experiência de travestis e transexuais em Florianópolis: construção de um perfil psicossocial”, realizada em 2015 pelo Núcleo Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (Margens) do departamento de psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), evidencia que das 85 pessoas travestis e transexuais entrevistadas, 73 afirmaram já terem feito sexo por dinheiro e 55 trabalham na prostituição (HARTMANN, 2017).

A relação entre a prostituição e as travestis, tanto concorrente ao estigma quanto à fonte de renda, se consolidou durante o período da ditadura militar, no qual o governo desenvolveu, com base no arcabouço legal existente, uma maneira de punir a prática da prostituição vista como uma ameaça ao regime. Ainda que não houvesse lei expressas que a proibissem, foram criadas leis que criminalizavam o agenciamento e os estabelecimentos que facilitavam ou promoviam esse trabalho (BARNART, 2018).

Mesmo com a repressão, a prostituição nas capitais se tornou uma das únicas alternativas financeiras para as travestis que mudavam de cidade na expectativa de melhores condições de trabalho. Contudo, ainda que obtivessem renda, as travestis

⁴⁰ Organização não governamental fundada em 1994 com o objetivo de integrar na sociedade pessoas excluídas e em situação de vulnerabilidade social, como transexuais e travestis. O grupo desenvolve cursos de capacitação profissional como corte, costura e artesanato (HARTMANN, 2017).

⁴¹ A pesquisa realizada para o projeto “Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população”, sob a coordenação do Prof. Marco Aurélio Máximo Prado, teve por objetivo levantar dados sobre escolaridade, família, trabalho, religião, transformação do corpo, saúde, violência, políticas públicas, lazer e perfil social de mulheres transexuais e travestis que trabalham na prostituição no município de Belo Horizonte e região metropolitana (SCOTE, 2017).

permaneciam vulneráveis à violência policial. Além da ausência familiar, dos recursos financeiros e da necessidade de sobrevivência, a repressão e violência também submergiu tais pessoas à marginalidade sob o pretexto de perturbação da ordem pública.

As pesquisas de Claudielle Silva (2016), sobre as prostitutas e travestis da Zona do Mangue no Rio de Janeiro entre os anos 1960 e 1970, e de Don Kulick (2008), sobre travestis de Salvador na década de 1990, além de evidenciarem que o delito de “vadiagem” era utilizado para retirar das ruas, bem como torturar, punir e encarcerar, pobres, prostitutas, homossexuais, negras/os e travestis⁴², as/os autoras/es também constatarem como a mídia jornalística reforçava as associações à enganação e à criminalidade na descrição das notícias,

[...] O português Vitor Dias da Silva foi duplamente enganado, porque a mulher, de cabelos longos, por quem se sentira atraído, a ponto de acompanhá-la para um encontro, não era senão o anormal Isaías Manuel, a Margarete que, de peruca e vestido como tal, como tal agia, atraindo vítimas para os chamados golpes dos ‘suadouros’ (...) (SILVA, 2016, p. 92).

Durante o regime autoritário foram intensificadas as notícias que representavam as pessoas transexuais e travestis como dissidentes associadas à criminalidade, à doenças e ao desvio de caráter. Referenciadas no masculino, como exemplificado no trecho acima, as travestis que se prostituíam eram tratadas como homens que vestiam roupas femininas para enganar com o intuito de roubar. Em contraponto, o tratamento da mídia frente às pessoas transexuais e travestis famosas, embora também reforçasse o masculino, frisava o exótico e a erotização, garantindo a venda de jornais e revistas,

A mulher da moda no Brasil, hoje, a mais cobiçada, a mais sensual, a mais fotografada, perseguida e até beliscada em suas aparições públicas é... um homem. Na carteira de identidade ela se chama Luiz Roberto Gambine Moreira e tem 22 anos de idade. Nas páginas da revista Playboy, onde apareceu nua (e a publicação desapareceu das bancas em três dias, fato inédito), ela é Roberta Close, uma morena de estonteantes metro-e-oitenta de altura – tem 93 cm de busto e 103 de quadris – e uma malícia ingênua que não deixa dúvidas. Luiz Roberto merecia ter nascido mulher (NICOLAU, 2019, p. 55).

Consoante aos trechos de jornais citados nas pesquisas, a mídia hegemônica torna-se a parte mais dinâmica da estrutura ideológica que influi sobre a opinião pública, reforçando, direta ou indiretamente, as normas de gênero que implicam no processo de não reconhecimento e estigmatização de grupos subordinados, bem como

⁴² De acordo com uma reportagem publicada no jornal O Globo, prostitutas perseguidas pelas forças armadas e que sofreram torturas e prisões durante a ditadura reivindicaram reparação econômica e anistia (ÉBOLI, 2013).

na desagregação e silenciamento de suas ações, mesmo que, por ser uma arena de conflitos, imprensas alternativas com registros acerca da população LGBT e contra a repressão também tenham sido criadas (QUINALHA, 2017).

Além dos estigmas de transexuais e travestis subsistirem e as/os manterem suscetíveis à marginalização, interferindo no acesso a direitos, mercado de trabalho e espaços (públicos ou privados), ao longo do tempo a prostituição tornou-se inseparável da constituição das travestis enquanto grupo social, posto que, conforme uma pesquisa realizada pela ANTRA, a maioria precisa recorrer à prostituição para obter fonte de renda⁴³, ainda que estejam mais suscetíveis às violências.

Sob esse quadro, cabe destacar que, como a violência está inserida no processo de estigmatização comprometendo as condições de vida desse grupo, durante a década de 1990 as primeiras organizações políticas dos movimentos de transexuais e travestis ocorreram em resposta à violência policial nos locais tradicionais de prostituição no Rio de Janeiro, como também à reivindicação por políticas públicas de combate a epidemia de HIV/AIDS que acometeu, sobretudo, quem trabalhava na prostituição. Portanto, podemos observar que o contexto do trabalho para transexuais e travestis também está diretamente relacionado aos modos de exploração, marginalização e privação específicos de gênero e, conseqüentemente, à mobilização política desse grupo.

As injustiças que se consolidam por meio do trabalho podem ocorrer em razão da desigual divisão das ocupações profissionais de acordo com o gênero. Transexuais e travestis, embora nesse caso seja essencialmente mulheres transexuais e travestis, recorrentemente estão mais suscetíveis à exploração, ao disporem sua força de trabalho e até o próprio corpo para o benefícios de outras/os, à marginalização econômica, ao serem limitadas às funções que não exigem qualificação mesmo que sejam formadas ou que seja consideradas femininas, e à privação, ao não terem acesso à direitos e a um padrão de vida material adequado.

1.1.3. Educação

Emergente da revisão de literatura realizada acerca das vivências de transexuais e travestis, o vínculo familiar configura-se como um dos principais aspectos que implicam no acesso e permanência nas instituições de ensino. Como a família é um

⁴³ Segundo a ANTRA, cerca de 90% das mulheres transexuais e travestis vivem da prostituição como fonte de renda, devido a exclusão escolar e dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho (ANTRA, 2018).

produto do sistema social que refletirá sua cultura (ENGELS, 1984), as concepções que demarcam as/os pessoas transexuais e travestis como destoantes da normalidade, bem como atribuem à prostituição, criminalidade e à patologia, podem fazer com que essas pessoas sejam expulsas de casa ou que decidam ir embora em razão do transfobia,

O processo de exclusão das pessoas trans começa muito cedo. Quando as famílias descobrem que o filho ou a filha está se rebelando contra a ‘natureza’ e que desejam usar roupas e brinquedos que não são apropriados para seu gênero, o caminho encontrado para ‘consertá-lo’ é a violência. Geralmente, entre os 13 e 16 anos, as pessoas trans fogem de casa e encontram na prostituição o espaço social para sobrevivência financeira e construção de redes de sociabilidade (BENTO, 2017, p. 235).

As injustiças que podem acometer esse grupo estão enraizadas em padrões de representação, interpretação e comunicação. Assim, as normas de gênero, que delimitam valores, conduta, brinquedos e roupas ‘adequadas’ para meninas e meninos, suscitam conflitos quando a criança ou a/o adolescente têm preferência por elementos do “gênero oposto” e a família recorre à agressões físicas e/ou psicológicas com o intuito de reprimir a situação. Além disso, o contexto educacional dessas/es estudantes também pode ser constituído por violências físicas, psicológicas e/ou verbais que contribuem para o fracasso escolar⁴⁴, especialmente quando não há apoio parental.

Com efeito, o impacto do desamparo familiar, somado às práticas discriminatórias que podem suceder no âmbito escolar, são aspectos que podem afetar a socialização de transexuais e travestis, exprimindo uma subordinação social no sentido de serem privadas/os de participar como iguais na vida social. Como exemplo, as produções que citam a conclusão do ensino médio e o acesso e/ou a conclusão de estudantes transexuais e travestis na educação superior, também mencionam a aceitação e apoio da família (BRITO, 2016; POLAK, 2016; FILHO, 2017; HARTMANN, 2017; SANTOS, 2017; SCOTE, 2017; RIBEIRO, 2019; SOUZA, 2019).

Já as produções que apontam o fracasso escolar e a prostituição, expõem violências físicas, verbais, psicológicas e sexuais, abandono, expulsão e/ou rejeição no vínculo familiar (LIMA, 2013; BARROS, 2014; RODRIGUES, 2014; SOUSA, 2015;

⁴⁴ “Evadir-se da escola, ou seja, deixar de concluir o período de escolaridade obrigatória, segundo José Maria Puig Rovira (2004), é uma das situações em que se caracteriza o fracasso escolar [...] Para o autor, o conceito de fracasso escolar é referente às/aos jovens que não concluem o período de escolaridade obrigatória, porém, frequentemente, há aspectos que interferem no rendimento dessas/es jovens que ficam fora de seu controle. Mulheres transexuais e travestis que deixam de frequentar a escola fracassam, no entanto os aspectos que motivam essas mulheres a se afastarem do espaço escolar, estão muitas vezes além de suas responsabilidades e controle” (LIMA; XAVIER FILHA, 2017, p. 71).

DIAS, 2015; RODRIGUES, 2016; ALEXANDRE, 2017; BARCELLOS JUNIOR, 2018; GONZALEZ JUNIOR, 2019).

Ainda que não haja dados estatísticos de âmbito nacional disponibilizados pelo Poder Público que considerem apenas o recorte transexual e travesti (como pelo IBGE, por exemplo), a transfobia sucedida nas escolas tem sido evidenciada por meio das pesquisas realizadas por movimentos sociais e associações de transexuais e travestis, pelas produções acadêmicas e pelas notícias publicadas nas mídias sociais. As principais ocorrências contra essas/es estudantes são referentes às diferentes formas de violências, tanto por parte das/os profissionais da escola quanto pelas/os alunas/os.

Nas pesquisas e produções acadêmicas são destacadas o impedimento do uso do banheiro correspondente ao gênero, violências físicas, verbais e/ou sexuais, e a proibição e/ou desrespeito com o uso do nome social (LIMA, 2013; BARROS, 2014; RODRIGUES, 2014; DIAS, 2015; BRITO, 2016; POLAK, 2016; RODRIGUES, 2016; ALEXANDRE, 2017; FILHO, 2017; BARCELLOS JUNIOR, 2018; GONZALEZ JUNIOR, 2019; RIBEIRO, 2019), enquanto as notícias expõem a discriminação, a evasão, o uso do nome social em sala de aula e a ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação para essas/es estudantes (HANNA; CUNHA, 2007; CAZARRÉ, 2015; ALVES, 2016; GARCIA, 2019; VIANA, 2019; TEIXEIRA, 2020).

A proibição do nome social é uma das formas de excluir as/os transexuais e travestis tanto na escola quanto em outros espaços institucionais. Uma vez que o nome civil pode ser incongruente ao reconhecimento do gênero, o nome social é o termo referente ao novo nome, comumente escolhido pela própria pessoa ou por quem ela requerer, significando pertencimento e identificação à identidade reconhecida. Sob essa perspectiva, a rejeição/negação do nome social é uma ação violenta de exclusão do convívio social que causa constrangimento e dificuldade de acesso e permanência.

As ações das/os profissionais da escola pertinentes ao desrespeito com o uso do nome social, à proibição do uso do banheiro consoante ao gênero da/o estudante e à omissão diante das violências, se configuram enquanto práticas transfóbicas que também fomentam a exclusão. Mesmo que correspondam a uma dinâmica de um grupo específico, essas violações de integridade psicológica e física têm relação direta com as concepções dominantes constitutivas de um sistema desigual.

Estruturada de forma fragmentada, a escola reproduz a divisão social do trabalho e a lógica do mercado, devido o acesso ao conhecimento ocorrer de maneira desigual e seletiva, ainda que encoberto pelo discurso da democratização e respeito às

diferenças culturais (SAVIANI; DUARTE, 2015). Ademais, de acordo com o processo histórico, a escola também se adapta conforme as desigualdades sociais. Carregando intrinsecamente concepções da sociedade que a estabelece, a escola, da forma como está estruturada, reproduz tratamentos desiguais ao diferente, se expressando enquanto um ambiente hostil para a permanência de grupos que requerem ações para o reconhecimento de suas diferenças, como as/os estudantes transexuais e travestis.

Apresentando alguns dados para exemplificação, em relação às pesquisas realizadas por associações e movimentos de transexuais e travestis, o “Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar”⁴⁵, realizado em 2009 por meio de entrevistas com 1.005 professoras/es, 15.087 estudantes, 1.002 mães/pais, 1.004 funcionárias/os e 501 diretoras/es de 501 escolas de todos os estados, aponta que, dentre as questões étnico-racial, identidade de gênero, deficiência, fator socioeconômico, geracional e territorial, a atitude discriminatória mais recorrente nas escolas públicas está relacionada às questões de gênero (7.105 indicaram haver tal discriminação).

Já os dados da pesquisa⁴⁶ “Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Por que frequentam?”, realizada em 2013 com 8.283 estudantes de 15 a 29 anos, evidenciam que 588 das/os alunas/os afirmam não querer ter uma/um colega travesti como colegas de classe, enquanto os dados⁴⁷ da pesquisa nacional “Ambiente Educacional no Brasil: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais”, realizada em 2015 pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), apontam que 43% das/os estudantes LGBT se sentem inseguras/os na escola em razão de sua identidade de gênero, 68% já foram agredidas/os verbalmente e 25% foram agredidas/os fisicamente.

⁴⁵ De forma a avaliar e subsidiar ações para a promoção da diversidade, a pesquisa teve como objetivo analisar a existência de preconceito e discriminação nas escolas públicas (FIPE, 2009).

⁴⁶ Com o objetivo de conhecer quem são as/os jovens que frequentam a escola, a fim de identificar o lugar da escola na produção do conhecimento, o clima escolar, as relações com as/os professoras/es e entre as/os alunas/os no horizonte de motivações, a pesquisa foi realizada com estudantes do ensino médio, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do ProJovem Urbano, de escolas com mais de 500 alunas/os matriculadas/os, das cidades de Belém e Castanhal/PA, Salvador e Feira de Santana/BA, Curitiba e Ponta Grossa/PR, Rio de Janeiro e Volta Redonda/RJ e Cuiabá e Rondonópolis/MT (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015).

⁴⁷ Os dados foram coletados em 2015 por meio de um questionário *online* envolvendo 1.016 estudantes LGBT matriculadas/os no ensino fundamental, com idades entre 13 e 21 anos. O questionário foi disponibilizado às 27 Unidades Federativas (UF) por meio de listas de e-mail, mídias sociais, grupos comunitários LGBT, *sites* de organizações estudantis, instituições nacionais e locais relacionadas à educação e aos direitos humanos e sindicatos (ABGLT, 2016).

Em um cenário de constantes injustiças, no qual os indivíduos não obtêm um tratamento igualitário, transexuais e travestis não são comumente percebidas/os ou reconhecidas/os como um grupo com igualdade de participação. Dito isso, as questões identitárias, especialmente de reconhecimento das diferenças, requerem ser incluídas nas lutas e debates sobre o acesso e permanência na educação numa perspectiva de direitos e de combate às desigualdades, uma vez que, nas tensões políticas que moldam esse contexto, tais questões são utilizadas por discursos conservadores para “defender” a neutralidade da escola perante as discussões de gênero.

Com base nos contextos de marginalização, trabalho e educação apresentados, entendemos que os eixos de injustiças se interseccionam e, mesmo acompanhados diretamente por má distribuição ou não, constituem a subordinação social e econômica de transexuais e travestis, que fomentam as lutas políticas em defesa de suas identidades e da garantia de direitos. Sobre esse ponto, para elucidar como os movimentos desse grupo têm se mobilizado para reivindicar suas demandas, no próximo tópico apresentamos sua consolidação política no Brasil e suas principais reivindicações e ações no âmbito educacional.

1.2. Os movimentos de transexuais e travestis no Brasil

Para organizar e expressar suas demandas oriundas das desigualdades, os movimentos sociais são uma ferramenta de luta concretizada por diferentes estratégias, desde mobilizações, concentrações, passeatas, negociações, atos de desobediência civil e etc., até ações pelos meios de comunicação e informação, como a *internet*. Os avanços gradativos dos direitos são, portanto, efeitos das lutas de movimentos que organizados “[...] expressam a vontade de grupos na busca de seus objetivos específicos e na luta pelo acesso aos bens culturais e de produção” (ALMEIDA, 2009, p. 39).

Consoante à Luciano Gruppi (1978), a opressão capitalista determina uma série de reações e oposições, que, mesmo que não tenham a mesma direção, por despontarem “[...] de uma situação de opressão provocada pelo capitalismo, são anticapitalistas, ainda que os seus promotores não tenham consciência de tal caráter” (GRUPPI, 1978, p. 43). Dessarte, sem suprimir os aspectos econômicos, uma vez que as condições de existência dependem em grande medida dessa dimensão, os aspectos sociais, culturais e políticos também caracterizam desigualdades que se entrecruzam e têm igual relevância nas lutas sociais, mesmo que apresentem certo deslocamento da centralidade na luta de classes.

Os movimentos sociais que reivindicam o reconhecimento das diferenças são definidos a partir de uma perspectiva cultural como grupos que lutam para defender suas identidades, não sendo definidos a partir de uma perspectiva econômica como classes que lutam para defender seus interesses, suprimir a exploração e conquistar a redistribuição. Nesse processo, as reivindicações por reconhecimento denotam o descentramento da classe, eclipsando, por vezes, essa coletividade como principal substrato da mobilização política (FRASER, 2022).

Contudo, como o sistema capitalista mantém seu caráter desigual ao se desenvolver e passar por diversos contextos históricos, as novas formas de opressão que ultrapassam as relações de produção, sucedem novas ações coletivas articuladas a partir de questões específicas, sejam econômicas, identitárias, sociais, dentre outras. Pertencendo a uma ordem de *status* complexamente relacionada com a estrutura econômica, essas coletividades contemporâneas que se referem principalmente aos movimentos feministas, raciais e LGBT, assumem lutas pelo reconhecimento de suas diferenças, requerendo ações de justiça frente a sua igualdade de participação.

Com efeito, como despontam e estão entrelaçadas em uma realidade em que há exacerbada desigualdade material, as lutas por reconhecimento podem ser integradas às lutas por redistribuição quando as injustiças são simultaneamente culturais e econômicas. Desse modo, ao pressupormos que a justiça requer ambos, redistribuição e reconhecimento, e que tais demandas são direcionadas à igualdade social e não se excluem, as reivindicações por reconhecimento podem não ser ‘meramente culturais e/ou identitárias’.

Essa perspectiva para movimentos “minoritários”⁴⁸, sumariamente, “invisibiliza correntes alternativas que se dedicam a retificar formas de injustiça econômica específicas em relação a gênero, raça e sexo” (FRASER, 2022, p. 323), e reforça a fragmentação dos grupos subordinados, de forma que a não identificação como aliados os mantém isolados e marginalizados, fomentando a competitividade e, até mesmo, os conflitos. Não obstante, interpretando as reivindicações, seja por redistribuição ou por reconhecimento, como lutas por justiça e pelo *status* da igualdade, reconhecendo a particularidade de suas demandas e aproximando as similaridades que não se opõem, ambas as reivindicações podem ser direcionadas para a superação e transformação das estruturas opressoras na sociedade capitalista.

⁴⁸ O termo minorias refere-se aos movimentos que lutam por demandas além das questões de classe, mas nem sempre representam a minoria da população.

Os movimentos de transexuais e travestis, mesmo que, em primeira instância, aparentam estar para além das questões de classe, tem se organizado para resistir às condições estigmatizantes e excludentes que decorrem e subsistem sob o mesmo prisma da exploração e opressão alicerçada à lógica do capital, cujas demandas por acesso à educação, saúde, mercado formal de trabalho e segurança requerem, sobretudo, igualdade na garantia de direitos básicos para sobrevivência.

Embora em meados de 1960 tenha existido outras formas de ativismos⁴⁹, as primeiras organizações políticas de transexuais e travestis e as primeiras iniciativas governamentais ocorreram na década de 1990, por meio dos programas de tratamento e prevenção de DST/AIDS direcionados a esse grupo. Para tanto, Pereira (2018), ao analisar a relação entre política e conhecimento nos movimentos sociais com foco específico para o Movimento de Pessoas Trans no Brasil, divide a história desse movimento em três ondas (1990 - 2000 - 2010).

A primeira onda decorreu na década de 1990, cujas demandas eram pertinentes à violência policial e à epidemia de HIV/AIDS, a segunda, na década de 2000, foi marcada pela multiplicação de demandas, expansão do movimento, campanhas publicitárias, organização dos encontros anuais, associação com o movimento LGBT e pelas iniciativas governamentais para garantia de direitos além da área da saúde. Por fim, a terceira onda decorreu a partir de 2010, emergente pela visibilidade na mídia, multiplicação dos padrões de atuação política com o enfraquecimento do modelo organizacional das ONGs e pelo fortalecimento do neoconservadorismo, como as ações contrárias à “ideologia de gênero” (EUGENIO, 2018; PEDRA, 2018; PEREIRA, 2018; SALES, 2018; SILVA, 2016; SOUZA, 2016).

Com o objetivo de conter as prisões e ações violentas da polícia nos locais de prostituição no Rio de Janeiro, a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) foi a primeira organização que emergiu no Brasil em 1992. Ainda que a violência policial contra as mulheres transexuais e travestis que se prostituíam ocorresse desde 1970, quando somada ao rápido crescimento de diagnósticos e mortes para o vírus HIV, a marginalização desse grupo requereu ações políticas para reivindicar a própria

⁴⁹ “É possível dizer que, pelo menos, a década de 1960 já estava em processo de constituição um campo trans no Brasil, com a emergência pública do debate sobre a legalidade das cirurgias de transgenitalização no Brasil, a partir da publicização da prisão do cirurgião plástico Roberto Farina, pioneiro na realização desse tipo de cirurgia no país. Tal disputa definiu alguns parâmetros que influenciaram a luta posterior, como o engajamento com o discurso médico patologizante das transexualidades como uma forma de acesso a direitos. Todavia, naquela época a disputa não contou com a intervenção organizada de grupos de travestis ou outras pessoas trans” (PEREIRA, 2018, p. 133).

sobrevivência. Portanto, por meio da inserção em programas de HIV/AIDS criados pelo governo FHC, transexuais e travestis se reuniram e se organizaram politicamente com o intuito de maior visibilidade e aproximação com o governo.

Posteriormente outras organizações foram fundadas, como a Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL) (1997), que a partir dos anos 2000 formalizou-se na ANTRA, responsável por organizar o Encontro Nacional de Travestis e Liberados que lutam contra a AIDS (ENTLAIDS)⁵⁰ para o fortalecimento e divulgação das demandas nas cinco regiões do país e o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT) (2005). Com o registro da ANTRA como personalidade jurídica, o movimento multiplicou e passou a atuar no cenário político em mecanismos participativos, desenvolveu campanhas e executou projetos de capacitação nas áreas de prevenção às DST/AIDS e direitos humanos e cidadania.

Em consequência do aumento expressivo do movimento, da promoção dos encontros nacionais anuais, da criação da ABGLT com a agregação do T na sigla do movimento LGBT, as demandas de transexuais e travestis foram redimensionadas para além da prevenção e tratamento de DST/AIDS e da violência policial, de modo que a autorização do processo transexualizador pelo SUS, o uso do nome social em instituições públicas, a participação no processo decisório das políticas públicas e a retificação do nome e gênero marcaram a segunda onda.

Antes de mais, cabe destacar que, como o movimento LGBT se produz no interior de um complexo conjunto de relações assimétricas, a agregação do T na sigla LGBT foi uma estratégia política, uma aliança dos grupos subordinados para unificar forças, obter maior visibilidade e reivindicar a garantia de direitos, ainda que em seu interior as pautas se diferenciem de acordo com cada identidade. No entanto, a integração e o avanço das demandas dos movimentos de transexuais e travestis, frente às outras demandas LGBT, se exprimiu de maneira desigual e fragmentada, devido às condições socioeconômicas que implicaram na sua organização e na aproximação política entre os demais grupos.

Como o desfavorecimento econômico e o desrespeito às identidades estão entrelaçados e reforçam um ao outro, os movimentos de transexuais e travestis apresentam uma formação autónoma, relativamente independente e permanentemente

⁵⁰ Na época denominado o Encontro foi denominado Encontro Nacional de Travestis na Luta contra a AIDS devido o financiamento ser provido pelo Programa Nacional de DST/AIDS (PNDA), posteriormente o nome foi modificado diversas vezes, mas a sigla AIDS permaneceu (PEREIRA, 2018).

reivindicante de direitos básicos. Sob essa perspectiva, e somado ao contexto e período histórico em que cada grupo se organizou, o movimento de transexuais e travestis ainda mantém suas associações, redes nacionais e estaduais, parcerias e demandas próprias, como também tem ações independentes e específicas.

Para tanto, as campanhas, incluindo cartazes, panfletos, cartilhas, blogs, postagens em redes sociais, faixas, vídeos, entre outros materiais, foram uma das estratégias desses movimentos para visibilidade social e política das reivindicações. Conforme a análise de Mário Carvalho (2015) sobre as campanhas elaboradas no período de 2004 a 2015, os primeiros materiais foram elaborados em parceria com órgãos governamentais e tinham como foco os serviços de saúde, contudo, também focaram na conscientização do próprio grupo sobre AIDS/DSTs, direitos e documentação.

Também foi por meio do lançamento de uma campanha, denominada ‘Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida.’ e realizada em 2004 em conjunto com o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, que o dia 29 de janeiro tornou-se o “Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais”, específico para celebração e protestos de pessoas transexuais e travestis no Brasil (CARVALHO, 2015).

Dessa forma, ainda que o Brasil tenha participado ativamente de conferências internacionais⁵¹ que apresentavam pautas sobre gênero e o governo FHC tenha elaborado políticas de prevenção e combate à AIDS direcionadas para a população LGBT, foi durante o governo Lula que esse grupo obteve maior mobilização política e visibilidade social. Nesse período houve parcerias para campanhas publicitárias de conscientização e expansão das conferências nacionais, que demandaram diretrizes administrativas para a concretização de direitos já assegurados por lei ou para implementação de políticas já existentes, como também foram promulgadas políticas e programas nas áreas da saúde, educação e segurança (ALVES, 2017).

No governo FHC, além da criação de programas na área de prevenção à DST/AIDS, também houve a formulação do Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH 2) em 2002. Nesse documento, dentre as 518 ações, 10 contemplavam a

⁵¹ Promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), as conferências internacionais que destacavam demandas de gênero e sexualidade são; Direitos Humanos em Viena (1993), População e Desenvolvimento em Cairo (1994), Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague (1995) IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em Beijing (1996), Habitat II em Istambul (1996) e Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância em Durban (2001).

“garantia do direito à igualdade de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais”. Entretanto, embora no seu prefácio mencionasse a integração dos direitos desses grupos às pautas das políticas do Governo Federal, as ações que contemplavam o movimento LGBT não foram assumidas por nenhum órgão para a formulação de políticas públicas. Ainda assim, além da frente prioritária de atuação desse movimento estar no Poder Legislativo ao mesmo tempo que havia resistências às demandas relativas a direitos sexuais e reprodutivos, esse governo principiou o delineamento das políticas no governo sucessor (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012).

Em função do vínculo histórico que o Partido dos Trabalhadores (PT) tinha com movimentos sociais, a transição de governo a partir de 2003 denotou, então, uma abertura maior no que tange o diálogo com os movimentos de transexuais e travestis. Como efeito, as políticas participativas em âmbito nacional, os conselhos e as conferências existentes desde o governo FHC nas áreas de saúde e assistência social, foram ampliadas para outras áreas, como educação, cidadania e trabalho.

Os planos e programas promulgados contendo propostas de ações relativas à conscientização e mobilização frente às questões de gênero na educação estão descritos no quadro 1 abaixo, e, apesar de não apresentarem propostas específicas somente para pessoas transexuais e travestis na educação, foram ações basilares para elaboração das políticas de nome social nas instituições de ensino,

Quadro 1 - Políticas e programas direcionadas à população LGBT

Documentos	Ano	Objetivos
Programa Brasil sem Homofobia	2004	Promover a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação.
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	2007	<p>a) Destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito;</p> <p>b) Enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;</p> <p>c) Encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas;</p> <p>d) Contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos;</p> <p>e) Estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos;</p> <p>f) Propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);</p> <p>g) Avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos;</p> <p>h) Orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos;</p> <p>i) Estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos;</p> <p>j) Estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos;</p> <p>k) Incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos;</p> <p>l) Balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios;</p> <p>m) Incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.</p>
Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT	2009	Orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas.
Plano Nacional de Direitos Humanos 3	2009	O documento não apresenta objetivo geral e específico por ter sido organizado por eixos orientadores que se desdobram em objetivos estratégicos e ações pragmáticas.

Fonte: Elaboração própria com base no Programa Brasil sem Homofobia (2004), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009) e Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (2009).

O Programa BSH, elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e publicado pelo Ministério da Saúde em 2004, apresentava como objetivo promover a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais a partir da equiparação de

direitos e do combate à violência e à discriminação, e foi constituído por diferentes ações que previam medidas para ampliação da cidadania LGBT em eixos como segurança, cultura, saúde, educação e trabalho. No eixo educação, as ações eram referentes à,

Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual;
 Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
 Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
 Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
 Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
 Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana;
 Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de LGBT;
 Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas (BRASIL, 2004, p. 22).

As ações sobre o direito à educação dirigiam-se sumariamente à homofobia, à homossexualidade e à orientação sexual, havendo somente um tópico que inclui a sigla LGBT, referente à pesquisa e difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e discriminação. Ao longo do documento, as especificidades das pessoas transexuais e travestis tiveram mais destaque nas ações sobre o direito ao trabalho, direito à segurança, e no combate à violência e à impunidade.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação e Ministério da Justiça em 2007, estabelecia objetivos, diretrizes e linhas de ação que contemplava cinco eixos: educação básica, educação superior, educação não-formal, educação das/os profissionais dos sistemas de justiça e segurança pública e educação e mídia. As linhas de ação eram concernentes ao desenvolvimento normativo e institucional, à produção de informação e divulgação de materiais, à realização de parcerias e intercâmbios internacionais, à formação e capacitação de profissionais, à gestão de programas e projetos e à avaliação e monitoramento.

Ainda que não tenha havido especificação às pessoas transexuais e travestis, nos eixos educação básica, educação superior e educação das/os profissionais dos sistemas de justiça e segurança, havia ações programáticas que mencionavam gênero, formas de discriminação e violações de direitos. Enquanto na educação básica o foco

era fomentar a inclusão no currículo escolar das temáticas relativas à identidade de gênero, para assegurar a formação continuada das/os professoras/es para lidar com tais temas, na educação superior o foco estava em desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativa para inclusão, acesso e permanência de pessoas discriminadas por gênero e orientação sexual.

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos em 2009, tinha como objetivos específicos promover direitos fundamentais e sociais e combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, apresentando ações para a elaboração de políticas públicas a serem implementadas por determinados órgãos do governo federal. Essas ações tinham prazos para implementação classificados como curto (propostas cuja execução esteja prevista no Orçamento de 2009) e médio prazo (para as propostas cuja execução esteja contemplada no Orçamento de 2010 e 2011).

As ações que citavam especificidades das pessoas transexuais e travestis eram referentes à prevenção e atenção à violência, ao direito à saúde de qualidade pelo SUS, como exemplo a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e implementação do processo transexualizador pelo SUS, e aos programas de enfrentamento à vulnerabilidade. Atentando à educação, havia uma ação proposta a ser instituída a médio prazo, pelo MEC, relacionada à criação de um programa de bolsa de estudo de incentivo à qualificação e/ou educação profissional de transexuais e travestis em diversas áreas⁵².

O PNDH-3⁵³, elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos em 2009, foi formulado por meio de propostas aprovadas em conferências nacionais e regionais, com temas sobre igualdade racial, segurança, direitos da mulher, meio ambiente, educação, saúde, cultura, dentre outros, realizadas desde 2003, e estava organizado em seis eixos; Interação democrática entre Estado e sociedade civil; desenvolvimento e Direitos Humanos; Universalizar direitos em um contexto de desigualdades; Segurança pública, Acesso à justiça e combate à violência; Educação e cultura em Direitos Humanos; Direito à memória e à verdade, que se subdividiam em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas.

⁵² Há outras ações no qual as pessoas transexuais e travestis estão referenciadas pela sigla LGBT, no entanto, nos atentamos às ações educacionais que tratam dessas pessoas em específico.

⁵³ Para assimilar as demandas crescentes da sociedade, o Programa Nacional de Direitos Humanos tem três versões. As duas primeiras foram lançadas durante o governo FHC, em 1996 e em 2002. Enfatizamos discutir sobre a terceira versão pois é a primeira a discutir sobre especificidades de transexuais e travestis.

Nos objetivos dos eixos “Universalizar direitos em um contexto de desigualdades” e “Segurança pública, acesso à justiça e combate à violência” havia menções acerca da garantia e respeito à identidade de gênero, redução da violência motivada por diferenças de gênero e outras discriminações, no qual dispunham ações programáticas de prevenção à violência e de atendimento à serviços básicos de saúde, com enfoque na prevenção e diagnóstico prévio de doenças e deficiências para pessoas com deficiência, mulheres, indígenas, crianças, adolescentes, LGBT e pessoas em situação de rua, além das ações sobre meios de garantir o uso do nome social de travestis e transexuais, que, embora não houvesse referência à educação, também poderiam ser consideradas no âmbito escolar.

No eixo “Segurança pública, acesso à justiça e combate à violência”, na qual a diretriz 13 referia-se à “Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos”, o objetivo estratégico 5, nomeado como “Redução da violência motivada por diferenças de gênero, raça, idade, orientação sexual e situação de vulnerabilidade”, apresentava as seguintes ações pragmáticas,

[...] b) Garantir aos grupos em situação de vulnerabilidade o conhecimento sobre serviços de atendimento, atividades desenvolvidas pelos órgãos e instituições de segurança e mecanismos de denúncia, bem como a forma de acioná-los; [...] d) Promover campanhas educativas e pesquisas voltadas à prevenção da violência contra pessoas com deficiência, idosos, mulheres, indígenas, negros, crianças, adolescentes, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e pessoas em situação de rua; [...] o) Implementar ações de promoção da cidadania e Direitos Humanos das lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT) com foco na prevenção à violência, garantindo redes integradas de atenção (BRASIL, 2009a, p. 116).

Dentre as 15 ações pragmáticas dispostas no referido eixo, destacamos acima as que referiam-se e/ou mencionaram transexuais e travestis. Já as ações pragmáticas que se referiam ao uso do nome social estavam dispostas no eixo “Universalizar direitos em um contexto de desigualdades”, cuja diretriz 10 correspondia à “Garantia da igualdade na diversidade”, contemplando o objetivo estratégico 5 “Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero”,

a) Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social; [...] e) Desenvolver meios para garantir o uso do nome social de travestis e transexuais (BRASIL, 2009, p. 98).

Tais documentos, respaldados pela CF de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, pela Declaração Universal dos

Direitos Humanos (1948) e pelos Princípios de Yogyakarta (2006), especificavam que suas diretrizes se baseavam na garantia de direitos para a população LGBT, com o intuito de intervir nas ações do Estado para a promoção da cidadania e respeito às diferenças. Entretanto, as propostas que se materializaram foram executadas sem homogeneidade, com verbas escassas e sem monitoramento. Como exemplo, alicerçado nas propostas do Programa BSH, foram construídos Centros e Núcleos de Referências em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual entre 2005 e 2006, no entanto, em 2008 as atividades foram descontinuadas pela ausência de recursos (ALVES, 2017).

Referente à elaboração das políticas de nome social nas instituições de ensino, em 2008, por meio da Portaria nº 016, o Pará foi o primeiro estado a elaborar uma política para a inclusão do nome social no ato da matrícula. No mesmo ano, por meio da Resolução CME/BH nº 002, Belo Horizonte foi a primeira cidade a aprovar no Conselho Municipal de Educação (CME) uma normativa para legitimar o uso do nome social em escolas municipais. Posteriormente, os estados Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Alagoas, Tocantins, Bahia, Distrito Federal e Ceará também elaboraram normativas similares sobre o uso do nome social em instituições educacionais. Já os estados São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraíba elaboraram normativas que permitiam o uso do nome social em órgãos de administração direta e indireta, sem especificar o uso no âmbito educacional.

Na educação superior, como as universidades públicas podem desenvolver políticas com o intuito de democratizar o acesso ao ensino público e têm autonomia para elaborar portarias e resoluções internas segundo o Art. 207 da CF de 1988⁵⁴, a primeira instituição a implementar uma resolução dispoendo sobre a inclusão do nome social de estudantes e servidoras/es transexuais e travestis foi a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), em 2009. Conforme nossa pesquisa, de 63 universidades, em média, 60 têm resoluções específicas.

Como aprofundaremos nas seções seguintes, as reivindicações dos movimentos pela obrigatoriedade do uso do nome social como elemento contribuinte para o acesso a espaços institucionais resultaram em portarias e resoluções que autorizam o uso do nome em escolas e universidades públicas. Contudo, cabe pontuar que inicialmente uma

⁵⁴ “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

das demandas dos movimentos era a alteração do nome civil, cujos projetos de lei já estavam em trâmite.

O primeiro projeto referente à mudança do nome civil indicava alterações no artigo 129 do Código Penal de 1940 e no artigo 58 da Lei de Registros Públicos de 1973, ao propor que não fosse constituído crime a intervenção cirúrgica de redesignação sexual e que fosse autorizada a mudança do prenome nos casos em que a pessoa tenha realizado a cirurgia⁵⁵. Uma vez que tais cirurgias eram proibidas no Brasil, o projeto visava recepcionar a cirurgia para a criação de um mercado para médicas/os e advogadas/os, no qual a alteração do nome teria como objetivo a adequação à área médica (CORREA, 2017).

Embora as pessoas transexuais sem condições financeiras para realizar a cirurgia fora do país fossem mencionadas/os como justificativa para aprovação do projeto, não havia menção às travestis e aos movimentos que já reivindicavam essa pauta junto ao legislativo. Ademais, em 2005 foi apensado a ele outro projeto de lei, apresentado por Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP)⁵⁶, com o objetivo de proibir que transexuais alterem o nome⁵⁷. Portanto, nos anos seguintes, diversos projetos foram elaborados⁵⁸,

⁵⁵ O Projeto 70 – B/1995 foi proposto em 1995 pelo médico e deputado José Coimbra (PTB/SP).

⁵⁶ Com cunho nacionalista e conservador, o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) era um partido político brasileiro que foi extinto em 2006.

⁵⁷ Projeto 5872/2005.

⁵⁸ Projeto 72/2007, pelo deputado Luciano Zica (PT); Projeto 2976/2008, pela deputada Cida Diogo (PT); Projeto 199/2011, pelo deputado João Paulo Lima (PT); Projeto 658/2011, pela deputada Marta Suplicy (PT); Projeto 4241/2012, pela deputada Erika Kokay (PT); e Projeto 5003/2013, pela deputada Erika Kokay (PT) e Jean Wyllys (PSOL).

Quadro 2 - Projetos de Lei no Congresso Brasileiro para mudança de nome civil de travestis e transexuais

Matéria	Projeto/ano	Propositura	Exigências	Trâmite
Nome civil	70 – B/1995	José de Castro Coimbra (PT/SP)	Laudos médicos: psiquiátrico, psicológico e outros Ação judicial	Em trâmite. Pronto para avaliação do Plenário
Nome civil	5872/2005	Elimar M. Damasceno (PRONA/SP)	Impedir mudança de nome civil para pessoas transexuais e travestis	Em trâmite
Nome civil	72/2007	Luciano Zica (PT/SP)	Processo judicial Laudos médicos	Arquivado pelo final da legislatura e a pedido dos movimentos sociais
Nome social	2976/2008	Cida Diogo (PT/RJ)	Sem ação judicial Sem laudos Somente para travestis Somente inclusão de nome social (sem retirar o nome civil)	Em trâmite
Nome civil	199/2011	João Paulo Lima (PT/PE)	Retira a necessidade de processo judicial Requer cirurgia e laudos comprovando a transição	Em trâmite
Nome civil	PLS 658/2011	Marta Suplicy (PT/SP)	Requer laudo médico e psicológico atestando a discordância da identidade de gênero com o que consta do registro civil Requer ação judicial Impede qualquer exigência relacionada à cirurgia de redesignação genitália	Em trâmite
Nome civil	4241/2012	Érika Kokay (PT/DF)	Requer ação judicial Sem laudos	Em trâmite
Nome civil	5002/2013	Érika Kokay (PT/DF) e Jean Wyllys (Psol/RJ)	Sem laudos Sem ação judicial Requer a manifestação de vontade do requerente direto no cartório	Em trâmite

Fonte: Correa (2017, p. 156).

Conforme o quadro, a principal diferença entre os projetos condizia com a patologização das identidades ao ser concernente às exigências de cirurgia, laudo psiquiátrico e/ou ação judicial para alteração do nome civil. Somente o Projeto 5002/2013, proposto por Érika Kokay (PT/DF) e Jean Wyllys (PT/RJ), desconsiderava os comprovantes médicos, tendo como exigência apenas a manifestação de vontade do

requerente direto no cartório de registro civil. Todavia, com o crescimento da bancada religiosa, os projetos sobre essa pauta não avançaram no congresso⁵⁹.

Como os projetos para alteração do nome civil foram preteridos, as reivindicações pela garantia do nome social foram uma estratégia dos movimentos de transexuais e travestis para propiciar o respeito e o acesso à serviços e espaços institucionais. Dessa forma, a partir de 2008 estados e municípios promulgaram portarias, resoluções e normativas para a inclusão do nome social de estudantes transexuais e travestis maiores de 18 anos matriculadas/os em escolas públicas⁶⁰.

Não obstante, a participação do movimento LGBT e da ANTRA em espaços institucionais e na elaboração dos referidos documentos foram essencialmente consultivos, não determinaram poder efetivo de decisão e nem garantia de financiamento, atuando como fator de mediação de demandas entre movimentos e governo, em detrimento do próprio governo. Nesse cenário, embora tenha havido uma ampliação significativa da elaboração de políticas e de espaços institucionais para a participação do movimento LGBT e da ANTRA, a relação com o governo Lula não garantia a efetividade das políticas executadas.

Ademais, ainda que a ABGLT tenha se tornado a principal interlocutora do movimento em função da agregação dos grupos e tenha contribuído para a visibilidade das reivindicações, o avanço das demandas de transexuais e travestis se expressou de maneira desigual e fragmentada. Os objetivos estratégicos e as ações programáticas dos documentos citados foram, em sua maioria, direcionadas à população LGBT em geral. As especificidades de transexuais e travestis foram referenciadas nos eixos sobre direito ao trabalho, à segurança no combate à violência, à saúde na prevenção de DSTs e implementação do processo transexualizador pelo SUS, e à educação, referente à criação de bolsas de estudo para incentivo à qualificação e/ou educação profissional e garantia do uso do nome social. Entretanto, as ações para além da área da saúde e do nome social não foram materializadas.

Estando historicamente associadas/os ao pecado, à patologia e circunscritas/os à margem da sociedade, as ações direcionadas para garantia de direitos de transexuais e

⁵⁹ Somente em 2018, por meio do Provimento nº 73/2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou que pessoas transexuais e travestis alterem o nome e gênero nos assentos de nascimento e casamento no Registro Civil sem a comprovação de realização da cirurgia de redesignação sexual ou apresentação de laudo médico, somente com a autodeclaração (MONTENEGRO, 2019).

⁶⁰ Em 2018, por meio da Resolução CNE/CP nº 1, o MEC instituiu a possibilidade do uso do nome social nos registros escolares da educação básica, incluindo a solicitação de menores de idade por meio das/os representantes legais.

travestis enfrentaram mais resistência para serem aprovadas. Ainda que o diálogo com o movimento tenha ampliado durante a gestão de Lula, os dados estatísticos se mantiveram escassos enquanto a bancada religiosa permaneceu consistente para coibir a concretização de políticas. Portanto, embora a luta em oposição às injustiças tenha culminado na visibilidade social e na ocupação em espaços institucionais, tanto sua atuação quanto suas demandas se mantiveram contidas ao poder normativo, a fim de conter divergências com outras alianças políticas (ALVES, 2017).

A partir de 2010 a terceira onda do movimento de transexuais e travestis esteve permeada por contradições. Com a instabilidade político-institucional e a redução no financiamento das ONGs, mas com a crescente visibilidade na mídia, nas produções acadêmicas e com a multiplicação de redes nacionais também pela inserção de homens transexuais, novos coletivos informais foram consolidados, reformulando a atuação política e as demandas de transexuais e travestis. Cursos pré-vestibulares específicos para esse grupo foram fundados pelos coletivos, e a demanda pelo uso do nome social em escolas públicas passou a ser requerida também para a educação superior.

Nessa conjuntura, enquanto o movimento demandava pela participação nas políticas e propunham candidaturas para representação no legislativo, grupos conservadores contra a “ideologia de gênero”, mobilizados desde 1990 e respaldados sobretudo pelas igrejas católicas e evangélicas, se fortaleceram no cenário político, extenuando a relação entre movimento e governo ao firmar alianças no Congresso para pressionar e suspender demasiadas ações direcionadas à população LGBT, bem como às questões sobre gênero e sexualidade no contexto educacional.

Desse modo, a presença de líderes conservadores, que se aliaram a partidos e parlamentares direta ou indiretamente ligados às igrejas evangélicas, incidiram diretamente sobre a gestão de Dilma. Consequentemente, eleito para dar continuidade ao projeto neodesenvolvimentista, esse governo foi marcado pelo movimento contraditório entre manutenção de direitos da população LGBT e recrudescimento da bancada religiosa no Congresso, que, desde a gestão de Lula, vinha se articulando e acumulando forças mediante as políticas e programas direcionadas à essa população, tornando-se responsável pelo monitoramento das ações do executivo sobre os direitos sexuais e reprodutivos e, sobretudo, pelos retrocessos das demandas LGBT.

Antes de prosseguir, convém contextualizar que desde 1990 a expressão “ideologia de gênero”, mobilizada em contradição ao termo gênero proposto pelas

pesquisadoras feministas⁶¹, tem sido citada em documentos religiosos e por movimentos conservadores para “combater” a reorganização das relações entre mulheres e homens e preservar a “ordem natural e social”,

Presente na produção de intelectuais argentinos e estadunidenses desde meados dos anos 1990, o primeiro registro dessa expressão em um documento da igreja católica viria em 1998, com a divulgação do informe ‘Ideologia de gênero: seus perigos e alcances’ pela Comissão da Mulher da Conferência Episcopal Peruana. O informe se baseava no livro *The Gender Agenda: Redefining Equality*, publicado em 1997 pela jornalista Dale O’Leary. Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas em Pequim em 1995, O’Leary havia tido atuação destacada como representante de organizações da direita católica estadunidense (BIROLI, 2020, p. 18).

As normas de gênero perfazem a estrutura da sociedade em dados períodos históricos, tornando universais as concepções de determinados grupos. Nessa perspectiva, o informe “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances” foi um movimento direcionado a reforçar a concepção de segmentos da igreja católica, que via sua base ideológica de valores morais e religiosos ameaçada frente aos estudos de gênero e sexualidade, e que posteriormente embasou a Escola Sem Partido (ESP)⁶².

Com a visibilidade política do movimento LGBT e condizente com a base ideológica que supostamente visa “defender” as crianças da “ideologia de gênero” no âmbito escolar, a organização ESP tem gerido e promulgado, por meio de representantes políticos religiosos, políticas nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional que proíbem discussões de gênero, sexualidade e religião nas escolas sob o pretexto de respeito às convicções das/os alunas/os e suas/seus familiares.

A título de exemplo, o Projeto Escola sem homofobia (2011) concebido pelo MEC com base no Programa BSH, previa a distribuição de 6.000 kits para escolas públicas, contendo cadernos com referências teóricas, conceitos e sugestões de atividades, boletins informativos e vídeos sobre o respeito às diferenças relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero na escola, mas, foi vetado pelo Congresso em 2011 e nomeado como “kit gay” pela ampla repercussão na mídia. Devido à pressão parlamentar, o projeto não teve andamento e Dilma anunciou sua suspensão após reunião com as bancadas evangélica, católica e da família.

⁶¹ Embora já estivesse sendo discutido no meio acadêmico desde 1960, o termo gênero demorou para se tornar comum em documentos internacionais, em debates parlamentares, campanhas eleitorais e protestos na América Latina (BIROLI, 2020).

⁶² A organização Escola sem partido, condizente com a noção de “ideologia de gênero” dos grupos religiosos, foi fundada em 2004 pelo advogado Miguel Nagib e tem como objetivo o ataque a todo debate que proponha quaisquer reflexões acerca de gênero e sexualidade.

Além da suspensão dos kits de material educativo, a bancada religiosa também pressionou deputadas/os para a retirada de menções à igualdade de gênero e à orientação sexual no Plano Nacional de Educação (PNE) (2014 - 2024), com a justificativa de que “[...] essas expressões valorizam uma ‘ideologia de gênero’, corrente que deturparia os conceitos de homem e mulher, destruindo o modelo tradicional de família” (BRITTO; REIS, 2015), embora houvesse menção na versão de 2001. Desse modo, o Plano teve sua elaboração e aprovação marcadas por debates, conflitos e vetos, principalmente em relação às questões de gênero e sexualidade. Por fim, os trechos que foram vetados estavam relacionados às metas de combate e incentivos a programas de formação sobre gênero, diversidade e orientação sexual, e aos censos sobre a situação educacional de transexuais e travestis.

Em 2015, os Planos Municipais e Estaduais de Educação também seguiram os mesmos tensionamentos. Como a ESP obteve maior expressão política, os termos gênero, diversidade e orientação sexual foram barrados da maioria dos planos municipais e estaduais de educação do país. Nesse formato, a palavra gênero foi substituída pela palavra sexo ou por “homens e mulheres”, excluindo qualquer referência à orientação sexual e à população LGBT. Em 2017, o Conselho Nacional de Educação também retirou todas as referências relacionadas ao gênero e à orientação sexual do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alterando a frase “preconceitos em razão de gênero e orientação sexual” para “preconceitos de toda natureza”.

Em contrapartida, no mesmo período foram materializadas algumas ações favoráveis ao uso do nome social. Em 2014 foi autorizado o uso do nome social no ENEM e em 2015 foi promulgada a Resolução nº 12/2015, elaborada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos dos Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), que estabelece parâmetros para a garantia de condições de acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis em instituições de ensino em todos os níveis, tais como adoção do nome social e garantia do uso de banheiros e de uniformes de acordo com a identidade de gênero. No entanto, esse documento não tem força de lei, apenas caráter de orientação às instituições.

Com respaldo nas ações propostas no Programa Brasil sem Homofobia (2004) para acolher, apoiar e responder demandas LGBT, também compete salientar o Programa Transcidadania (2015) desenvolvido na cidade de São Paulo, que, apesar de não contemplar todas as cidades do Brasil, é referência internacional em inserção social

de transexuais e travestis, recebendo agentes públicos, pesquisadoras/es e acadêmicas/os do Brasil e de vários países, desde estudantes do ensino médio até o doutorado, para conhecer a estrutura e o funcionamento das atividades (SANTANA, 2017).

O Decreto nº 55.874 promulgado propositalmente em 29 de janeiro de 2015, no Dia Nacional da Visibilidade Trans, instituiu o Programa Transcidadania com o intuito de oferecer acompanhamento psicológico e jurídico, auxílio financeiro mensal pelo período de dois anos, aulas para conclusão do ensino fundamental e médio e cursos preparatórios para vestibulares e ENEM, tendo como objetivo elevar a escolaridade de travestis e transexuais que não concluíram o período de escolaridade obrigatória e promover a cidadania por meio de políticas públicas de saúde e assistência social, para que essas pessoas tenham mais opções além da prostituição como meio de sustento (SÃO PAULO, 2019).

Todavia, ainda que tenha se tornado referência também para a criação de outros programas⁶³, no período do lançamento do Transcidadania as notícias divulgadas na mídia reportaram distintas perspectivas. Enquanto a mídia hegemônica denominou pejorativamente o programa como “bolsa travesti”, instigando o preconceito contra transexuais e travestis na opinião pública, que supunha que o prefeito, na época Fernando Haddad, estava “dando dinheiro para as travestis se drogarem, para as travestis continuarem a serem prostitutas” (SANTANA, 2017, p. 105), a mídia alternativa difundia que o programa tinha a capacidade de mudar a vida das pessoas transexuais e travestis.

Nesse contexto, a gestão de Fernando Haddad ficou notória por ter ofertado maior orçamento para ampliação de serviços dirigidos à população LGBT, como a criação dos Centros de Cidadania LGBT⁶⁴ e da Política Municipal de Atenção à Saúde Integral da População LGBT, além do próprio Programa, que para sua realização houve um convênio entre a Coordenação de Políticas para LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da cidade, e a organização KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, para atender as demandas de transexuais e travestis por meio de oficinas e rodas de conversa com movimento LGBT, gestoras/es, homens transexuais, mulheres transexuais e travestis.

⁶³ Como exemplo, em 2015 a Prefeitura de João Pessoa instituiu o Programa Transcidadania/JP, com o objetivo de oferecer cursos profissionalizantes com foco na empregabilidade de transexuais e travestis (PEDRA, 2018).

⁶⁴ Os Centros de Cidadania LGBT são equipamentos direcionados ao atendimento de vítimas de violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero; à prestação de apoio psicológico, jurídico e de serviço social; e à promoção da cidadania LGBT.

Ainda assim, tal cenário evidenciou que essa reação conservadora, tanto por parte da bancada religiosa quanto pela mídia, decorreu também em resposta à expansão e visibilidade dos movimentos feministas e LGBT que, para reivindicar seus direitos, se organizaram politicamente e estabeleceram relações com os governos Lula e Dilma com o intuito de se aproximar dos mecanismos de participação nas políticas públicas e valorização das pautas de Direitos Humanos (PEREIRA, 2018).

Fundamentada na moralidade de religiões de origem judaico-cristã, a ‘ordem natural e social’ defendida pelo conservadorismo consiste na regulação da sexualidade e na concepção de um ideal de família dita tradicional (formada por mãe, pai e filhas/os heterossexuais), equiparadas à manutenção do sistema capitalista. Por conseguinte, a adoção da campanha antigênero como instrumento nas disputas políticas, além de direcionar o apelo da população para uma ordem moral e não econômica, potencializa estigmas arraigados no senso comum e fomenta a exclusão dos grupos destoantes das normas. Sobretudo, mediante o uso da pauta da moral, esse caráter conservador, na medida em que também defende o individualismo e a propriedade como valores supremos, se engendra nas relações sociais e reforça padrões institucionalizados.

Esse caráter conservador, todavia, se constitui como parte de um contexto muito mais amplo, que se iniciou com a crise estrutural do capitalismo nos anos 1970 e com a implementação de mudanças econômicas, políticas e culturais correspondentes ao neoliberalismo⁶⁵. As tendências políticas conservadoras já existiam em outros momentos históricos, conquanto, com os direitos conquistados pelos movimentos feministas e LGBT e com a relativa laicização dos espaços públicos, a conjuntura do período favoreceu o fortalecimento do neoconservadorismo (BEZERRA, 2019; BIROLI, 2020; HARVEY, 2005; LIMA; HYPOLITO, 2019).

Ainda que favorável à iniciativa privada e à defesa do individualismo, o neoconservadorismo opera em contextos democráticos e engendra novas formas de atuação política, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, mas sem recuar da centralidade atribuída à família, à moral e ao indivíduo. Portanto, esse

⁶⁵ Formulado inicialmente nos Estados Unidos, o termo neoconservadorismo surgiu após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em torno dos anos de 1960 e 1970, no período em que a aliança com neoliberais começou a se consolidar. Em síntese, diante do esgotamento do padrão de acumulação fordista-keynesiano e como resposta à crise econômica do período, a aliança entre neoconservadores e neoliberais foi central para o desmantelamento do Estado de Bem-Estar e para a criação de uma nova forma de administrar o Estado nos países centrais ao capitalismo. Nesse contexto, “os intelectuais que construíram as bases ideológicas do neoconservadorismo resgataram do tradicionalismo a ênfase moral que, a partir da década de 1960, serviu para atacar moralmente o Estado de Bem-Estar Social e os movimentos sociais liberais” (MOLL, 2010, p. 67).

movimento político não é um bloco homogêneo, pois, além das vertentes religiosas e da aliança entre neoliberais e conservadores, também há aliados à representantes do agronegócio, grupos organizados com pautas específicas, como a favor de intervenção militar, e há manifestações abertamente elitistas, homofóbicas, machistas e racistas.

Nesse bojo, durante o governo de Dilma até o seu processo de *impeachment* em 2016, os efeitos políticos e ideológicos da ascensão desse caráter conservador se firmaram com uma forte base social e parlamentar, incidindo sobre as injustiças que podem demarcar a existência de transexuais e travestis, mantendo suas reivindicações delimitadas e interferindo, conseqüentemente, no acesso e permanência na educação, mesmo que essas não representem seus interesses centrais.

Em suma, marcados por embates e contradições, os planos, programas, normativas e resoluções executadas, embora possam contribuir para o acesso de um fragmento desse grupo à educação, são medidas isoladas criadas para articular interesses e não interferir nos processos de disputas. Dessa forma, essas ações, uma vez que apresentam um caráter maior de reconhecimento e de menos impacto no combate às condições materiais de transexuais e travestis, não têm obrigação de sanar a exclusão estrutural e não garantem que os direitos serão respeitados.

A partir de uma ótica da totalidade, essas políticas se aproximam do binômio ‘concessões ou conquistas’, cujo viés é acentuado de acordo com o projeto de Estado e com período histórico em que as políticas são gestadas (COUTO, 2008; RUVIARO; SILVA, 2015), pois são consolidadas como resultados da inter-relação entre diferentes segmentos, interesses e relações de força, ao mesmo tempo em que são medidas paliativas utilizadas como instrumentos de estratégias governamentais para consolidação hegemônica e articulação das relações de exploração e dominação.

Portanto, embora sejam ações relevantes para a visibilidade desse grupo, uma vez que são mediatizadas pelas pressões dos movimentos e empregadas no decurso dos conflitos, tais políticas expressam as contradições supracitadas visando a manutenção das relações, sendo insuficientes para gerar processos mais amplos de integração devido ao seu caráter restritivo e fragmentado. Ainda assim, com a crescente visibilidade na mídia, nas produções acadêmicas e com a multiplicação de novos coletivos, os movimentos mantiveram se organizando e, frente ao acesso à educação superior, outras estratégias foram delineadas e materializadas, como os cursinhos pré-vestibulares e as pesquisas quantitativas.

Por fim, neste tópico tivemos como intuito evidenciar como os movimentos de transexuais e travestis têm se organizado e reivindicado suas demandas decorrentes das injustiças culturais e econômicas vivenciadas, além de exprimir a relação entre os movimentos e os governos. Na próxima seção, seguimos discutindo sobre as políticas promulgadas durante os governos de Lula e de Dilma, mas com foco na educação superior, para então analisar as estratégias engendradas pelos movimentos, pelo Estado e pelas universidades públicas para promover o acesso de transexuais e travestis.

2. ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A educação, uma vez que prepara a mão de obra para o mercado de trabalho, representa o eixo articulador entre mercado e capital ao mesmo tempo que é condição necessária ao desenvolvimento social por influir na compreensão do conhecimento como meio para alterar as condições concretas. Nesse segmento, o acesso à educação superior expressa e produz contradições e mediações específicas das disputas antagônicas em curso, não sendo possível, portanto, identificar as estratégias do Estado, dos movimentos de transexuais e travestis e das universidades públicas deslocadas dos processos sociais e educacionais mais abrangentes.

Na seção anterior apresentamos o reconhecimento social, as formas de injustiças econômicas e culturais e a consolidação política dos movimentos de transexuais e travestis no Brasil. Nesta seção, para explorar a democratização do acesso à educação superior considerando como transexuais e travestis se inserem (ou não) nesse contexto, principiamos uma discussão sobre como entendemos o processo de democratização, apresentando o cenário da educação superior especialmente no que diz respeito à promulgação das políticas durante os governos de Lula e de Dilma, e finalizamos pontuando como as pessoas transexuais e travestis (não) foram incluídas nas políticas de educação superior.

2.1. Ampliação do acesso: Democratização da educação superior?

Reconhecido nacional e internacionalmente desde a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o direito à educação constitui-se como condição necessária para o pleno desenvolvimento, exercício da cidadania e qualificação ao trabalho (BRASIL, 1988), cujo avanço constitucional foi fruto de “[...] lutas conduzidas por uma concepção democrática da sociedade em que se postula ou a igualdade de oportunidades ou mesmo a igualdade de condições sociais” (CURY, 2002, p. 247).

Contudo, embora disposto como dever do Estado, da família e da sociedade o direito à todas/os, o estatuto de igualdade expresso na CF de 1988 não contempla todos os níveis de ensino, como também não se concretiza de maneira igualitária, uma vez que as desigualdades socioeconômicas também restringem o pleno acesso ao sistema educacional. Sob essa perspectiva, para que haja uma possível igualdade de oportunidades e de condições, requer-se a não-discriminação e a correção das desigualdades. Dessa forma, a igualdade de acesso deve ser condizente a uma

concepção ampla de justiça, que contemple tanto a redistribuição material quanto o reconhecimento das diferenças.

Entretanto, enquanto a educação básica deve ser ofertada a todas/os de modo obrigatório, o acesso à educação superior no Brasil é historicamente meritocrático, haja vista que na própria CF, no art. 208, inciso V, se postula que o direito à educação será efetivado pelo Estado mediante a garantia do “acesso aos níveis elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, **segundo a capacidade de cada um**” (BRASIL, 1988, grifos nossos). Assim, devido a exiguidade na oferta de vagas para todas/os, esse nível de ensino é cerceado por processos seletivos que restringem o ingresso de segmentos que não conferem o mesmo status de igualdade de condições educacionais, culturais e econômicas exigidas.

Atendendo às necessidades do Estado e condicionada aos efeitos econômicos e sociais do capitalismo, essa seletividade não propõe o acesso democrático e ainda acentua as desigualdades emergentes. Então, para que se proponha uma democratização do direito à educação e do acesso à educação superior, as lutas que abrangem as dimensões do reconhecimento e da redistribuição são fundamentais para a consolidação de um projeto de sociedade cujo princípio de justiça social confere a igualdade de participação.

Nesse contexto, democratizar o acesso significa não depender de condições socioeconômicas e elaborar medidas que promovam a igualdade de oportunidades de acordo com as necessidades das/os estudantes. Entretanto, compete ressaltar que não compreendemos democratizar o acesso à educação superior como um sinônimo de democratização da educação superior. Embora ambos almejem a gratuidade, acessibilidade e qualidade da universidade pública para todas/os, são lutas complementares, mas que requerem medidas distintas e complexas.

Atuar politicamente no sentido da democratização da educação superior compreende um amplo processo que não se restringe ao ingresso à universidade, como também está vinculada às transformações estruturais da sociedade. A ampliação e elevação qualitativa de todo o sistema educativo, bem como as condições de acesso e de permanência que englobam mudanças na infraestrutura, no currículo, na formação de docentes, dentre outras, também são aspectos que caracterizam essa democratização (DIAS SOBRINHO, 2010). Nesse bojo, entendemos que a concepção de democratização abrange diferentes dimensões e níveis de ensino que, reiteradamente, podem se articular.

François Dubet (2004) pondera que cada sociedade constrói modelos de democratização da educação superior e que essa pode e deve ser entendida de muitas maneiras. Para tanto, o autor a distingue analiticamente de quatro formas: democratização do acesso, democratização interna, utilidades acadêmicas e democratização como justiça. A primeira refere-se à ampliação de vagas para grupos historicamente excluídos por meio da massificação, enquanto a democratização interna corresponde à transformação do conteúdo e do quadro de docentes devido aos diferentes níveis de conhecimento das/os estudantes que interferem na aprendizagem. Já a democratização em termos de utilidades acadêmicas diz respeito à influência do diploma no acesso ao emprego e no nível da renda, ao tempo que a democratização como justiça se apresenta de modo mais complexo.

Dubet (2004) considera que a democratização como justiça pode corresponder a diferentes concepções de justiça, como igualdade de oportunidades, meritocracia, utilidades e equidade dos procedimentos. De modo conciso, as concepções de justiça meritocrática e utilitária estão relacionadas à hierarquia de competências, ao passo que a equidade dos procedimentos refere-se ao financiamento dos estudos, seja pela gratuidade ou distribuição de bolsas, e aos processos de seleção de acordo com as normas de justiça que os mobilizam. Focalizando no prisma da igualdade de oportunidades, a democratização trata-se da disposição do acesso à educação superior para todas/os, cuja conjunção ainda não se concretizou em nenhuma sociedade, uma vez que, embora a massificação apresente um caráter democratizador intento à essa igualdade, tal estratégia também pode ser produtora de novas desigualdades ao não beneficiar da mesma forma os diferentes grupos sociais.

Os mecanismos de massificação do acesso, como a expansão quantitativa de vagas nas universidades públicas e a concessão de bolsas em instituições privadas, desempenham um papel inclusivo ao beneficiarem camadas populares e demais grupos historicamente excluídos desse nível de ensino, porém, o Estado, ao apresentar ideológica e operacionalmente dificuldade em investir maciçamente na educação superior e viabilizar a massificação por meio da relação entre público e privado-mercantil, impede uma democratização efetiva ao não objetivar a superação das desigualdades, além de não proporcionar algum grau de igualdade das condições de permanência até o final dos estudos.

Valdemar Sguissardi (2015) pondera que para ser democrática e não mera massificação mercantil, a expansão por meio das políticas sociais deve ter em

consideração a igualdade de condições de acesso e de permanência, incluindo a escolha de curso e de carreira, a frequência e o sucesso acadêmico até a conclusão, uma vez que, ao adquirir traços de ‘sistema’ de massas e ofertar baixa qualificação para muitas/os, o processo de massificação anula as fronteiras entre o público e o privado e transforma um direito em mercadoria, impedindo uma efetiva democratização.

Apresentando dados estatísticos acerca da distribuição e evolução do número de instituições e matrículas públicas e privadas desde os anos 2000, o autor afirma que, mesmo que não se permitam respostas conclusivas, a expansão por meio das políticas, especialmente as de caráter focal e compensatório, podem ser eficazes no combate de algumas das desigualdades socioeconômicas, embora, concomitantemente à garantia de avanços da democratização por meio das políticas focais, a luta por políticas de caráter universal que combatam a desigualdade social ainda se impõe para toda sociedade.

Sob esse aspecto, Sguissardi (2015) e Dilvo Ristoff (2016) avaliam a democratização atinente à objetividade das políticas de educação superior. A partir de indicadores como renda, origem escolar, escolaridade dos pais e raça, que correspondem à realidade socioeconômica e às desigualdades produtoras da exclusão no Brasil, os autores analisam os impactos das políticas para expandir e promover o acesso à educação superior no âmbito do Estado que privilegiam a “[...] dinamização das virtualidades do sistema de mercado [...] e os processos que visam a acumulação do capital” (SGUISSARDI, 2015, p. 876).

Ao investigar as mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes de graduação no período de 2000 a 2014, Ristoff (2016) analisa a renda, a origem escolar e a raça como indicadores de democratização das políticas de educação superior. Para o autor, além dos avanços e eventuais recuos desse processo apresentar inextricável correlação com os conjuntos de variáveis sobre renda familiar, origem escolar, raça, escolaridade dos pais e trabalho, o REUNI, o Programa Universidade para Todos (Prouni), o ENEM, o SISU e a Lei de cotas são políticas de democratização do acesso que também “[...] dependem vivamente de como cada universidade reconhece e atua face aos desafios impostos por essa nova orientação” (RISTOFF, 2016, p. 05).

Conforme José Dias Sobrinho (2010; 2013), a democratização da educação superior deve fazer parte da democratização de toda sociedade e da promoção da justiça social. Não se restringindo à ampliação do acesso, a qualidade, a relevância social e a elevação qualitativa de todo o sistema educativo também devem ser contempladas na democratização. Nesse sentido, as políticas de educação superior, por mais benéficas e

necessárias que sejam ao contribuir para “[...] uma mudança de cultura contrária à permanência perversa do elitismo e do racismo e favorável ao abrandamento das assimetrias sociais” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1237), isoladamente ainda são insuficientes para romper as hierarquizações de uma sociedade desigual.

Em síntese, diante das concepções e análises realizadas pelas/os autoras/es mencionadas/os, entre a democratização do acesso e a democratização da educação superior há um cenário amplo, complexo e contraditório, no qual as perspectivas de justiça e de sociedade também influem sobre as pesquisas desenvolvidas, as reivindicações dos movimentos sociais e as ações elaboradas no âmbito do Estado. Enquanto a democratização da educação superior corresponde às transformações estruturais, que envolvem todo o sistema político-econômico e educacional, a democratização do acesso pode ser referida às ações emergentes que visam mitigar injustiças historicamente excludentes.

Devido ao caráter neoliberal e às contradições no âmbito das políticas promulgadas pelo Estado frente o acesso à educação superior, compreendemos que a ampliação desse nível de ensino durante os governos de Lula e de Dilma representou uma alternativa de democratização do acesso que não se comprometeu à democratização da educação superior. Mesmo sob a justificativa de um discurso democrático e inclusivo, as ações governamentais empreendidas para a minimização do caráter seletivo e excludente das condições socioeconômicas, foram constituídas por meio da extensão das oportunidades também correlacionada aos interesses do setor privado, sem conceber mudanças significativas na base da estrutura da sociedade e sem concretizar a educação superior como um direito para todas/os.

Assim, tendo em vista a conjuntura política em que se constituiu as contradições do discurso inclusivo frente a educação superior, para discutir o acesso de transexuais e travestis considerando a perspectiva da democratização, também coube ponderarmos sobre como esse grupo esteve inserido nas políticas executadas, haja vista a referida aproximação entre governos e movimentos, para intentar uma sistematização de como as estratégias foram delineadas e se inseriram nesse processo. Desse modo, no tópico a seguir apresentamos as políticas de educação superior promulgadas durante os governos de Lula e de Dilma e, posteriormente, pontuamos sobre a (não) inclusão de transexuais e travestis.

2.2. Políticas de educação superior

A educação superior corresponde ao conjunto de organizações que constitui a sociedade, isto é, não é um setor isolado e separado do Estado. Nesse segmento, não advém como “o mundo em si e para si, da reflexão pedagógica, mas como realidade histórico-social” (FERNANDES, 1979, p. 97), haja vista que sua funcionalidade, rendimento e crescimento correspondem às necessidades da sociedade, que exprime determinadas condições para a seleção das/os estudantes à esse nível de ensino.

Enquanto o acesso à educação básica é disposto e obrigatório para todas/os, correspondendo ao direito à educação estabelecido na CF de 1988 e na LDB, historicamente o acesso à educação superior tem sido efetuado por meio de processos seletivos que abrangem condições econômicas, políticas e culturais e que não proporcionam o acesso de forma democrática (MACIEL, 2020). Desse modo, tanto o acesso quanto a permanência têm sido cerceados por renda familiar, cor/raça, gênero, entre outros, garantindo à classe dirigente o domínio social, político e econômico.

O processo de expansão da educação superior pelo setor privado durante o governo FHC minimizou a participação do Estado e consolidou a mercantilização da educação. As políticas foram reorientadas por meio da reforma de Estado, entre outros processos, redirecionando formas de gestão e engendrando alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, de modo que as políticas educacionais executadas estiveram alinhadas às orientações dos organismos internacionais⁶⁶. Portanto, seguindo a lógica do mercado e pautadas no crescimento quantitativo, tais políticas seguiram os princípios neoliberais da privatização, da descentralização dos encargos, da participação e da focalização, objetivando a manutenção do sistema capitalista e a minimização das desigualdades sociais (DOURADO, 2002; SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 1999).

A promulgação da Lei nº 9.394/1996, que estabeleceu a LDB, também cabe ser destacada como uma das principais reformas para a educação superior, haja vista que “[...] constituiu-se em um marco histórico importante na educação brasileira, uma vez que esta lei reestruturou a educação escolar, reformulando os diferentes níveis e modalidades da educação” (BITTAR; OLIVEIRA; MOROSINI, 2008, p. 11), ainda que

⁶⁶ O BM, por exemplo, é um organismo internacional criado na década de 1940, que tem exercido profunda influência nos rumos do desenvolvimento mundial. A fim de garantir a estabilidade econômica dos países em desenvolvimento, as questões sociais tornaram-se essenciais para o Banco Mundial e, gradativamente, suas ações foram direcionadas para educação (ALTMANN, 2002). Como o BM, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) também são organismos internacionais.

tenha recebido críticas recorrentes de pesquisadoras/es da área de educação, referentes à possibilidade da educação superior ser ministrada em instituições públicas ou privadas, com diferentes graus de abrangência e especialização conforme expresso no art. 45 (AGUIAR, 2013).

Nesse período, segundo os dados do Censo da Educação Superior (1995 a 2002) coletados pelo INEP, o acesso esteve centrado em instituições privadas, que tiveram um aumento de 684 para 1442, representando um crescimento de 110,8%, enquanto o quantitativo das instituições públicas tivera um decréscimo de 210 para 195, correspondente a uma redução de -7,1%. Desse modo, as/os estudantes que não tinham condições financeiras para ingressar em uma instituição particular, também tinham dificuldade para ingressar em uma universidade pública devido a falta de vagas.

Por conseguinte, para contrapor a privatização da educação vigente no governo anterior, a gestão de Lula propôs a priorização da autonomia universitária disposta no art. 207 da CF de 1988, a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a expansão de vagas e a ampliação do financiamento em universidades no setor público (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002). No entanto, suas ações não romperam com as políticas desenvolvidas no governo FHC, ainda que tenham incluído o compromisso pela minimização das desigualdades e pela inclusão social,

Na mesma direção política de subordinação aos organismos internacionais e de consolidação de um pacto social, em junho de 2002, na *Carta ao povo brasileiro*, Lula, apesar de sinalizar a necessidade de ruptura com o projeto neoliberal de FHC, reiterou que “a premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação” (SILVA, 2002, p. 4 apud LIMA, 2004, p. 28).

Nessa conjuntura, além das políticas desenvolvidas por meio do setor privado, como a criação do Prouni em 2004 e a ampliação do FIES em 2010, para atender as metas do PNE⁶⁷ de ofertar a educação superior para, pelo menos, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos até 2011 e criar políticas que “facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior [...] permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino” (BRASIL, 2001), foram criadas políticas direcionadas à expansão, ao acesso e à permanência nas universidades públicas.

⁶⁷ O PNE foi aprovado por meio da Lei nº 10.172/2001 e é referente ao período de 2001 a 2011.

Dando seguimento às ações direcionadas ao setor privado, uma vez que o PNE destaca a relevância desse setor para o atendimento da crescente demanda pela educação superior⁶⁸, as políticas promulgadas sob o discurso de ‘democratização do acesso’ tiveram características que demarcaram um modelo de gestão com maior empenho na inclusão de segmentos historicamente excluídos do âmbito educacional. Para tanto, dentre os três ciclos de expansão da educação superior evidenciados por Aurélio Silva e Tatiana Martins (2014), também destacam-se as diferentes ações elaboradas tanto para o acesso quanto para a permanência nas universidades.

Compreendendo o período de 2003 a 2006, o primeiro ciclo se apresentou a partir do programa de Expansão fase I (Universidade: Expandir até ficar do tamanho do Brasil), instituído em 2003 com o objetivo de diminuir a desigualdade regional na oferta da educação superior por meio da criação de novos *campi*, e por meio do desmembramento de universidades federais. Nesse período também foram criadas iniciativas que visavam assegurar a permanência, como o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes)⁶⁹ em 2003 e o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir)⁷⁰ em 2005.

Já o segundo ciclo, referente ao período de 2007 a 2012, teve como foco a expansão e reestruturação pelo programa REUNI, que, a partir do Decreto Presidencial nº 6.096/2007, foi o maior projeto público de expansão da educação superior. Apresentado como um contrato de gestão entre o MEC e as universidades federais, o REUNI teve como finalidade aumentar o número de estudantes de graduação, diversificar as modalidades dos cursos de graduação, criar novos sistemas de títulos, elevar a taxa de conclusão e estimular a mobilidade estudantil. Desse modo,

⁶⁸ “A pressão pelo aumento de vagas na educação superior, que decorre do aumento acelerado do número de egressos da educação média, já está acontecendo e tenderá a crescer. Deve-se planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação. É importante a contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino” (BRASIL, 2001).

⁶⁹ “O Promisaes, criado pelo Decreto nº 4.875/2003, foi implantado com a finalidade de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre os países com os quais o Brasil mantinha acordos educacionais ou culturais (BRASIL, 2003). Em 2012 foi aprovada a Portaria nº 745 para estabelecer diretrizes para a execução de tal projeto, dentre essas, a principal diretriz se refere ao oferecimento de auxílio financeiro para alunos estrangeiros matriculados nas instituições de educação superior e participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G)” (CUNHA JUNIOR, 2021, p. 54).

⁷⁰ “O Incluir foi implementado em 2005 com a finalidade de garantir o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições de educação superior. Seu principal objetivo era fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais responderiam pela organização de ações institucionais que garantissem a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, visando eliminar as barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação” (CUNHA JUNIOR, 2021, p. 55).

conjuntamente às ações do Programa de Expansão fase I que se estenderam até 2010, o REUNI foi responsável pelo aumento do número de universidades públicas, de vagas para ingresso em cursos de graduação presenciais e de matrículas na rede federal (MANCENO, 2015; MARTINS, 2019; CUNHA JUNIOR, 2021).

Nesse período, contemplando o segundo governo Lula e parte do primeiro mandato de Dilma, novas políticas direcionadas ao acesso e à permanência foram implementadas. Para designar as vagas criadas pelas iniciativas de expansão, o modo de ingresso em universidades públicas foi modificado pela alteração da funcionalidade do ENEM a partir de 2009 e pela criação do SISU em 2010. Específicos à permanência, houve a implementação do PNAES⁷¹ em 2008, que consolida e dá sustentação ao desdobramento da democratização proposta pelo REUNI⁷², e do Programa Bolsa Permanência (PBP)⁷³ em 2013.

Inicialmente, por meio da Portaria nº 438/1998, o ENEM foi instituído com a finalidade de avaliar o desempenho da/o estudante ao final do período de escolaridade obrigatória, porém, a partir de 2009 passou a ser considerado o principal meio para o ingresso à educação superior, com exceção das universidades e instituições que mantiveram processo seletivo próprio. Desde então a nota do ENEM assumiu várias funcionalidades⁷⁴, tornando-se requisito para participar do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)⁷⁵, para obter acesso a cursos técnicos gratuitos do Programa Nacional

⁷¹ “No ano de 2007, foi criado pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), sendo implementado a partir de 2008. Em 2010, esta Portaria foi alterada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho” (CUNHA JUNIOR, 2021, p. 55).

⁷² “O REUNI permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública. O desdobramento necessário dessa democratização é a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil que, inclusive, dê sustentação à adoção de políticas afirmativas. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) consolida o REUNI” (BRASIL, 2007a).

⁷³ “Em 2013 foi criado o BPB pela Portaria nº 389, cuja finalidade era conceder auxílio financeiro para alunos matriculados em instituições de educação superior. Entre seus objetivos, estavam: 1. viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, particularmente os indígenas e quilombolas; 2. reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em razão da evasão estudantil; e 3. promover a democratização do acesso à educação superior, por meio da adoção de medidas complementares de promoção do desempenho acadêmico” (CUNHA JUNIOR, 2021, p. 57).

⁷⁴ “Até 2016 o ENEM também podia ser utilizado como certificação de conclusão de ensino médio. No entanto, em 2017 a responsabilidade da certificação voltou a ser exercida através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), um exame gratuito de participação voluntária destinado aos jovens e adultos residentes no Brasil e no Exterior que não concluíram seus estudos em idade própria” (SILVA, 2017, p. 87).

⁷⁵ Lançado pelo governo federal em 2001, mas congelado em 2015 e cancelado em 2017, o Ciência sem fronteiras foi um programa de mobilidade estudantil e acadêmica que tinha a meta de conceder 101 mil bolsas no exterior e no país (GRANJA; CARNEIRO, 2021).

de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)⁷⁶, para obter financiamento por meio do FIES e para concorrer às bolsas de estudo do Prouni.

Para que a prova do ENEM também fosse utilizada como um exame unificado de acesso à educação superior, em 2010 o MEC instituiu o SISU, um sistema com a finalidade de operacionalizar o processo de seleção e classificação das/os candidatas/os com base nas notas obtidas. Posteriormente, em 2012, as duas portarias⁷⁷ que instituíram o sistema foram revogadas pela Portaria Normativa MEC nº 21/2012, que regulamenta o SISU de acordo com a Lei nº 12.711/2012, para reservar um percentual das vagas para às eventuais ações afirmativas adotadas pelas universidades (OLIVEIRA, 2014).

Embora diversas universidades públicas, de acordo com sua autonomia, já tivessem adotado o sistema de cotas em seus processos seletivos ainda durante o governo Lula, a reserva de vagas passou a ser uma exigência legal em 2012 no governo Dilma. A Lei nº 12.711/2012, reconhecida como Política de Cotas, foi aprovada para uniformizar e estabelecer uma política afirmativa aplicável a todas as universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio, dispendo sobre a reserva de pelo menos 50% das vagas para estudantes autodeclaradas/os pretas/os, pardas/os e indígenas, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e/ou que sejam oriundas/os de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*⁷⁸.

Integrando e ampliando as políticas educacionais criadas no governo anterior, conforme mencionado em seu Programa de Governo (2010)⁷⁹, a gestão de Dilma também apresentou um cenário de investimento na educação superior profícuo para a criação, implementação e expansão das políticas de ações afirmativas na perspectiva da democratização e inclusão de grupos historicamente alijados de tais espaços. Nessa perspectiva, também cabe mencionar a aprovação do novo PNE (2014-2024), que, na meta 12, apresenta como objetivo “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior

⁷⁶ O Pronatec, sancionado pela Lei nº 12.513/2011, tem por finalidade ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, e incorporou os programas Rede Técnica Aberta do Brasil (Rede e-Tec Brasil); Brasil Profissionalizado; expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT); e o Acordo de Gratuidade com o Sistema S (OLIVEIRA, 2017, p. 17).

⁷⁷ A Portaria Normativa MEC nº 2/2010 instituiu o SISU, e a Portaria Normativa MEC nº13/2010 a substituiu.

⁷⁸ Em 2016, a criação da Lei nº 13.409 alterou a Lei nº 12.711/2012 para dispor sobre a reserva de vagas também para pessoas com deficiência.

⁷⁹ “Nas suas atribuições específicas, dará continuidade à ampliação e à qualificação da educação superior. Mais universidades públicas, mais campi e extensões universitárias garantirão a ampliação das matrículas. [...] A experiência do Prouni será potencializada, permitindo a mais estudantes de baixa renda ingressarem na universidade” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2010, p. 13).

para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público” (BRASIL, 2014, p. 13).

Por conseguinte, concomitante ao segundo ciclo, o terceiro ciclo de expansão correspondeu ao período de 2008 a 2013, que, embora tenha havido a ampliação de políticas referentes ao acesso à educação superior pelo governo Dilma, foi direcionado à expansão e integração regional e internacional, tendo como objetivos ministrar o ensino, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária nas diversas áreas de conhecimento. Portanto, mantendo-se a tríade ensino, pesquisa e extensão e visando reduzir as distâncias geográficas, essa última fase da expansão esteve centrada na criação de universidades em locais estratégicos do país e na implementação de políticas específicas de interação, fixação e desenvolvimento regional (CUNHA JUNIOR, 2021).

Referente aos documentos governamentais, enquanto no Programa de Governo (2010) e no Plano Plurianual (PPA) (2012-2015) do governo Dilma não referenciaram a democratização, no Programa de Governo (2014) e no PPA (2016-2019), apresentando o aumento da taxa líquida de matrícula do período de 2002 a 2013, a democratização do acesso esteve justificada por meio da integração dos processos seletivos, da adoção das cotas sociais e raciais, do aumento do número de vagas nas instituições públicas e do apoio financeiro às matrículas em instituições privadas, via bolsas ou financiamentos estudantis (PPA, 2015).

Por fim, abrangendo os três ciclos de expansão considerando os outros fatores que contribuíram para tais crescimentos, como a utilização da nota do ENEM para certificação do ensino médio, a implantação do ENEM/SISU como opção além dos vestibulares tradicionais, o ingresso por meio dos programas Prouni e FIES e a reserva de vagas a partir da implantação da Política de Cotas, no período de 2003 a 2016 houve um aumento de 96% do número de vagas⁸⁰, de 2.002.733 para 3.937.129, e um aumento de 68,6% no quantitativo de estudantes matriculadas/os⁸¹ nas instituições de educação superior, de 3.887.022 para 6.554.283 (CUNHA JUNIOR, 2021, p. 47).

⁸⁰ “Quando se analisa a educação superior pública, o incremento de novas vagas chega a 88,2%. A rede federal teve a maior adição, em 160,0%; enquanto que as estaduais, municipais e privadas tiveram um aumento de 39,0%, 21,2% e 96,0% nas vagas no período de 2003 a 2016” (CUNHA JUNIOR, 2021, p. 47).

⁸¹ “Quando se examina a educação superior pública, a alta chega a 64,3%. O realce fica para a rede federal, que teve uma alta de 107,3% no número de matrículas; taxa superior quando comparada ao aumento de matrículas estaduais (30,6%) e da iniciativa privada (70,4%) 48 e queda nas municipais (-10%)” (CUNHA JUNIOR, 2021, p. 47).

Conquanto, a expansão da educação superior apresentou contradições que se evidenciaram na efetiva ampliação do acesso para segmentos historicamente excluídos desse nível de ensino. Direcionadas à criação de novas vagas, de novas instituições e de novos *campi*, as políticas de educação superior se caracterizaram pela ambiguidade ao também centrarem na continuidade da ampliação via setor privado,

As mudanças que ocorreram nos governos do PT não foram mudanças estruturais, mas, a partir de suas alianças políticas, as ações não puderam ser mais que paliativas. Esta questão implica a posição ambígua dos governos do Partido dos Trabalhadores que, por um lado, pela sua origem e militância, representavam interesses populares e, por outro, a partir de suas alianças, assumiram práticas políticas que davam continuidade ao projeto neoliberal instaurado no governo anterior. Assim, a expansão do sistema federal e público do ensino superior foi concomitantemente acompanhada pelo incentivo ao ensino privado, acirrando as disputas por este mercado (SCHLESENER; PEREIRA, 2016, p. 525).

A partir das alianças políticas, as ações paliativas propiciaram a concessão de benefícios para a continuidade do projeto neoliberal, ao mesmo tempo que possibilitaram a diminuição das desigualdades sociais nos limites da sociedade capitalista. Dessa forma, sob o discurso inclusivo e com foco nas instituições privadas e nas universidades públicas, no primeiro mandato do governo Lula foram priorizadas políticas de acesso, enquanto no segundo foram desenvolvidas políticas que priorizam também a permanência, sendo a maioria mantida no governo Dilma, a partir de 2010.

Nessa direção, cabe ressaltar que, em um país marcado pela desigualdade socioeconômica⁸², para consolidar o direito de determinados grupos à educação superior o congruente seria que a igualdade de condições de acesso e permanência se materializasse na garantia do acesso de todas/os às universidades públicas. Contudo, nessa conjuntura, foram implementadas políticas para promover condições de acesso para segmentos específicos, apresentando-se como alternativas para minimizar desigualdades sociais e históricas no acesso ao efetivo exercício de direitos.

Portanto, embora não solucionem questões estruturais, como a desigualdade no acesso e a carência de vagas para o ingresso de todas/os, o conjunto de políticas implementadas contribuiu para a democratização do acesso frente a inserção de alguns segmentos até então restritos da educação superior, como as/os estudantes pretas/os, pardas/os, com deficiência, oriundas/os de escolas públicas, oriundas/os de famílias sem

⁸² Segundo os dados do Relatório sobre as Desigualdades Mundiais, organizado pelo *World Inequality Lab* (Laboratório das Desigualdades Mundiais) em colaboração com cerca de uma centena de pesquisadores internacionais, o Brasil permanece como um dos países com maior desigualdade social e de renda do mundo (FERNANDES, 2021).

formação universitária, de baixo rendimento econômico, oriundas/os de comunidades rurais, indígenas, quilombolas e de periferias.

Centradas na minimização das desigualdades de acesso e permanência frente às injustiças de má distribuição, as políticas como o REUNI, ENEM/SISU e PNAES efetivaram o aumento e ocupação das vagas nas instituições de educação superior, enquanto a política de cotas articulou as injustiças de má distribuição e de não reconhecimento ao viabilizar as reservas de vagas para segmentos específicos, se aproximando do princípio de igualdade da justiça social. Como efeito, as implementações suscitaram mudanças na composição social das/os estudantes e novas questões, objetos e sujeitos de pesquisa surgiram, influenciando também a relação entre universidades e comunidade na forma de extensão.

Segundo os resultados empreendidos pela IV e pela V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das Ifes, realizadas em 2014 e 2018 pela Andifes, a democratização do acesso “modificou o perfil da geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais” (ANDIFES, 2019, p. 02), havendo um,

[...] aumento numérico da presença de estudantes do sexo feminino, de autodeclarados pretos e pardos, de indígenas, cuja renda familiar mensal per capita encontra-se dentro da faixa de elegibilidade do PNAES, sendo que a maioria destes cursou o ensino médio em escolas públicas (ANDIFES, 2019, p. 07).

Conforme as pesquisas, as políticas de educação superior tiveram um impacto positivo na mudança do perfil socioeconômico das/os estudantes, de modo que essas/es “passaram a espelhar a heterogeneidade presente na sociedade brasileira, atestando o êxito das políticas afirmativas adotadas” (ANDIFES, 2019, p. 7). Todavia, também requer mensurarmos acerca das condições desse perfil de estudantes, como em quais cursos ingressam e se permanecem até a sua conclusão, uma vez que o acesso à um nível de ensino antes reservado à classe dirigente, tende a ser acompanhado por mecanismos que influem na manutenção das desigualdades que não são rompidas com os referidos processos que preconizam a inclusão.

De acordo com Maria de Paula (2017, p. 311), a “inclusão excludente” tem sido efetuada no interior das universidades por meio de currículos pouco flexíveis e pela falta de acolhimento para com esse perfil de estudante, que se apresenta diferente do “[...] padrão elitizado e culto ainda requerido pelas universidades federais”. Dessa forma, na tentativa de incluir novos perfis de estudantes em um modelo de universidade

que, em grande parte, não se alterou, o não acesso, a retenção e a evasão representam a síntese de uma totalidade determinada por diferentes fatores sociais, educacionais, econômicos, políticos, históricos, dentre outros, que incidem sobre a permanência desses sujeitos nas instituições de educação superior (MACIEL; GIMENEZ; LIMA, 2016; PAULA, 2017; CUNHA JUNIOR, 2021; GARCIA, 2021).

Nessa perspectiva, Paula (2017) afirma que as universidades públicas devem se reestruturar internamente, abrindo-se para as inovações pedagógicas, rompendo preconceitos e implodindo sistemas enrijecidos, de forma a se tornarem aptas para receber tal segmento. Permeada pela correlação de forças existentes na sociedade na qual está inserida, compreendemos que a universidade, enquanto uma instituição social que tem como princípio a tríade ensino, pesquisa e extensão, se constitui como um espaço em que as contradições da sociedade se manifestam ao mesmo tempo em que são produzidas resistências (CHAUÍ, 2001).

Dessarte, o novo perfil de estudantes que têm ingressado e, principalmente, permanecido nas instituições de ensino, pode ser considerado enquanto um instrumento de resistência cuja presença opera mudanças no interior das universidades, ainda que não estruturais. À título de exemplo, ao serem contextual e historicamente elaboradas, as pesquisas produzidas a partir dos anos 2000 ampliaram suas temáticas ao integrar discussões sobre as políticas de expansão e inclusão, o acesso, a permanência e evasão na educação superior, a relação público-privado e a qualidade da educação pública, analisando seus objetivos e impactos (BELLO; JACOMINI; MINHOTO, 2014; STREMEL, 2016; MAGALHÃES; REAL, 2018; MACIEL; CUNHA JUNIOR; LIMA, 2019). Além desse novo perfil influir sobre a produção de conhecimento, as atividades acadêmicas e científicas têm sido redimensionadas por meio de projetos de extensão e disciplinas que discutem questões étnicas e ações afirmativas.

Com base no estudo realizado por Silvana Stremel (2016, p. 109) sobre a constituição da política educacional enquanto um campo acadêmico específico, os objetos de estudo estão correlacionados ao movimento mais amplo da política e de suas demandas no contexto social. Dessa forma, de acordo com o período histórico e com a configuração do Estado, “a ação governamental é como uma ‘bússola’ que orienta as dimensões do objeto de estudo do campo”, que é contextual e historicamente construído em consonância com tal ação, “fruto das relações que se estabelecem entre o Estado e a sociedade civil, na qual as pressões sociais em disputa intervêm pelas garantias de atendimento de seus interesses e das demandas educacionais”.

Sob essa concepção, no período de 2000 a 2010, Isabel Bello, Marcia Jacomini e Maria Minhoto (2014, p. 391) observaram um crescimento na produção de trabalhos na área de políticas educacionais, cujo o tema referente ao Estado e suas ações foi o mais pesquisado. Já Ana Magalhães e Giselle Real (2018) identificaram que, no período de 2007 a 2016, as produções sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do REUNI foram publicadas a partir de 2009, havendo um aumento a partir de 2011. Similarmente, Carina Maciel, Mauro Cunha Junior e Tatiane Lima (2019) evidenciaram que as produções sobre permanência e evasão tiveram um crescimento significativo entre os anos de 2011 a 2016, contudo, os trabalhos sobre permanência tiveram início a partir de 2004 e os de evasão, embora haja uma produção de 1977, aumentaram a partir de 2011.

Especificamente sobre o perfil socioeconômico, dentre as pesquisas realizadas pela Andifes, e as produções que visam analisar o perfil de estudantes de cursos e/ou de universidades específicas (DA SILVA et al, 2017; FERRO et al, 2019; SEABRA; MATTEDI, 2017; SILVA et al, 2017; SIMONETTI; MONTIEL; MASCARELLO, 2016), de cotistas (LADEIRA, 2017; FÉLIX, 2019) e de estudantes negros/os (COELHO, 2016; EVANGELISTA, 2020), também destacam-se as análises de Ristoff (2014), realizadas a partir do Questionário Socioeconômico (QSE) aplicado pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)⁸³ e formulado pelo INEP, com o objetivo de verificar como os efeitos das políticas de educação superior se expressam e se são perceptíveis no perfil socioeconômico da/o estudante de graduação.

Conforme Itamires Alcantara e Cláudio Nascimento (2018), a identidade da/o pesquisadora/or também influi diretamente na produção de conhecimento, de modo que, quando essas/es não se familiarizam e/ou não são intimidadas/os pelo caráter hegemônico de se produzir ciência na universidade, abordam temas correspondentes ao contexto em que estão inseridas/os, com o intuito de produzir pesquisas e estudos

⁸³ Conforme Ristoff (2014, p. 5), “O ENADE é componente curricular obrigatório, sendo a participação do estudante habilitado condição indispensável para a emissão do histórico escolar, assim como para a expedição do diploma pela instituições de educação superior. Além da prova aplicada aos estudantes das diferentes áreas de conhecimento, o ENADE conta com um conjunto de instrumentos complementares, entre eles, o questionário de impressões dos estudantes sobre a prova, o questionário do estudante e o questionário do(a) coordenador(a) do curso. Esses instrumentos fornecem informações valiosas, em larga escala, que se constituem em subsídios fundamentais para administradores, gestores, pesquisadores, estudiosos, formuladores de políticas e população em geral. A aplicação do ENADE é feita anualmente por grupos de áreas (área no ENADE é entendida como conjunto de cursos). Cada grupo é submetido ao exame somente a cada três anos. Os dados analisados no presente trabalho se referem ao QSE aplicado nas áreas avaliadas durante os três primeiros ciclos completos. As áreas avaliadas a cada três anos são basicamente, mas não exatamente as mesmas, em função do acréscimo de novas áreas, em especial com a inclusão a cada ano de cursos superiores de tecnologia”.

relacionados a sua vivência. Como exemplo, as/os autoras/es citam que na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), estudantes e docentes negras/os organizaram e protagonizaram trabalhos sobre,

[...] (auto)biografias discentes, de participantes de programas de permanência na universidade, a exemplo do Conexões de Saberes (UFRB-Secadi MEC). Nesse programa, estudantes de origem popular, na sua maioria negros e negras do Recôncavo da Bahia, produziram textos-narrativas sobre saberes e fazeres culturais, comunitários, contextualizados, que foram publicados nos livros denominados - Caminhadas de estudantes de origens popular. Destaca-se também a pesquisa sobre Currículo, formação e universidade: Autobiografias, permanência e êxito acadêmico de estudantes de origem popular (ALCANTARA, NASCIMENTO, 2018, p. 12).

Joana Passos (2015, p. 176), ao analisar a cultura acadêmico-curricular e suas configurações derivadas da presença de estudantes negras/os cotistas no cotidiano da UFSC, salienta que o perfil das/os estudantes tem modificado e promovido mudanças na instituição. Como “o *déficit* de cidadania (SILVÉRIO, 2009) da população negra desafia o modelo de universidade em pleno século XXI”, após a implantação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) em 2001, a presença de estudantes negras/os e indígenas provoca “tensionamentos na atual estrutura social e acadêmica”, reforça debates sobre injustiças raciais no Brasil e propicia mudanças frente às condições de permanência, tanto em relação às condições socioeconômicas quanto às condições de aprendizagem.

A autora destaca que, embora “a maioria dos currículos dos cursos não têm sido influenciados na perspectiva de acolherem as questões prementes dos grupos negros e indígenas que adentram os espaços acadêmicos” (PASSOS, 2015, p. 176), o curso de Pedagogia, que apresenta em seu corpo discente estudantes cotistas negras/os, oferta o maior número de disciplinas (duas optativas e cinco obrigatórias) que focalizam conteúdos sobre ações afirmativas e relações étnico-raciais⁸⁴. Além disso, Passos (2015, p. 168) evidencia que os fatores que influíram sobre o processo de institucionalização das disciplinas foram a “participação de entidade do movimento negro no colegiado do curso de pedagogia nos anos de 2003 e 2004” e a “capacidade de articulação de uma docente do curso que atua na perspectiva da educação antirracista e abertura do curso de pedagogia a novas possibilidades formativas”.

⁸⁴ Foram analisados os projetos pedagógicos dos cursos de Administração, Agronomia, Ciência e Tecnologia Agroalimentar, Ciências Sociais, Economia, Física, Odontologia, Pedagogia e Relações Internacionais. Além da Pedagogia, a partir de 2009 o curso de Relações Internacionais também passou a ofertar em seu currículo a disciplina optativa História da África e o Laboratório de Ensino de História da África, na qual ambas preveem o estudo das “diferentes estruturas sociopolíticas da África entre os séculos XVI e XX, os processos de constituição dos sistemas coloniais e de descolonização e as formas de abordagens didático-pedagógicas da Lei 10.639/03” (UFSC, 2009b, p. 70-71 *apud* PASSOS, 2015, p. 167).

No entanto, a autora também ressalta que os projetos pedagógicos ainda são expressões históricas das relações existentes na sociedade, pois, ao mesmo tempo em que o curso de pedagogia reconhece que tem sido enriquecedora a presença dessas/es estudantes, “[...] por trazerem para a sala de aula e em outras atividades acadêmicas a circulação de diferentes valores, diferentes experiências de vida, diferentes visões de mundo” (PASSOS, 2015, p. 168), duas disciplinas que abordam as ações afirmativas e as desigualdades raciais foram retiradas do currículo obrigatório, desvelando que tais mudanças ainda provocam tensionamentos na estrutura social e acadêmica.

Sob essa perspectiva, todo o cenário de expansão tem fomentado mudanças na educação superior. As políticas ampliaram o acesso de diferentes segmentos historicamente excluídos desse nível de ensino, instituindo mudanças no perfil de estudantes, no currículo e na estrutura acadêmica. Nesse contexto, reconhecendo as contradições que permeiam as mudanças na universidade e na produção de conhecimento, também cabe ressaltarmos a relação entre os movimentos sociais e a universidade pública, como evidenciado por Passos (2015) sobre a presença do movimento negro e a perspectiva antirracista no corpo docente.

A proximidade entre os movimentos e a universidade, comumente erigida por meio das/os professoras/es e estudantes comprometidas/os com determinadas pautas sociais, embora ainda incipiente, tem exercido um crescente papel na mudança da realidade na medida em que tais sujeitos formulam proposições para construir novas formas de atuação acadêmica, bem como demandam políticas específicas para o contexto universitário. A entrada de segmentos historicamente excluídos como produtores de ciência configura-se como um novo campo de tensão epistemológica e política, cujo comprometimento com as lutas sociais,

[...] começam a se inserir de maneira mais significativa nas diferentes universidades do país, sobretudo as públicas, e desencadeiam um outro tipo de produção do conhecimento. Um conhecimento realizado ‘por’ esses sujeitos que, ao desenvolverem suas pesquisas, privilegiam a parceria ‘com’ os movimentos sociais e extrapolam a tendência ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais de produzir conhecimento ‘sobre’ os movimentos e os seus sujeitos (GOMES, 2010, p. 421).

A pesquisa em parceria com os movimentos sociais produz um conhecimento que visibiliza desigualdades, injustiças e silenciamentos, demandando às demais pesquisas acadêmicas que também considerem dimensões e categorias para além dos aspectos socioeconômicos. Sob esse pressuposto, as políticas requeridas no contexto universitário também são resultados de tais relações. A política de cotas, por exemplo,

integrou a reivindicação histórica do movimento negro⁸⁵ e a implementação do sistema de reserva de vagas pelas universidades públicas, antes da referida ação tornar-se lei.

A política de cotas, enquanto uma medida afirmativa que alia a redistribuição e o reconhecimento ao proporcionar a reserva de vagas públicas para estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretas/os, pardas/os e indígenas, é decorrente da relação movimentos e universidades que também pode ser interpretada como uma estratégia para promover e democratizar o acesso à educação superior. O debate sobre a reserva de vagas para estudantes negras/os e indígenas iniciado em 2002, após a Conferência de Durban, exigiu reflexões e posicionamentos de toda a comunidade universitária. Como resultado, cerca de 120 universidades federais e estaduais implementaram sistemas de reserva de vagas devido a ausência de mecanismos de nivelamento mais inclusivos (SANTO, 2014).

Por meio dessa ação, as discussões que tiveram em curso a respeito da implementação das cotas sociais e raciais contribuíram para impulsionar uma reflexão mais sistemática sobre o papel das universidades, orientadas para a dinamização de processos de inclusão social no país. Ademais, a política de cotas promoveu avanços no “[...] reconhecimento político da condição de discriminação racial existente na sociedade brasileira, bem como na necessidade de políticas públicas que enfrentem tal quadro” (SCHULZ; WIENKE, 2012, p. 104). No entanto, importa ressaltar que nem todas as desigualdades estruturais serão, e nem podem ser, solucionadas pelas instituições educativas, uma vez que a implementação das reservas de vagas também demonstra que a democratização do acesso é uma responsabilidade coletiva.

Por fim, tanto a gestão de Lula quanto a de Dilma contribuíram para o processo de expansão da educação superior, interferindo direta ou indiretamente no acesso de distintos grupos e em distintos aspectos. Analisando as políticas de educação superior como um dos mecanismos para a democratização do acesso também é possível identificar seus efeitos, como a mudança no perfil socioeconômico das/os estudantes, a mudança na produção de conhecimento, a aproximação da universidade com os movimentos e o fortalecimento das universidades na promoção do acesso.

⁸⁵ “Autores como Santos (2016) e Coutinho (2018), entre outros, destacam a trajetória histórica do Movimento Negro brasileiro em torno da implementação das ações afirmativas e a luta por educação, apresentando diversas reivindicações e ações adotadas pelo conjunto desses movimentos, com destaque para a Macha Zumbi dos Palmares realizada em 1995, as ações do Movimento Negro Unificado (MNU) como a luta pelo ensino de História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, entre outras tantas pautas e lutas do movimento” (MEZADRI, 2020, p. 273).

Contudo, as políticas implementadas são medidas afirmativas que se mantiveram em consonância com os interesses do capital, cujas mudanças não se aproximam da transformação econômica e cultural requerida para o fim das injustiças de não distribuição e não reconhecimento. Com efeito, não objetivam suprimir as desigualdades permanentemente edificadas, assim como não são suficientes para contemplar todos os grupos subordinados que requerem demandas específicas, como transexuais e travestis.

Ainda que uma parcela desse grupo tenha ingressado na educação superior, em razão das intersecções de raça e classe que influem no acesso de quem consegue concluir o período de escolaridade obrigatória e se enquadrar na política de cotas (CORREA, 2017; SCOTE, 2017; SILVA, 2017a; SILVA, 2017b; SOUZA, 2019), as pessoas transexuais e travestis demandam de outras políticas de diferenciação que assegurem, pelo menos, a garantia sobre o uso do nome social.

Por conseguinte, no próximo tópico discutimos sobre como transexuais e travestis não foram incluídas/os nas políticas de educação superior, mesmo que tenha havido uma aproximação entre os governos e os movimentos, que instrumentos normativos tenham sido elaborados no contexto educacional e que a pauta da desigualdade de gênero, equidade e justiça social tenha sido incluída em relatórios do BM e em demais planos e programas dos governos.

2.3. A (não) inclusão de transexuais e travestis

Como discutido na seção anterior, a gestão de Lula exacerbou uma aproximação entre governo e movimentos sociais. Nesse período, algumas demandas dos movimentos de transexuais e travestis se concretizaram em planos, programas, resoluções e portarias, tanto na área da saúde quanto na área educacional, em consequência, principalmente, da visibilidade e organização política da ABGLT⁸⁶ e da ANTRA⁸⁷, pois ambas tinham legitimidade de participação nos espaços do governo

⁸⁶ A ABGLT era a interlocutora central devido “[...] à sua presença constante e, muitas vezes, privilegiada nos espaços do governo federal, Congresso Nacional, conselhos nacionais etc. Além disso, a legitimidade de atuar nesses espaços era justificada por ela ser, desde seu surgimento, a maior associação brasileira do movimento LGBT” (TOITIO, 2016, p. 108).

⁸⁷ À título de exemplo, a “[...] primeira inserção da ANTRA em mecanismos participativos do governo federal foi numa comissão do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos. A cadeira foi ocupada pela então presidente Janaína Dutra e tal comissão foi responsável pela elaboração do rascunho do que se transformou em 2004 no Programa BSH” (PEREIRA, 2018, p. 138).

federal, como em congressos nacionais e conferências internacionais, em razão do processo de fortalecimento e expansão dos movimentos.

Ainda que no primeiro mandato de Lula tenha havido poucas ações direcionadas à população LGBT, sendo compreendido como um período de formação das políticas, nos anos subsequentes diferentes iniciativas foram implementadas. Portanto, além do lançamento do programa BSH em 2004 e da organização de encontros e grupos de grupos de trabalho com representantes do movimento LGBT para o desenvolvimento posterior de políticas nas áreas da educação, saúde e segurança pública durante o período de 2003 a 2006, no segundo mandato as iniciativas aumentaram. No entanto, a maior abertura política não representou a inserção desse grupo nas políticas de educação superior.

Sem romper com o sistema capitalista vigente, convergindo com as orientações dispostas nos documentos do BM e com reflexos de documentos internacionais⁸⁸, o discurso de inclusão que permeou a elaboração das políticas de educação superior esteve centrado na minimização das desigualdades e na democratização do acesso, reforçando o enunciado “educação para todas/os”. Orientadas por essa perspectiva, as ações efetivadas pelos governos de Lula e de Dilma contribuíram para o ingresso de segmentos específicos historicamente excluídos desse nível de ensino, contudo, não fizeram menção à população LGBT e, em particular, às pessoas transexuais e travestis.

Como o Brasil se configura como um país com desigualdades culturais, sociais e econômicas historicamente acumuladas, o discurso acerca da democratização da educação superior, ainda que inicialmente priorizasse o acesso de todas/os, esteve direcionado a favorecer grupos que demonstravam estatisticamente serem excluídos do acesso a esse nível de ensino. Nesse cenário, devido à ausência de pesquisas elaboradas por órgãos governamentais sobre as pessoas transexuais e travestis, esse grupo não exprimia amparo estatístico para ser mencionado. Além disso, ainda que a transexualidade e a travestilidade sejam construções identitárias situadas na categoria de gênero, transexuais e travestis também não eram comumente mencionadas/os nas políticas e programas que enfatizavam as desigualdades de gênero.

À título de exemplo, embora a palavra gênero não tenha sido citada no Programa de Governo (2002) do primeiro mandato de Lula, no PPA (2004-2007) houve menção à promoção da redução das desigualdades de gênero, por meio da elaboração de

⁸⁸ Como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração de Caracas (2002).

programas como “Gestão da Política de Gênero” e “Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho”, que visavam as diferenças entre homens e mulheres com enfoques na desigualdade salarial, taxa de desemprego, violência doméstica e sexual e elevação da escolaridade, todos sem mencionar transexuais e travestis.

Já no Programa de Governo (2007) do segundo mandato, no Programa Setorial “Trabalho e emprego” o gênero foi mencionado frente a precarização e discriminação no trabalho, enquanto no Programa “Educação de qualidade” visava-se o fortalecimento do “caráter inclusivo e não-discriminatório da educação, aumentando investimentos na [...] valorização da diversidade étnico-racial e de gênero” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2007, p. 16). Sob esse pressuposto, no PPA (2008-2011) pospositivo, o gênero consistia no objetivo de fortalecimento da democracia com igualdade de gênero e da cidadania com transparência, diálogo e garantia dos direitos. Portanto, de acordo com tais orientações, o mesmo ocorreu no desenvolvimento das ações afirmativas.

Ainda que constasse no *site* do MEC que as ações são medidas especiais com o objetivo de “[...] eliminar **desigualdades** raciais, étnicas, religiosas, **de gênero e outras** historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como **compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização**” (MEC/SESu, 2007, grifos nossos), transexuais e travestis também não foram citadas/os em políticas adjacentes. Nesse contexto, entendemos que a menção ao gênero pode ser decorrente da produção teórica e dos projetos direcionados para superação das desigualdades entre homens e mulheres elaboradas pelo BM, um dos organismos orientadores das políticas de educação no Brasil.

Desde meados da década de 1970, em parte como consequência também da visibilidade dos movimentos feministas pela inserção das mulheres no mercado de trabalho, o BM tem elaborado ferramentas analíticas acerca das disparidades de gênero que se articulam ao desenvolvimento econômico, e têm divulgado dados sobre a condição socioeconômica das mulheres por meio de Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial (RDMs) (SANTOS, 2020).

Conforme exposto nas análises de Danieli Santos (2020) acerca do contexto histórico-social em que o BM atua e desenvolve suas práticas sociais, os referenciais teóricos e ideológicos que as sustentam, e os modos como tem elaborado proposições sobre a temática de gênero para a região da América Latina e Caribe a partir dos anos 2000, a desigualdade de gênero tem sido compreendida como capaz de interferir no crescimento econômico global. Nesse sentido, com argumentos econômicos e

instrumentais, o BM tem delineado a perspectiva da equidade de gênero e justiça social como um instrumento-meio para combater a pobreza e acelerar o crescimento econômico, “[...] além de garantir a redução da fertilidade e o retorno para as próximas gerações” (SANTOS, 2020, p. 100).

Para tanto, o BM tem se atentado às questões de gênero em seus programas de empréstimos, planos de ações, projetos e relatórios setoriais à medida que as condições sociais, demográficas, educacionais e financeiras das mulheres interferem (ou podem interferir) no desenvolvimento socioeconômico dos países, tornando-se perceptível a instrumentalização do gênero para o alcance de seus objetivos. Nesse processo, os projetos e programas que visam melhorar as condições e os indicadores sociais dos países que requerem financiamento do BM também podem estar em consonância com tais questões.

Como exemplo, no Relatório de Estratégia de Assistência ao País para 2004 - 2007 (EAP), elaborado em 2003 pelo BM especialmente para o Brasil, foi ressaltado que o país estava experimentando abordagens inovadoras para aumentar a participação social, como a incorporação dos aspectos de gênero, e que o BM poderia prestar assistência a tais iniciativas por meio de doações para assistência técnica e ajuda com operações de avaliação. Ao longo do documento, no objetivo para redução da pobreza extrema, vulnerabilidade e exclusão social, houve menção às disparidades salariais e taxas de emprego de mulheres, enquanto no contexto educacional, na Seleção de indicadores de desenvolvimento a longo prazo, o objetivo Mais conhecimento e profissionalização informava o índice e a meta de alfabetização de mulheres em relação aos homens (EAP, 2003).

A partir dos objetivos e prioridades estabelecidos no PPA (2004-2007), como a melhoria no bem-estar humano, a sustentabilidade social, cultural e ambiental, a competitividade e o desempenho macroeconômico, a EAP (2004-2007) foi preparada a partir de consultas junto aos governos federal e estadual, à sociedade civil, ao setor privado e à comunidade internacional, visando contribuir para que tais objetivos fossem alcançados com uma estrutura para monitorar andamentos e resultados, bem como aumentar a produtividade e os ganhos dos grupos excluídos com maior participação social (EAP, 2003).

Entretanto, a atuação do BM não tende a se limitar às transações financeiras, haja vista que também difunde concepções que abrangem outros aspectos do contexto social. Nesse sentido, organizações multilaterais como o BM, ao cumprirem o papel de

orientar documentos e programas de acordo com suas concepções teórico-políticas, atuam na interface dos campos econômico, político e intelectual “[...] em função da sua condição singular de prestador, formulador de política e indutor de ideias e prescrições sobre o que fazer em matéria de desenvolvimento capitalista” (PEREIRA, 2018, p. 2189). Por conseguinte, por meio do alinhamento entre o PPA (2004-2007) e o relatório formulado pelo BM, ponderamos como tal atuação esteve disposta nos demais documentos elaborados pelos governos.

A menção ao gênero tanto pelos governos de Lula e de Dilma quanto pelo BM, por exemplo, correspondeu majoritariamente às mulheres e, sobretudo, à uma determinada concepção de mulher (SANTOS, 2020). Embora essa representação tenha se modificado de acordo com o contexto sócio-histórico, ainda preconizou, predominantemente, a conceituação do gênero como sinônimo de mulheres que correspondem à matriz sexo/gênero (isto é, não inclui mulheres transexuais e travestis), cujas relações (decididas enquanto heterossexuais) foram, frequentemente, pautadas pelo matrimônio e pela maternidade.

Dessa forma, ao revestirem suas estratégias financeiras a partir de proposições teóricas expressas de modo normativo, de acordo com as normas de gênero, ambos os documentos reverberaram nas demais políticas ações que não contemplavam as pessoas transexuais e travestis, ainda que a discriminação contra esse grupo tenha sido referenciada no PPA (2004-2007),

A discriminação, nas suas diversas dimensões – de raça/cor, etnia, gênero, orientação sexual, condição física ou mental, idade, religião –, ainda é um traço marcante da sociedade brasileira. O desrespeito aos direitos humanos se apresenta de forma grave para grupos da população cabendo destacar: o grupo social dos gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais (GLTTB) que apesar de ter conseguido ampliar e fortalecer o movimento e suas organizações, tem sido alvo de violência e discriminação em função da orientação sexual adotada (BRASIL, 2003, p. 157).

No discurso que constituiu a referência às pessoas transexuais e travestis, a noção de discriminação de gênero foi subsumida ao termo “orientação sexual adotada”, evidenciando que a transexualidade e a travestilidade não eram reconhecidas como expressões das identidades de gênero, sendo marcadas pela conservação de um termo que não contemplava suas especificidades e demandas. Nesse caso, o agrupamento das diferentes identidades na concepção de orientação sexual, mesmo que os próprios grupos tenham se articulado para reivindicar seus direitos, expôs o não reconhecimento da diferença entre gênero e sexualidade, ou a não pretensão na sua diferenciação.

Entretanto, quando consideramos os documentos orientadores de políticas públicas para as mulheres, publicados com o objetivo de promover a equidade de gênero, identificamos algumas contradições. Tanto na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) (2004) quanto nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (PNPM) (2008; 2013), as mulheres transexuais e travestis foram incluídas. Decorrente da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o PNPM teve três edições publicadas e, embora na primeira versão (2004) não haja menção às mulheres transexuais e travestis, na segunda (2008) e terceira versão (2013) do documento esse grupo também foi referenciado nas linhas de ação sobre saúde, assim como nas ações para o enfrentamento de preconceitos.

No capítulo “Saúde, direitos sexuais e reprodutivos das mulheres” do II PNPM, as mulheres transexuais e travestis foram incluídas na prioridade de “estimular a implantação da atenção integral à saúde das mulheres, por meio do enfrentamento das discriminações e do atendimento às especificidades” (BRASIL, 2008, p. 93), para ser concretizada em parceria com secretarias, universidades, sociedades científicas e movimentos de transexuais e travestis. Assim, essa menção evidenciou em qual âmbito as demandas e o reconhecimento desse grupo pelo poder público se substancializou, especialmente pela parceria com os movimentos.

Já no capítulo “Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia” do III PNPM, as mulheres foram referenciadas na meta de realizar ações de formação sobre políticas públicas e acesso à direitos, de elevar os níveis de escolaridade com atenção especial à evasão escolar e de implementar a Política Nacional de Saúde Integral em todas as unidades da federação, além das linhas de ação sobre o fortalecimento das políticas e de atuação pública (BRASIL, 2013). Todavia, no PPA (2012-2015) elaborado durante o governo Dilma, no capítulo “Políticas para as mulheres: Enfrentamento à violência e autonomia”, os dados e informações dispostas sobre as violências e desigualdades de gênero, como tráfico de mulheres e injustiças de distribuição, não incluíram as condições de mulheres transexuais e travestis.

A ascensão do neoconservadorismo e os seus efeitos políticos e ideológicos, como discutido na seção anterior, também podem ter incidido sobre as exclusões da menção ao gênero e das condições de transexuais e travestis, especialmente durante o governo de Dilma, haja vista que essa gestão foi marcada pelo movimento contraditório entre manutenção de direitos da população LGBT e recrudescimento da bancada religiosa no Congresso.

Nessa conjuntura, a premissa expressa nos documentos sobre a inclusão e maior participação de grupos historicamente desiguais nem sempre intentou a subordinação de transexuais e travestis, haja vista que também não foram elaborados dados estatísticos que estimassem possíveis impactos e/ou retorno econômico para/sobre esse grupo. Com efeito, suas demandas permaneceram de forma fragmentada e inconstante diante das suas condições de existência, ora mencionadas em iniciativas de combate às discriminações, em sua maioria, na área da saúde ou com foco em toda população LGBT, ora mencionadas em iniciativas direcionadas às mulheres.

Desse modo, os documentos que referenciaram as pessoas transexuais e travestis, nem sempre apresentavam um consenso acerca da compreensão sobre suas identidades de gênero. Entretanto, quando apresentavam discernimento sobre tais identidades, eram documentos que não continham recursos efetivamente alocados para execução das ações objetivadas, ou haviam sido elaborados por secretarias em parcerias com movimentos sociais, ou por órgãos distintos, que reforçavam a obstaculização da garantia de direitos.

Sumariamente, mesmo que orientassem a execução de algumas demandas requeridas pelos movimentos, demonstrando que os espaços institucionalizados de participação social tinham sido fortalecidos pelo Poder Executivo Federal, por não apresentarem caráter de lei, tais iniciativas podiam ser revogadas com facilidade dependendo da gestão e das disputas políticas do período, permanecendo como medidas afirmativas que, a longo prazo, mantêm transexuais e travestis marginalizadas/os e seus direitos segmentados, sem substancializar o acesso à educação superior.

Por fim, tratando-se de uma coletividade bivalente, as políticas de educação superior, executadas sob o discurso inclusivo de ampliar o direito à educação para contingentes historicamente excluídos, ainda que possam contribuir para o acesso de transexuais e travestis que têm suas existências marcadas pelas intersecções de raça e classe, para que se efetive a democratização conforme a igualdade participativa, os mecanismos adotados deveriam abranger tanto as injustiças de má distribuição como as de não reconhecimento, de acordo com as demandas requeridas.

Como as políticas de educação superior não mencionaram as especificidades de transexuais e travestis e os órgãos governamentais não dispuseram de dados que informassem as injustiças de gênero que obstaculizam toda a sua formação educacional, ou que apontassem a necessidade de políticas direcionadas, outras estratégias precisaram ser elaboradas para promover o acesso desse grupo. O direito ao uso do

nome social nos processos seletivos e nas inscrições para matrículas, por exemplo, compõe uma das ações estratégicas de reconhecimento para garantir a mínima equidade no ingresso à universidade pública.

Sob esse cenário exíguo das políticas, entendemos que as estratégias são ações paliativas reivindicadas e/ou engendradas principalmente pelos movimentos de transexuais e travestis para acessar um direito que não é assegurado pelo Estado, devido à reprodução das desigualdades inerentes ao capitalismo e das injustiças consequentes do não reconhecimento de gênero. Portanto, por serem desenvolvidas de forma isolada e independente, haja vista que cada órgão institucional ou movimento elabora suas ações de acordo com suas demandas, não são suficientes para abranger a complexidade das injustiças de gênero. Ainda assim, diante do cenário educacional historicamente excludente, no qual esse grupo não obtém tratamento igualitário na garantia de direitos, as estratégias, somando às políticas de educação superior, atuam como mecanismos para democratização do acesso ao incidirem sobre suas especificidades desrespeitadas.

3. ESTRATÉGIAS PARA O ACESSO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS À EDUCAÇÃO SUPERIOR

O acesso à educação superior consiste na instrumentalização para o mercado de trabalho e na tentativa de superação da marginalização, com perspectivas de melhores condições de vida. Conquanto, o acesso a um nível de educação formal vai além do acesso material e econômico, o estigma sobre transexuais e travestis, por exemplo, é um dos aspectos que as/os mantêm em desvantagem no que tange às condições igualitárias de participação. Dessarte, transexuais e travestis, enquanto uma coletividade bivalente marcada pelo gênero, podem vivenciar injustiças econômicas e culturais que requerem medidas de reconhecimento e redistribuição.

Embora durante o período de 2003 a 2016 os governos vigentes tenham adotado uma relação mais direta com os movimentos de transexuais e travestis, cuja participação em espaços institucionalizados contribuiu para a implementação de ações direcionadas, a marginalização e subordinação desse grupo permaneceu sem dados quantitativos de âmbito nacional por parte dos órgãos governamentais, enquanto atos normativos foram implementados sem garantias de divulgação, capacitação e fiscalização, especialmente no contexto educacional. Nessa conjuntura, as políticas de educação superior executadas sob um discurso inclusivo e democrático, embora possam contribuir para o ingresso desse grupo, não contemplaram suas especificidades.

Por conseguinte, centrando na democratização do acesso sob a perspectiva da justiça social, identificamos as diferentes estratégias engendradas pelo Estado, pelos movimentos sociais e pelas universidades públicas para promover o acesso de transexuais e travestis à educação superior, categorizando-as como visibilidade positiva, cursinhos trans, pesquisas quantitativas, cotas e regulamentação do nome social, na qual apresentamos os dados quantitativos das pessoas que solicitaram o uso do nome social no ENEM. Como efeito, nesta seção analisamos como essas estratégias podem propiciar condições mais igualitárias de acesso para esse grupo.

3.1. Visibilidade positiva

Exercida pelo movimento LGBT por meio da mídia alternativa contra a repressão policial e a censura desde a ditadura, a “visibilidade positiva” (CARVALHO, 2015) tem sido adotada para finalidades políticas ao ser utilizada como uma ferramenta de organização e divulgação de demandas e ações. Após 2010, com a crescente

visibilidade na mídia e nas produções acadêmicas, os movimentos de transexuais e travestis têm recorrido à *internet*, e mais especificamente às redes sociais, para acentuar acerca de suas vivências, denunciar violências, suscitar debates e minorar estigmas.

Contudo, a *internet* como espaço de atuação política se constitui como um ponto de conflito geracional no interior dos movimentos. De acordo com Carvalho (2015), “ativistas mais antigas alegam que pouca coisa se conquista de fato pela *internet*, pensando em termos de legislação específica ou proposições de políticas públicas, enquanto a nova geração parece se preocupar mais centralmente com a mudança de mentalidades” (CARVALHO, 2015, p. 231). Nesse caso, a atuação dos movimentos tanto em espaços institucionalizados quanto na *internet* são ações complementares que apresentam contradições.

A atuação em espaços institucionalizados, embora possa resultar na obtenção de direitos imediatos para sobrevivência e no estreitamento da relação entre governo e movimentos, ainda são conquistas que se configuram em concessões com fins específicos, que exercem a função de garantir o efetivo exercício do poder, manter o consenso e conter os potenciais conflitos de interesses ao neutralizar os grupos pela ação participativa, sem a perspectiva e força política suficiente de efetuar alterações profundas para superação das estruturas opressoras.

A *internet* é um dos meios de comunicação que ampliam a circulação de conteúdo, podendo contribuir para a visibilidade tanto positiva quanto negativa de transexuais e travestis. Embora as ações dos movimentos para difundir diferentes perspectivas e desnaturalizar normas de gênero atuem como um instrumento contra-hegemônico de informação, comunicação e organização, pela *internet* também são viabilizadas as ações de grupos contrários a qualquer reivindicação LGBT e que objetivam manter a naturalização das opressões e das normas de gênero (como se fossem naturais e até esperadas). De acordo com Carvalho (2015), *sites* vinculados a denominações religiosas e a grupos conservadores “[...] fazem buscas diárias por conteúdos relacionados com políticas e direitos LGBT a fim de organizar sua ação política e de seus correligionários em vários campos, incluindo a *internet*” (CARVALHO, 2015, p. 206).

Não obstante, os movimentos de transexuais e travestis se adaptou às estruturas formadas na *internet* para propor reflexões e debates sobre as questões concernentes à transexualidade e à travestilidade, haja vista que a relação com a produção acadêmica, por ser recente, se configura como um ponto de tensão entre algumas organizações por

não ser considerada representativa da realidade e, conseqüentemente, central para a luta. Todavia, como discutiremos mais adiante, há áreas de estudos e grupos de pesquisa que têm contribuído para a elaboração de conhecimento em parceria com esses movimentos.

No que se refere à visibilidade positiva no âmbito da educação superior, os cursinhos para transexuais e travestis também têm sido noticiados pelas suas taxas de aprovação e por se apresentarem como espaços seguros, sem discriminações (AYER, 2016; BOECKEL, 2016; CAETANO, 2017; PESTRE, 2018; TÚLIO, 2016; VIANA, 2016), enquanto as pessoas transexuais e travestis têm sido noticiadas como uma diferente perspectiva de vida e inspiração quando se matriculam e/ou quando concluem a graduação e a pós-graduação (ALVES, 2016; ANSELMO, 2018; ARAÚJO, 2019; FROES, 2016; LOPES, 2019; MARTINS, 2019; MORENO, 2015; ND MAIS, 2020; CATRACA LIVRE, 2017).

A título de exemplo, destacamos as reportagens “Mulheres trans reivindicam direito à educação no AM: 'Merecemos isso'” publicada pelo *site* G1 em 2016, e “8 exemplos de representatividade trans na universidade” publicada pelo *site* Catraca Livre em 2017. A primeira reportagem teve como objetivo apresentar as lutas vivenciadas pelas estudantes de filosofia e pedagogia Diana e Maria no contexto universitário, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e a vontade de discutir questões de gênero na sala de aula após a formação na graduação.

A reportagem evidenciou que além da evasão durante o período de escolaridade obrigatória, a soma de atitudes discriminatórias também interferiu na permanência de transexuais e travestis na universidade. As dificuldades sobre a aceitação do nome social por algumas/ns docentes e a transfobia por parte das/os demais estudantes foram os principais aspectos citados pelas estudantes entrevistadas,

‘No início eu sempre perguntava se o professor queria me tratar por Maria. Pedia para que meu nome fosse alterado na chamada e muitos deles aceitaram. Já ocorreu umas situações desconfortáveis de professores que se negaram, porque tecnicamente Maria não é o meu nome. Para eles era um apelido, nome de guerra, como se fosse uma brincadeira, como se a minha existência fosse uma brincadeira’, queixou-se. Segundo Maria, a violência simbólica dentro da comunidade acadêmica tende a, novamente, resultar na desistência pelos estudos. O preconceito já afastou Diana Brasilis da universidade por meses. Na época da transição, uma página do Facebook criada para mandar recados anônimos aos alunos da UFAM encaminhou dezenas de mensagens transfóbicas feitas por estudantes e direcionadas à ela (ALVES, 2016).

Apesar da transfobia e negação do nome social por algumas/ns, as estudantes também mencionaram que houve apoio de outras/os colegas e professoras/es do curso, e

que, com a aprovação do Conselho Universitário da UFAM (Consuni) pelo uso do nome social nos registros acadêmicos em 2015, uma delas conseguiu ter o nome reconhecido ao alterar o registro que ainda constava como masculino. Por fim, as entrevistas denotam tanto a resistência das estudantes para permanecer na instituição, como também a vontade de mudança por meio do ensino, haja vista que ambas desejavam seguir carreira acadêmica.

Em contrapartida, a reportagem veiculada pelo *site* *Catraca Livre*, com o intuito de visibilizar a existência desse grupo na educação superior, apresentou fotos e informações sobre oito pessoas transexuais e travestis que ingressaram ou se formaram em diferentes universidades públicas do Brasil,

A universidade, que ainda é pouco homogênea e acessível, carece de representatividade trans. Mesmo neste cenário desolador, encontramos inspiração em Amanda Palha, aprovada em primeiro lugar no vestibular da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) ou Marcelo Caetano, primeiro homem trans negro a se formar na UNB (Universidade de Brasília) (CATRACA LIVRE, 2017).

Dentre as pessoas aprovadas, graduadas, mestres e doutoras, Luma Andrade foi citada como a primeira travesti a ter um doutorado no Brasil. Doutora em educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Luma objetivou “desvendar as resistências das jovens travestis no período escolar, o abandono dos estudos e a exclusão” (CATRACA LIVRE, 2017) em sua tese, e, posteriormente, tomou posse como docente efetiva na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), atuando nas áreas de direitos humanos, gênero, sexualidade e educação.

Noticiadas/os por suas condições e carreiras acadêmicas, as pessoas entrevistadas para as reportagens aludidas representam a sobrevivência e resistência ao destoarem da expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil. Nessa conjuntura, a visibilidade positiva, ao mesmo tempo que visa inspirar outras pessoas para que acessem à educação superior por meio da educação, também enfatiza a marginalização, a evasão e o não reconhecimento do gênero, além de reforçar a reivindicação por políticas públicas dentro das possibilidades de cidadania plena outorgadas pelo Estado.

Sob essa perspectiva, também cabe destacarmos produções acadêmicas que têm sido elaboradas por pessoas transexuais e travestis. Além da tese “Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa” de Luma Andrade (2012), os trabalhos “A pedagogia do salto alto: Histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira” de Marina Reidel (2014), “O corpo da roupa: a pessoa transgênera

entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero” de Leticia Lanz (2014) e “Pedagogias das Travestilidades” de Maria Clara Araújo dos Passos (2022) são pesquisas que discutem sobre o acesso e a permanência desse grupo durante o processo de escolarização.⁸⁹

3.2. Cursinhos trans

Os cursinhos pré-vestibulares se expandiram em meados de 1970 pela iniciativa privada para garantir o acesso de jovens oriundos de escolas particulares à educação superior. Em contraponto, nesse período também surgiram os primeiros cursinhos de baixo custo criados pelos diretórios acadêmicos das universidades e lecionados por alunas/os de graduação. Posteriormente, no final do século XX, surgiram os “cursinhos populares” criados por diferentes movimentos sociais e direcionados à população negra e às/aos jovens que não tinham condições financeiras para pagar as mensalidades dos cursos (WHITAKER, 2010).

Nem todos os cursinhos pré-vestibulares gratuitos ou sem fins lucrativos eram organizados por movimentos sociais ou reivindicavam ser um movimento autônomo, alguns eram ofertados por meio de recursos de governos municipais e estaduais ou tinham vínculos com setores privados. Em contraponto, os cursinhos populares tinham como objetivo preparar segmentos historicamente excluídos para o acesso à educação superior gratuita e pressionar órgãos governamentais por ações afirmativas. Desse modo, as mobilizações para organização dos cursinhos constituem-se como forças sociais que surgiram como uma estratégia para o enfrentamento das desigualdades nos mecanismos de seleção para esse nível de ensino.

Similarmente, assumindo um compromisso identitário, os “cursinhos trans” (SILVA, 2017b) são organizados pelos movimentos de transexuais e travestis e ofertados de forma gratuita para incentivar e preparar esse grupo para conclusão do ensino fundamental, médio e para o acesso à educação superior, com o intuito de garantir um espaço educativo acolhedor e respeitoso. Obtendo visibilidade social a partir de 2015, são oferecidos em universidades, escolas, associações de movimentos

⁸⁹ A título de visibilidade, também mencionamos os livros “Viagem Solitária: memórias de um transexual 30 anos depois” de João W. Nery (2011), “E se eu fosse puta” de Amara Moira (2016), “Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a Educação” de Thiffany Odara (2020), “Transresistência: Pessoas trans no mercado de trabalho” (2021) de Caê Vasconcelos, “Transfeminismo” de Leticia Nascimento (2021), “Crianças Trans: Infâncias possíveis” de Sofia Favero (2021) e “Vidas Trans: A luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social” escrito por Amara Moira, João W. Nery, Márcia Rocha e Tarso Brant (2022).

sociais, centros culturais ou em outros locais cedidos, estando organizados em diferentes regiões do país conforme o quadro,

Quadro 3 - Cursinhos específicos para transexuais e travestis no Brasil

Região geográfica	Unidade de Federação	Cursinhos
Brasil		14
Norte		0
Nordeste		4
Nordeste	Ceará	Transpassando em Fortaleza
Nordeste	Pernambuco	Educar é TRANSformar em Recife
Nordeste	Sergipe	EducaTrans em Aracajú
Nordeste	Bahia	Transviando o Enem em Salvador
Sudeste		6
Sudeste	Minas Gerais	TransVest e TransENEM em Belo Horizonte Transpondo o Enem em Uberlândia
Sudeste	Rio de Janeiro	Prepara Nem em Rio de Janeiro Grupo Transdiversidade em Niterói
Sudeste	São Paulo	Cursinho Popular Transformação em São Paulo
Sul		3
Sul	Paraná	Tô passada em Curitiba
Sul	Rio Grande do Sul	TransENEM em Porto Alegre Projeto Manas na Escola em Rio Grande
Centro-oeste		1
Centro-oeste	Goiás	Prepara Trans em Goiânia

Fonte: Elaboração própria com base em Itaqui (2018), Pedra (2018), Scote (2017), Silva (2017a), Souza (2019).

Ainda que não contemplem todos os estados e regiões, reconhecemos que os cursinhos são estratégias dos movimentos de transexuais e travestis para acolher e possibilitar o acesso desse grupo à educação superior, uma vez que são iniciativas de ONGs, coletivos, professoras/es e coordenadoras/es voluntárias/os que se identificam e/ou são aliadas/os dos movimentos. Os cursinhos são, na maioria das vezes, custeados por doações em *sites* de financiamentos coletivos, por eventos para arrecadação e campanhas em redes sociais, dada a escassez de investimento público e ausência de editais de verbas estatais.

Capazes de promover uma formação educacional e política, apesar de fragilizados no que diz respeito à transformações contínuas e amplas, os cursinhos contestam práticas educacionais discriminatórias e compõem os processos de reação à mercantilização e desigualdade no acesso à educação superior, uma vez que sua formulação se vincula a um amplo repertório de ações que evidenciam as desigualdades, as opressões e a exclusão educacional inerentes ao sistema capitalista, ainda que suas pautas reivindicatórias não estejam unificadas entre os demais movimentos sociais.

Na conjuntura social e política em que os cursinhos foram criados, as políticas de educação superior apresentavam um discurso democrático e a expansão do acesso era um incentivo à possibilidade de ingressar nesse nível de ensino, influenciando no desenvolvimento dos projetos. Entretanto, em uma sociedade cujo acesso à educação é historicamente excludente ao mesmo tempo que é reconhecido como um direito e dever do Estado, conforme os documentos de competência legislativa, as estratégias de determinados grupos para propiciar o acesso à educação superior apenas evidencia a lógica meritocrática, dado que a responsabilidade pela formação acadêmica permanece incumbida somente aos indivíduos e à determinados setores que assumem o papel de contribuir na minimização das diferenças sociais.

Mesmo que a estratégia dos cursinhos tenha sido uma iniciativa autônoma dos movimentos de transexuais e travestis, de acordo com as pesquisas realizadas por Itaqui (2018), Pedra (2018), Scote (2017), Silva (2017a) e Souza (2019), dentre os 14 cursinhos existentes, há 04 iniciativas desenvolvidas com o apoio de instituições e universidades públicas. O cursinho Transpassando em Fortaleza, por exemplo, é um projeto de extensão da Universidade Estadual do Ceará (UECE), o Prepara Trans é um projeto da Universidade Federal de Goiás (UFG), e as aulas do Transenem em Belo Horizonte sucedem em uma escola estadual, por meio da parceria com a Secretaria de Estado de Educação.

Já o transENEM em Porto Alegre iniciou em 2015 como um cursinho popular, posteriormente, com mediações de estudantes transexuais e travestis que estão na universidade e que integram os movimentos, tornou-se um projeto de extensão ao estabelecer uma parceria com o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS), do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Visando promover a continuidade dos estudos na educação básica e superior por meio da preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA),

ENEM e vestibulares, o projeto apresenta estratégias de ensino, pesquisa e extensão, cujas aulas são ministradas no IFRS durante o período noturno (ITAQUI, 2018).

Integrando o tripé obrigatório e indissociável da universidade, formado por ensino, pesquisa e extensão, segundo o art. 207 da CF de 1988, a extensão universitária como princípio educativo está prevista desde 2012 no Fórum dos Pró-Reitores das Universidades Públicas do Brasil (FORPROEX), e tem sido exercida coletivamente por professoras/es e estudantes como um processo acadêmico que tem relação direta com a mudança social. Os programas/projetos são compostos por diversas atividades que devem estabelecer relações entre a formação acadêmica, o conhecimento e as demandas sociais, se desenvolvendo como um instrumento que contribui na abertura da universidade para a sociedade. Para tanto, na prática extensionista se entrecruzam três concepções que adquirem materialidade,

[...] a posição assistencialista, que se caracteriza pelo atendimento às demandas sociais por intermédio da prestação de serviços à comunidade; a dimensão transformadora, na qual as relações entre universidade e sociedade são dialógicas e buscam a transformação social, e, mais recentemente, o entendimento de que as demandas, advindas da sociedade, são tomadas como novas expectativas de serviços que a sociedade demanda da universidade (MOTTI, 2019, p. 39).

Embora tenha origem no atendimento a demandas da produção capitalista, como na minimização e controle de seus efeitos, a extensão, enquanto educação, deve romper com a tradição de reprodução, contrapondo e contribuindo para a emancipação das pessoas como um compromisso social e político. Para isso, o princípio educativo requer estar atrelado às referidas atividades, articulando teoria e prática, para que essas não se configurem apenas como prestação de serviço ou assistencialismo, apesar de serem da ordem das políticas públicas e responsabilidade do Estado.

Os cursinhos trans efetivados como projetos de extensão, ao denotarem uma atuação compromissada dos grupos de pesquisa que os organizam e, sobretudo, uma aproximação da universidade com os movimentos, fomentam uma aproximação das/os acadêmicas/os com a realidade concreta, como também evidenciam a relevância da extensão não somente na academia. Contudo, como os projetos ainda são atravessados pela subordinação social de transexuais e travestis, sua formulação permanece restrita a 04 universidades, não sendo suficiente para contribuir de forma contínua e promover transformações estruturais da realidade econômica e cultural que delimita historicamente o acesso desse grupo à educação.

Outrossim, interpretamos que os cursinhos trans, bem como os cursinhos populares, são estratégias dos movimentos sociais, e, posteriormente, das universidades para promover o acesso à educação superior. Mesmo que não apresentem caráter oficial por não serem ofertados no âmbito do Estado, são medidas afirmativas que convergem no propósito de propiciar a participação de grupos que vivenciam injustiças de classe, raça e/ou gênero, que podem contribuir para a democratização do acesso ao ampliar as oportunidades educacionais.

3.3. Pesquisas quantitativas

A elaboração de pesquisas quantitativas é uma estratégia dos movimentos para diferentes demandas. Há uma profusão de iniciativas autônomas organizadas por coletivos, como também há as referidas parcerias entre movimentos e universidades, jornalistas, órgãos governamentais ou outras instituições que produzem e divulgam informações. Para denunciar a violência e evidenciar a necessidade de políticas públicas, uma das principais fontes sobre o contexto de transexuais e travestis no Brasil é o dossiê “Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras”, organizado anualmente pela ANTRA⁹⁰,

A atuação dos movimentos sociais no exercício do controle social é de fundamental importância, principalmente para manter canais de denúncias e levantamento de dados. O trabalho de rede realizado por diversas instituições ao longo dos anos tem sido importantíssimo, pois estabelecemos nesses espaços um canal de controle e denúncia dos crimes de natureza LGBTfóbica, sendo alguns deles encaminhados ao NUDIVERSIS (Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e da Diversidade Sexual) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. São os movimentos que, representando parte da sociedade civil, têm se colocado diante da luta contra a LGBTfobia, em todos os campos e espaços sociais, denunciando a violência e atuando no acolhimento das vítimas e junto ao poder público a fim de que os crimes não fiquem impunes. É através dos movimentos sociais que a população, em geral a mais vulnerabilizada, chega primeiro. E cabe a nós intervir junto ao estado pela garantia do direito destas pessoas (ANTRA, 2019, p. 53).

Devido a inexistência de dados demográficos organizados por órgãos do governo, o levantamento a respeito desse grupo tem sido realizado a partir de pesquisas acadêmicas, matérias de jornais e mídias veiculadas na *internet*, com a colaboração de pesquisadoras/es de diversas áreas e de instituições nacionais e internacionais. Como o intuito do dossiê é ter autoridade científica para reivindicar políticas públicas, os dados

⁹⁰ Há também o relatório organizado pela Rede Trans Brasil, que, diferentemente da ANTRA, recorre somente às pessoas transexuais da própria rede para elaborar o mapeamento de assassinatos, suicídios e violações de direitos humanos.

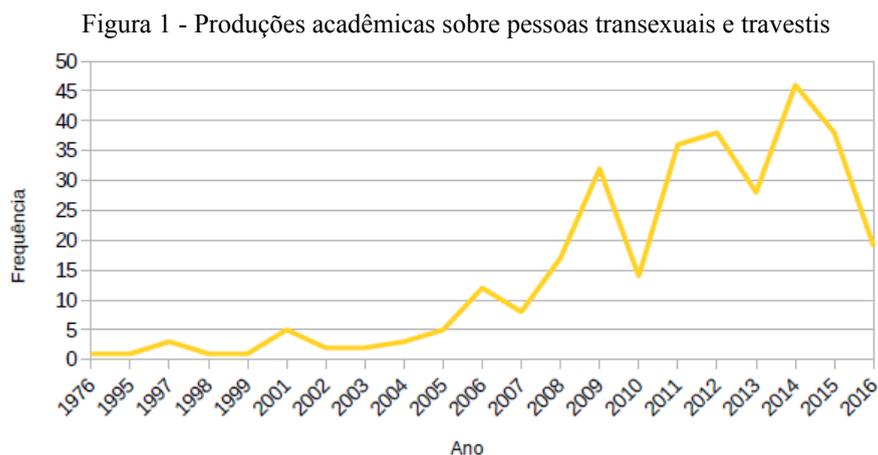
são apresentados de forma técnica e analisados com base em produções acadêmicas, como também há explicitação da metodologia de coleta de dados.

Os dossiês são organizados para divulgação de informações sobre mortes e violências e começaram a ser elaborados pela ANTRA a partir de 2017⁹¹, então, não há dados dos anos anteriores específicos sobre o acesso à educação superior. No entanto, cabe mencioná-los para destacar a relação dessa associação com as universidades públicas. A título de exemplo, no dossiê publicado em 2019, uma das recomendações para o enfrentamento da LGBTfobia foi a “[...] parceria com universidades para estimular pesquisas sobre a violência estrutural contra a população LGBTI+, com a devida participação dos movimentos sociais” (ANTRA, 2019, p. 53).

A coleta sistemática de dados, assim como a divulgação dos resultados, constitui-se como um mecanismo para elaboração e avaliação de políticas públicas que também pode incidir sobre a opinião pública. Dessa forma, parte dos movimentos de transexuais e travestis têm buscado produzir pesquisas em parcerias com as universidades, com o intuito de utilizar a produção de conhecimento como uma ferramenta política (PEREIRA, 2018), enquanto outra parte prioriza as produções autônomas organizadas pelas associações e/ou coletivos. É por essa razão que no dossiê elaborado pela ANTRA é reforçado a “devida participação dos movimentos sociais”, para que haja diálogo com as pessoas que, muitas vezes, são analisadas e categorizadas somente como objeto de estudo passivo e não como um sujeito político efetivo, cuja representação fica demarcada pela patologia ou pela prostituição.

Com base no mapeamento realizado por Pereira (2018) acerca da produção acadêmica sobre pessoas transexuais e travestis no Brasil, no período de 1976 a 2016 foram publicados 312 trabalhos que versam exclusivamente sobre esse grupo, cuja área de psicologia concentra o maior número, seguida pela área de antropologia. No gráfico elaborado pelo autor, é perceptível o crescimento progressivo a partir de 2005, com o auge de 46 produções publicadas em 2014,

⁹¹ Referente ao ano de 2017, em janeiro de 2018 foi divulgado o primeiro dossiê “Mapas dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil”, com o objetivo de “denunciar o aumento dos casos de violência e violações dos Direitos Humanos contra a população de Travestis e Transexuais”, haja vista que não existem dados organizados por órgãos governamentais (ANTRA, 2018, p. 10). Por conseguinte, de acordo com o levantamento realizado de forma manual, individual e diária em matérias de jornais e mídias veiculadas na *internet*, além das informações enviadas através da rede de afiliadas da ANTRA, no referido ano ocorreram 179 assassinatos, sendo 169 mulheres transexuais e travestis e 10 homens transexuais, com as estimativas de que a cada 48h ocorre um assassinato e que a idade média das vítimas é de 27,7 anos. (ANTRA, 2018).



Fonte: Pereira (2018, p. 98).

Como efeito do processo histórico e político que compreende o contexto de transexuais e travestis, como o fortalecimento e a visibilidade dos movimentos, a maior proximidade com o governo federal, a obtenção de direitos e o acesso de transexuais e travestis à educação superior, além do aumento dos grupos de pesquisa que se dedicam aos estudos de gênero e sexualidade fomentados, em parte, pelo Programa BSH que estimulou a criação desses nas universidades públicas, as produções foram expandidas e seus objetivos redefinidos, sobretudo, após os anos 2000.

Quando os movimentos se articulam com as/os pesquisadoras/es e/ou adentram a universidade pública, por emergirem e atuarem em razão da sua própria condição subordinada, a obtenção de informações sobre suas condições materiais são mais concretas e representativas. Dessa forma, redefinir os rumos das pesquisas com base nas demandas dos movimentos também fomenta uma produção de conhecimento interdisciplinar e política, além de promover a unidade teoria e prática. A título de exemplo, citamos 02 projetos realizados por grupos de estudos em parceria com esses movimentos.

O projeto “Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população” foi realizado entre 2011 a 2015 pelo NUH, da Universidade Federal de Minas Gerais, com o objetivo de construir um perfil social a partir de dados relativos a escolaridade, família, religião, trabalho sexual, trabalho formal, transformações realizadas nos corpos, saúde, violência, políticas públicas e lazer, de mulheres transexuais e travestis que atuam na prostituição na região metropolitana de Belo Horizonte,

[a pesquisa] desenvolveu-se a partir do diálogo direto com a comunidade de travestis e mulheres transexuais, responsável tanto pela orientação acerca dos pontos a serem abordados no questionário, como por auxiliar na própria

construção das perguntas, de forma a não haver equívocos ou má interpretação entre as participantes. Também se considerou nesta elaboração algumas demandas levantadas no 7º Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste, realizado pelo Nuh/UFGM em maio de 2012, que demonstraram a necessidade de se pesquisar o acesso aos serviços públicos e as situações de violência que as acometem, de forma a instrumentalizar o poder público com informações sobre esta população (NUH, 2016, s/p).

Como explicitado no *site* do projeto, a pesquisa foi realizada a partir da orientação dos movimentos, considerando demandas destacadas em encontros e reuniões regionais e nacionais direcionados às pessoas transexuais e travestis, dentre eles o 7º Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste (2012), como também por meio de parcerias com o Ministério de Saúde e com o Ministério Público de Minas Gerais, para produção da Campanha Nacional ‘Olhe, olhe de novo e veja além do preconceito’ (2012), para elaboração de cartilhas informativas e para impressão gratuita de cartões do SUS com o nome social.

Outro projeto que também cabe ser destacado é o Projeto Muriel, realizado entre 2014 e 2016 por meio de uma parceria entre o Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde da População LGBTQ+ (NUDHES)⁹², vinculado ao departamento de saúde coletiva da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, e o Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS-SP do Governo do Estado de São Paulo, com o objetivo de caracterizar vulnerabilidades, demandas de saúde e acesso a serviços de travestis e transexuais do estado de São Paulo,

Seus objetivos específicos incluíram descrever as características sociodemográficas de travestis e transexuais; descrever o acesso e frequência de uso de hormônios, silicone, cirurgias ou outras intervenções para modificação do corpo; identificar facilidades e dificuldades encontradas no acesso a serviços de saúde e insumos de prevenção, em especial para as IST; identificar como se dá o acesso, permanência e processo de escolarização pelo qual passam estes sujeitos; identificar possíveis dificuldades no acesso a bens e serviços essenciais, tais como assistência legal, qualificação profissional e trabalho; identificar experiência de estigma e discriminação de travestis e transexuais; e, por fim, descrever a prevalência de HIV, sífilis, hepatites B e C de travestis e transexuais que foram incluídas no estudo (JUNIOR, 2019, p. 20).

Realizados em parcerias com instituições governamentais para obter financiamento e com lideranças dos movimentos de transexuais e travestis para elaborar os questionários e os instrumentos de coleta de dados, ambos os projetos produziram dados sociodemográficos referentes à escolaridade, saúde, segurança, trabalho e

⁹² Além do Projeto Muriel, o NUDHES também desenvolve outras pesquisas sobre transexuais e travestis, como as pesquisas Divas (2016 - 2017), TransAmigas (2018 - 2019), Silk (2018 - 2019) e TransOdara (2019 - 2021) sobre a situação de saúde e vulnerabilidade social desse grupo em relação a HIV/AIDS/DSTs (NUDHES, 200?).

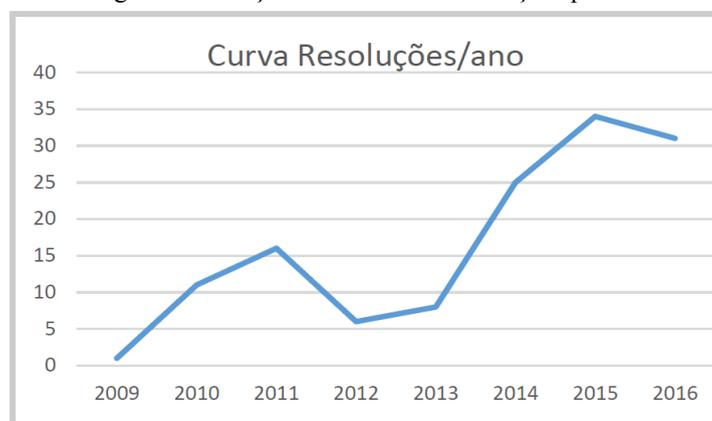
contexto familiar das/os participantes que residem em Belo Horizonte e nas cidades do estado de São Paulo. Embora tenham resultado em dados apenas regionais, as pesquisas evidenciam a marginalização dos referidos grupos e instrumentalizam os movimentos para reivindicação de políticas.

Desse modo, utilizando as pesquisas como ferramenta política, as universidades não só se constituem como um espaço de contradições conforme a sociedade se organiza, mas também como um mecanismo para mudança da realidade social, cujo acesso e atuação consciente dos movimentos sociais pode incidir sobre o meio acadêmico, sobre a elaboração de políticas e até sobre a opinião pública ao contribuir para reformulação na forma de conceber o mundo e na forma de conduzir-se coerentemente com tal concepção.

3.4. Regulamentação do nome social no ENEM e nas universidades públicas

As reivindicações dos movimentos de transexuais e travestis pela regulamentação do uso do nome social no contexto educacional resultaram em estratégias por parte do Estado e das universidades públicas, bem como conferiram outras mudanças no interior dessas instituições. Como as universidades públicas têm autonomia para publicar regulamentações internas sem se submeterem à aprovação do governo, cada universidade tem elaborado suas resoluções, portarias ou normativas de modo independente e a partir de diferentes demandas. Em 2009, a UNIFAP foi a primeira instituição a efetivar uma resolução sobre a inclusão do nome social de estudantes e servidoras/es, em sequência, outras resoluções foram instauradas nas demais 284 universidades públicas do país, conforme o gráfico elaborado por Crishna Correa (2017),

Figura 2 - Relação do número de resoluções por ano no Brasil



Fonte: Correa (2017, p. 170).

A implementação das resoluções no período de 2009 a 2016, e, sobretudo, o aumento considerável em 2014, conforme demonstrado no gráfico, é reflexo de diversos fatores, como o fortalecimento dos movimentos de transexuais e travestis, as resoluções de nome social publicadas pelas secretarias de educação para o ensino fundamental e médio, o processo de expansão e das políticas de inclusão da educação superior, o aumento dos grupos de pesquisa sobre gênero e sexualidade e a inserção do nome social no ENEM em 2014.

Outrossim, segundo as pesquisas realizadas por Brito (2016), Itaqui (2018), Pedra (2018), Polak (2016), Scote (2017), Silva (2017a), Silva (2017b) e Souza (2019), o acesso de transexuais e travestis na educação superior, tal qual sua participação em projetos de extensão, grupos de pesquisas, conselhos universitários e movimentos estudantis, também interferem tanto na elaboração quanto na efetivação das resoluções que já dispõem sobre o uso do nome social na universidade, principalmente quando essas/es estudantes são integrantes de associações, ONGs e/ou coletivos.

De acordo com Aline Silva (2017b), foram as reivindicações de estudantes transexuais e travestis que suscitou a aprovação de tais resoluções na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2012, na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) em 2016 e na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) também em 2016. Já com base nas entrevistas realizadas por Fausto Scote (2017), ainda que haja resoluções vigentes mesmo sem demandas, as secretarias e os sistemas das instituições de educação superior só se adaptam quando estudantes transexuais e travestis se matriculam e requerem o uso do nome social.

Não obstante, Correa (2017) constatou que, mesmo que deva ser analisado tendo como referência o que acontece no interior de cada instituição de ensino, a ampliação das resoluções também coincide com o aumento dos grupos de pesquisa cujas categorias são gênero, diversidade sexual e transexualidade. Dos 1674 grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mais da metade foi criada no período de 2009 a 2016, e, das 205 resoluções publicadas nas 284 universidades públicas, 148 foram iniciativas ou tiveram participação dos grupos de pesquisa na sua elaboração.

No Brasil, a institucionalização dos grupos de pesquisa teve início na década de 1980, estando relacionada ao conjunto da legislação e recomendações da CAPES para pós-graduação, à atuação do CNPq e às metas e propostas dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG). Em 2016, de acordo com os dados do Censo de Grupos do

CNPq, havia o número total de 37.640 grupos cadastrados, e, dentre esses, segundo o levantamento realizado por Correa (2017), 1674 estavam relacionados às temáticas de gênero e sexualidade.

Emergindo das discussões propostas pelas pesquisadoras feministas em âmbito internacional durante as décadas de 1960 e 1970, a expansão dos estudos de gênero no Brasil potencializou a criação dos grupos de pesquisa sobre essa temática, atrelando à compreensão e análise de questões sociais e educacionais. Com a crescente visibilidade dos movimentos de transexuais e travestis desde os anos 2000, e principalmente com presença dessas/es estudantes na educação superior, alguns grupos têm reordenado suas discussões e promovido pesquisas, seminários, projetos de extensão e iniciativas direcionadas para regulamentação do nome social e demais pautas pertinentes.

Constituído por professoras/es e estudantes de graduação, mestrado ou doutorado, os grupos de pesquisa se organizam por áreas de concentração e linhas de pesquisa que conjugam estudos com objetivos específicos, visando a obtenção de resultados, determinações de causa e efeito ou colocação de novos problemas em evidência. Nesse panorama, os grupos de pesquisa orientam a produção e divulgação do conhecimento da sua área de pesquisa conforme seus interesses de estudo, sendo responsáveis por uma parcela considerável das produções existentes em todas as áreas de conhecimento (MAUÉS, 2007).

A proximidade entre os movimentos e universidades, comumente erigida por meio das/os professoras/es e estudantes comprometidas/os com pautas sociais ou associadas/os ao movimento LBGT, embora ainda incipiente, tem exercido um crescente papel na mudança da realidade na medida em que essas pessoas formulam proposições para construir novas formas de atuação acadêmica, bem como demandam medidas específicas para o contexto universitário.

Por esse motivo, os projetos de extensão, as pesquisas quantitativas e as iniciativas para regulamentação do nome social são medidas que podem fomentar mudanças, e que, embora ainda não tenham ampla repercussão e visibilidade, têm potencial para problematizar concepções e normas enraizadas em práticas que desfavorecem alguns grupos, também com o objetivo de amplificar suas condições de paridade de participação. Nesse ínterim, tais medidas têm sido concretizadas por um movimento integrado entre a mobilização dos movimentos de transexuais e travestis dentro e fora das universidades, de forma que o próprio ingresso dessas/es estudantes compõem as estratégias que visam propiciar o acesso das/os demais.

Enquanto uma estratégia do Estado, também por meio das reivindicações dos movimentos de transexuais e travestis, em 2014 o MEC autorizou o uso do nome social no ENEM. Consideramos essa autorização como uma estratégia do Estado, pois, mesmo que o referido recurso tenha sido instaurado consoante a autonomia técnica, financeira e administrativa do MEC, os ministérios são órgãos diretamente subordinados ao presidente da República que auxiliam no exercício do Poder Executivo.

Por conseguinte, além da transfobia presente no âmbito escolar, o desrespeito pelo nome social também ocorria por parte das/os coordenadoras/es que aplicavam as referidas provas, então, devido a divulgação de denúncias sobre constrangimentos na apresentação do RG, atrasos na entrega e na conferência das provas e dos dados pessoais, dentre outras discriminações por parte das/os funcionárias/os (MORENO, 2013; G1, 2014; TOKARNIA, 2014; NOGUEIRA; ARAÚJO; FRANÇA, 2016), a partir de 2014 as/os candidatas/os puderam solicitar esse recurso especializado.

Todavia, para dispor do direito de usar o nome social, inicialmente o processo de solicitação era feito por telefone, mudou para o preenchimento de um formulário online durante o período de inscrições e, posteriormente em 2015, passou a ocorrer em duas etapas, na qual as/os as/os candidatas/os primeiro devem se inscrever com o nome civil para depois requerer o recurso por meio do envio do formulário assinado, do documento de identificação e de uma foto recente, ocasionando deferimentos e indeferimentos.

As alegações para os indeferimentos dos requerimentos não são exemplificados no *site* do INEP, mas, segundo uma notícia publicada no *site* Educa mais Brasil, o processo é considerado burocrático por alguns inscritas/os, pois, o indeferimento pode ocorrer devido a “invalidação” da aparência na foto enviada, como afirma uma pessoa entrevistada ao relatar que tem “muitos amigos homens transexuais que não puderam usar o seu nome social porque a foto estava ‘aparentemente feminina’, como se houvesse um padrão para ser homem” (CORES, 2018). Ainda que não tenhamos encontrado outras reportagens sobre as justificativas, na tabela 1 destacamos o quantitativo de deferimentos e indeferimentos noticiados no *site* do INEP,

Tabela 1 - Solicitações e aceites do uso do nome social no ENEM no período de 2014 a 2019

Ano	Total de solicitações do nome social	Solicitações aceites
2014	-*	102
2015	-	278
2016	842	407 (48,3%)
2017	694	303 (43,6%)
2018	-	251
2019	2.068	394 (19%)

* Dados não disponibilizados.

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2014 - 2019).

Como exposto, não há informações divulgadas sobre o total de solicitações dos anos de 2014, 2015 e 2018, somente dados sobre os requerimentos deferidos. Ainda assim, as informações disponibilizadas evidenciam a disparidade referente aos indeferimentos, sendo 2019 o ano em que mais recusaram solicitações. Em termos relativos, podemos observar que, enquanto em 2017 a porcentagem de rejeição era de 56,4%, em 2019 a taxa de indeferimentos aumentou para 81%. Esse aumento pode ser resultado de diferentes fatores, desde desinformação sobre esse direito até a negação das solicitações por outras motivações, mas não há notícias que divulguem as justificativas para tais indeferimentos⁹³. No entanto, com a autorização do nome social, mesmo que seja efetiva somente a partir de um recorte de participantes que têm facilidade de acesso à *internet* e que tem o recurso deferido, foi possível contabilizar quantas/os candidatas/os transexuais e travestis se inscreveram no ENEM e analisar os dados dispostos nas Sinopses Estatísticas do INEP.

⁹³ Segundo o site do INEP, em caso de reprovação, a/o participante seria comunicada/o por e-mail e teria um prazo máximo de cinco dias para enviar novamente os documentos necessários para comprovar o pedido de atendimento pelo nome social.

3.4.1. *Dados do nome social nas edições do ENEM*

Como exposto anteriormente, na soma das edições de 2014 a 2019 do ENEM, 1735 participantes tiveram o uso do nome social autorizado. Entretanto, os dados apresentados neste tópico são referentes ao período de 2015 a 2019, pois, em 2014 ainda não havia a segmentação das sinopses estatísticas. Outrossim, embora seja um número reduzido para analisar e, teoricamente, determinar o perfil das/os participantes transexuais e travestis que realizaram as provas, sobretudo quando comparado aos milhões de inscritas/os durante o referido período (aproximadamente 33.789.552⁹⁴), os dados contabilizados e aqui apresentados representam um limitado delineamento do acesso de pessoas transexuais e travestis à educação superior.

Antes de apresentá-los, ressaltamos que esses dados não representam a totalidade das pessoas transexuais e travestis que realizaram o ENEM, haja vista que podem ter participantes que não solicitaram o nome social ou que tiveram a solicitação negada. Ademais, a maioria das informações analisadas não constam mais no *site* do INEP, pois, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, todos os microdados foram excluídos para serem reestruturados em atendimento às normas previstas na Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Assim, os dados de 2020 foram publicados de modo mais simplificado, sem constar o quantitativo do nome social, bem como os anteriores foram alterados para esse padrão.

Com a justificativa de suprimir a possibilidade de identificação das/os participantes, em 2021 todos os microdados do ENEM, do Censo da educação básica e do Censo da educação superior foram retirados da plataforma para serem reformulados. Republicados mensalmente durante o mesmo ano, o novo formato de apresentação dos arquivos do ENEM não contém mais as colunas pertinentes aos recursos de atendimento especializado e específico, como o uso do nome social, não sendo possível filtrar e cruzar informações sobre as/os participantes que solicitaram esse recurso.

Todavia, no *site* ainda são disponibilizadas as Sinopses Estatísticas das edições do ENEM, um conjunto de tabelas que apresentam dados sobre o número de inscritas/os, egressas/os, cursistas, não concluintes e não egressas/os por sexo, cor/raça, faixa etária, estado civil e nome social, distribuídas de acordo com as regiões e suas respectivas unidades da federação e municípios (MEC, 2022). Contudo, por meio dessas sinopses que começaram a ser divulgadas no final de 2018 não é possível realizar o

⁹⁴ Em 2015 foram 7.792.025 inscritas/os, em 2016 foram 8.627.371, em 2017 foram 6.731.186, em 2018 foram 5.513.662 e em 2019 foram 5.095.308, segundo os microdados do INEP.

cruzamento de variáveis, como a idade e a raça das/os estudantes que solicitaram o nome social por exemplo, somente identificar a região geográfica, unidade da federação, número de inscritas/os e o nível de escolaridade das pessoas que solicitaram o atendimento pelo nome social.

Por conseguinte, para analisar os arquivos de microdados que tivemos acesso antes da reformulação, primeiro filtramos as informações das/os participantes que tiveram o uso do nome social autorizado e que realizaram as provas durante o período de 2015 a 2019, e, posteriormente, realizamos os cruzamentos das variáveis, como raça *versus* faixa etária, por meio da criação e execução de *scripts* na linguagem *python*⁹⁵ e com o auxílio das ferramentas *jupyter notebook*⁹⁶ e *pandas*⁹⁷. Em sequência, apresentamos os resultados obtidos sobre sexo, raça, faixa etária, região geográfica e nível de escolaridade em tabelas próprias. Na tabela 2, expomos os dados sobre o sexo das/os participantes,

Tabela 2 - Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social por sexo

SEXO	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Feminino	116	204	201	164	265	950
Masculino	162	227	104	87	129	709

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no site do INEP (INEP, 2014 - 2019).

Conforme a tabela, no período de 2015 a 2019 houve um aumento gradativo do sexo feminino, totalizando 950 na soma de todos os anos. Entretanto, como as/os participantes têm que responder de acordo com o registro civil e as opções de feminino e masculino dispostas no formulário de inscrição do ENEM são referentes apenas ao sexo, esses dados não são suficientes para mensurar a identidade de gênero das/os pessoas que tiveram o uso do nome social autorizado.

A ausência de informações sobre o gênero das/os inscritas/os, ou de uma alternativa específica para gênero, invisibiliza a existência de transexuais e travestis no contexto educacional e obstaculiza a análise dos dados, pois, ainda que contabilizemos que o sexo feminino pode representar homens transexuais e que o sexo masculino pode representar mulheres transexuais e travestis, estaríamos desconsiderando as particularidades e autoidentificação das identidades.

⁹⁵ <https://www.python.org/>.

⁹⁶ <https://jupyter.org/>.

⁹⁷ <https://pandas.pydata.org/docs/index.html>.

Referente ao campo intitulado cor/raça, conforme disposto no formulário de inscrição do ENEM e no conjunto de microdados do INEP, as cinco opções de resposta do sistema eram branca/o, preta/o, parda/o, amarela/o, indígena e não declarada/o. Seguindo essa ordem e organização, na tabela 3 expomos o total por cor/raça e ano,

Tabela 3 - Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social por cor/raça

COR/RAÇA	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Branca/o	121	199	144	116	188	768
Preta/o	39	70	52	34	58	253
Parda/o	96	133	89	75	130	523
Amarela/o	4	7	8	7	5	31
Indígena	4	2	1	1	1	9
Não declarado	14	20	11	18	12	75

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no site do INEP (INEP, 2014 - 2019).

De acordo com os dados, em todos os anos houve mais participantes que se declararam brancas/os, totalizando 768 da soma total das 5 edições investigadas. No entanto, somando as pessoas que se declararam pretas/os e pardas/os, contabilizamos 775 participantes. Além disso, ao direcionarmos a análise para diferenciação entre brancas/os e não brancas/os, identificamos que o público que majoritariamente requereu o nome social nesse período corresponde às/aos participantes pretas/os, pardas/os, amarelas/os e indígenas, representando 816 da soma total.

Priorizamos essa diferenciação por reconhecermos que a raça também é uma coletividade bivalente, assim como gênero, por possuir dimensões político-econômica e cultural-valorativas que requerem medidas de redistribuição e reconhecimento. Mesmo que cada identidade racial disponha de suas próprias particularidades e demandas, entendemos que a diferenciação entre brancas/os e não brancas/os se enquadra nessa coletividade quando as injustiças se expressam por meio da discriminação, de representações estereotipadas na mídia, de violências, da exclusão, marginalização e negação de acesso a direitos devido a construção de normas racistas que inferiorizam tais identidades. Por esse ângulo, os eixos de injustiças se interseccionam de maneiras que afetam as vivências e as identidades de todas/os.

Dessa forma, além dos dados apresentarem que há mais pessoas não brancas/os, em sua maioria pretas/os e pardas/os, outro aspecto que caracteriza a formação do perfil é a faixa etária das/os participantes ao realizar as provas, sobretudo quando cruzamos as variáveis de cor/raça e idade. Mas primeiro, para analisar as idades, as dividimos em

três faixas etárias: até 17 anos, 18 a 24 anos e mais de 25 anos. Definimos essa divisão com base na categorização do Censo da educação superior do INEP, que, para o cálculo da taxa de escolarização líquida do país, mede o total de jovens de 18 a 24 anos matriculadas/os nos cursos de graduação do país, em relação ao total da população da mesma faixa etária (INEP, 2021),

Tabela 4 - Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social por idade

IDADE	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
15 a 17	13	16	18	26	53	126
18 a 24	146	223	199	155	260	983
25 +	119	192	88	70	81	550

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no site do INEP (INEP, 2014 - 2019).

Por meio dessa divisão identificamos que a quantidade de participantes menores de idade se apresenta mínima em todos os anos e a maioria equivale à faixa etária estimada para o acesso à educação superior, haja vista que, na soma total das 5 edições do ENEM, 126 participantes eram menores de 17 anos ao passo que 983 tinham entre 18 e 24 anos. Referente ao número de participantes com mais de 25 anos, há um decréscimo desde 2017 que pode ser concernente à reformulação dos objetivos do ENEM, que até 2016 viabilizava o certificado de conclusão do ensino médio e em 2017 essa funcionalidade voltou a ser exercida pelo ENCCEJA, minimizando a participação do público que objetivava esse fim.

Embora não estejam representadas na tabela, ressaltamos também que a idade mínima das/os inscritas/os em 2015, 2016 e 2018 foi 15 anos e em 2017 e 2019 foi 16 anos. Já a idade máxima foi 59 anos em 2015, 65 anos em 2016, 55 anos em 2017, 52 anos em 2018 e 44 anos em 2019. Diante dessas observações gerais, comparando ao perfil de todas/os as/os inscritas/os do ENEM no mesmo período, identificamos que o percentual das faixas etárias não é destoante da maioria, principalmente das/os pessoas menores de idade. Nos anos investigados, as/os estudantes menores de idade são, comumente, a minoria na realização das provas⁹⁸.

Outrossim, a inscrição de pessoas nessa faixa etária pode corresponder à classificação das/os estudantes “treineiras/os”. Segundo o próprio *site* do INEP, as treineiras/os são as/os participantes que concluirão o ensino médio após o ano de

⁹⁸ Segundo as sinopses estatísticas do INEP, em 2015, 1.157.560 eram cursistas, em 2016, 1.344.085, em 2017, 597.677, em 2018, 586.939, e, em 2019, dentre o total de 5.095.270 inscritas/os, 616.668 eram menores de idade (MEC, 2019).

realização da prova, ou, que não estão cursando e não concluirão o ensino médio. Desse modo, tanto o nível cursista como o nível não concluinte/não egressa/o podem conter estudantes classificadas/os como “treineiras/os”.

De acordo com o INEP, os dados sobre a escolaridade das/os participantes são diferenciados pela “situação de conclusão do ensino médio”, classificada entre os níveis cursista, concluinte, egressa/o e não concluinte/não egressa/o. O primeiro nível refere-se às/aos participantes que cursam o ensino médio e não concluirão no ano letivo em que realizam a prova, o segundo são as/os participantes que cursam o último ano do ensino médio e concluirão no ano letivo em que realizam a prova, o terceiro é pertinente às/aos participantes que já concluíram o ensino médio ao realizar a prova, e, por fim, o quarto nível são as/os participantes que saíram do sistema escolar sem concluir o ensino médio e não efetivaram nova matrícula em anos seguintes,

Tabela 5 - Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social no Enem por situação de conclusão do ensino médio

SITUAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Cursista	15	58	8	16	15	112
Concluinte	28	42	58	44	108	280
Egressa/o	180	257	230	188	269	1124
Não concluinte/não egressa/o	55	74	9	3	2	143

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no site do INEP (INEP, 2014 - 2019).

No total de todos os anos analisados, há mais participantes egressas/os e há menos participantes cursistas. A partir desse dado, ponderamos que as pessoas que utilizaram o nome social, em sua maioria, são inscritas/os que realizaram a prova após concluírem o ensino médio, não sendo recorrente a prática de treineiras/os por esse grupo. Ademais, o decréscimo nas proporções referentes ao número de participantes não egressas/os e não concluintes desde 2016 também pode ser concernente à alteração do objetivo do ENEM frente à certificação de conclusão do ensino médio, assim como interferiu na participação de pessoas com mais de 25 anos.

Como apontado na tabela 4, embora a maioria das/os participantes esteja na faixa etária estimada para acessar a educação superior, o número total de concluintes representa menos da metade das/os egressas/os. Ou seja, há mais participantes que já concluíram o ensino médio quando realizaram o ENEM do que participantes que ainda estavam cursando e concluiriam no mesmo ano da prova. Além da escolaridade, faixa

etária e cor/raça, também ordenamos a distribuição das/os participantes por região geográfica, como disposto na tabela 6,

Tabela 6 - Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social no Enem por região geográfica

REGIÃO	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Norte	7	10	12	18	20	67
Nordeste	60	68	37	64	119	348
Sudeste	153	269	157	124	193	896
Sul	39	54	30	33	36	192
Centro-oeste	19	30	19	12	26	106

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no site do INEP (INEP, 2014 - 2019).

Convergindo com a distribuição da população, na qual as regiões sudeste e nordeste são as mais populosas do Brasil de acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE (IBGE, 2022), a região Sudeste dispõe de mais participantes, contabilizando 896, seguido pelo Nordeste com 348, e pelo Sul com 192. Não obstante, embora contenha concretas delimitações de acesso e autorização do nome social no ENEM, por meio dessas informações é possível estimar uma amostra de pessoas transexuais e travestis em cada região e ainda correlacionar com a quantidade de cursinhos trans organizados.

A título de exemplo, comparando a distribuição das/os participantes por região geográfica com os 14 cursinhos organizados no Brasil, no Norte, em que há menos participantes que tiveram o nome social autorizado, não há cursinhos trans divulgados em pesquisas acadêmicas e sites de notícias. Já no Nordeste e no Sudeste, em que foram contabilizadas/os mais participantes, há 4 e 6 cursinhos, enquanto no Sul existem 3 e no centro oeste apenas 1. Seguindo para o cruzamento de dados, nas tabelas seguintes comparamos as variáveis cor/raça, situação de conclusão do ensino médio e faixa etária,

Tabela 7 - Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social no Enem por situação de conclusão do ensino médio versus cor/raça

SITUAÇÃO X COR/RAÇA	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Cursista	15	58	8	16	15	112
Branca/o	8	22	4	10	12	56
Preta/o	3	9	2	3	0	17
Parda/o	3	20	1	1	2	27
Amarela/o	0	4	0	0	0	4
Indígena	1	0	0	0	0	1
Não declarado	0	3	1	2	1	7
Concluinte	28	42	58	44	108	280
Branca/o	14	24	29	22	54	143
Preta/o	3	5	5	6	14	33
Parda/o	9	13	18	13	36	89
Amarela/o	1	0	3	1	3	8
Indígena	1	0	0	0	0	1
Não declarado	0	0	3	2	1	6
Egressa/o	180	257	230	188	269	1124
Branca/o	81	124	106	81	120	512
Preta/o	23	42	44	25	44	178
Parda/o	59	71	69	61	92	352
Amarela/o	3	2	4	6	2	17
Indígena	2	2	1	1	1	7
Não declarado	12	16	6	14	10	58
Não concluinte/não egressa/o	55	74	9	3	2	143
Branca/o	18	29	5	3	2	57
Preta/o	25	14	1	0	0	40
Parda/o	10	29	1	0	0	39
Amarela/o	0	1	1	0	0	2
Indígena	0	0	0	0	0	0
Não declarado	2	1	1	0	0	4

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no site do INEP (INEP, 2014 - 2019).

Analisando a cor/raça das/os participantes de acordo com a situação de conclusão do ensino médio, identificamos que as pessoas brancas são maioria dentre as/os cursistas, totalizando 56 e 49, e dentre as/os concluintes, 143 e 131, enquanto as pessoas não brancas são maioria dentre as/os egressas/os, 512 e 554, e dentre as/os não

concluintes/não egressas/os, 57 e 81. Nessa etapa não contabilizamos a opção “não declarada/o”, referente a não indicação da cor/raça das/os estudantes.

Como já explicitado, os níveis cursistas e concluintes se referem às/aos participantes que ainda cursam o ensino médio no ano em que realizam a prova, ao passo que as/os egressas/os e não concluintes/não egressas/os são participantes que já concluíram ou que saíram do sistema escolar e não efetivaram nova matrícula em anos seguintes. Dessarte, quando focalizamos nos dados das/os participantes pretas/os e pardas/os, é perceptível que o marcador de raça se constitui como um indicador da desigualdade de acesso desde a educação básica, haja vista que esse grupo é maioria somente dentre as/os não concluintes/não egressas/os.

Esse indicador da desigualdade de acesso à educação também se reforça quando cruzamos as variáveis cor/raça e faixa etária,

Tabela 8 - Distribuição das/os participantes que solicitaram o nome social no Enem por faixa etária versus cor/raça

FAIXA ETÁRIA X COR/RAÇA	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
15 a 17	13	16	18	26	53	126
Branca/o	9	11	8	17	36	81
Preta/o	0	1	1	2	5	9
Parda/o	4	2	5	4	11	26
Amarela/o	0	1	1	1	1	4
Indígena	0	0	0	0	0	0
Não declarado	0	1	3	2	0	6
18 a 24	146	223	199	155	260	983
Branca/o	64	115	99	74	118	470
Preta/o	16	31	31	20	37	135
Parda/o	51	61	55	48	92	307
Amarelo	2	5	7	3	3	20
Indígena	2	1	1	1	1	6
Não declarado	11	10	6	9	9	45
25+	119	192	88	70	81	550
Branca/o	48	73	37	25	34	217
Preta/o	23	38	20	12	16	109
Parda/o	41	70	29	23	27	190
Amarela/o	2	1	0	3	1	7
Indígena	2	1	0	0	0	3
Não declarado	3	9	2	7	3	24

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no site do INEP (INEP, 2014 - 2019).

Analisando a tabela seguindo a diferenciação entre participantes brancas/os e não brancas/os e excluindo o número total de raça “não declarada/o”, somente na faixa etária com mais de 25 anos que a maioria corresponde às/aos participantes não brancas/os, totalizando 309. Diversamente, dentre as/os participantes com idade entre 15 e 17 anos e 18 a 24 anos, a maioria é equivalente às/os participantes que se declaram brancas/os, somando 81 e 470 respectivamente.

Análogo aos dados anteriores em que a maioria das/os cursistas e concluintes são brancas/os enquanto as/os não concluintes/não egressas/os são não brancas/os, mais da metade das/os participantes acima dos 25 anos declararam ser pretas/os ou pardas/os, enquanto mais da metade das/os participantes com menos de 18 anos são brancas/os. Ainda que sejam dados sistematizados em menor escala, quando contrastamos com os índices de escolaridade divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) administrada pelo IBGE, identificamos que há disparidades significativas quando observados a partir da distribuição pelo marcador de raça.

Segundo o levantamento comparativo realizado por Adriano Senkevics (2021) sobre os dados do PNAD no período de 1995 e 2015, enquanto a maior dificuldade para jovens brancas/os e amarelas/os consiste em ingressar na educação superior após a conclusão do ensino médio, para jovens pretas/os a maior dificuldade consiste em completar a escolarização básica. Comparando de modo dicotômico dois segmentos populacionais, população branca e amarela e população preta, parda e indígena (PPI), o autor evidencia que a proporção de jovens brancas/os e amarelas/os que não concluem o ensino médio é menor do que a de jovens PPI.

Os dados do Censo realizado em 2010 também demonstram que ingressar, permanecer e concluir a educação básica tende a ser um processo desigual entre pretas/os e brancas/os ao indicar que a taxa de analfabetismo, a partir dos 15 anos de idade, era de 14,4% para pessoas pretas, 13% para pessoas pardas e 5,9% para pessoas brancas (IBGE, 2010). Embora na PNAD de 2019 tenha sido constatada uma redução desses números, a taxa ainda incidiu em maior proporção para as pessoas pretas, representando 8,9%, do que para as pessoas brancas, totalizando 3,6% (IBGE, 2019).

Portanto, o perfil das/os participantes que solicitaram o nome social no ENEM condiz com os dados acima ao expressar que as injustiças de gênero, raça e classe podem convergir nas condições desiguais de acesso e permanência no âmbito escolar. Os dados estatísticos com a variável cor/raça denotam que a maioria das pessoas não brancas já concluíram o ensino médio quando realizaram a prova, não são menores de

idade e não são treineiras. Ademais, há uma concentração de participantes pretas/os e pardas/os nas faixa etária acima dos 25 anos. Assim, o perfil das/os inscritas/os que solicitaram o nome social no período de 2014 a 2015 é composto majoritariamente por pessoas não brancas/os, egressas/os, da região sudeste e têm entre 18 a 24 anos.

Em suma, a partir desse delineamento intentamos desvelar, ainda que de modo limitado, o perfil de quem conclui o período de escolaridade obrigatória, acessa o ENEM e intenta ingressar na universidade, para então analisar como as políticas de educação superior e as estratégias elaboradas podem contribuir para promover esse acesso. Assim, em virtude dos dados desvelados, também pudemos identificar como tais mecanismos integram medidas de reconhecimento e de redistribuição para democratizar o acesso de transexuais e travestis à educação superior.

3.5. Cotas para transexuais e travestis nas universidades públicas

Desde 2003 algumas universidades começaram a adotar em seus vestibulares um sistema de cotas. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira instituição a adotar uma reserva de vagas para estudantes negras/os e indígenas, seguida pela UNB, em 2004. Antes da implementação da Lei de Cotas em 2012, a maioria das universidades estabelecia diferentes critérios e percentuais para os segmentos historicamente excluídos desse nível de ensino, considerando condições socioeconômicas, cor/raça ou origem escolar pública.

A Lei de cotas implementada em 2012 prevê que as universidades públicas federais reservem, no mínimo, 50% das vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas, com deficiência e para demais estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública. Nesse processo, devido a não menção e/ou a inexistência de um projeto de lei federal que incluía as pessoas transexuais e travestis, a decisão por adotar ou não políticas de ações afirmativas que contemple esse grupo fica a critério das próprias universidades, de acordo com suas demandas.

Embora não tenham sido elaboradas no período de 2003 a 2016, as cotas destinadas às pessoas transexuais e travestis também cabem ser mencionadas como uma das estratégias engendradas pelas universidades para promover o acesso desse grupo à educação superior. Resguardadas pelo princípio de autonomia institucional, as primeiras instituições a disporem de um processo seletivo com reserva de vagas para transexuais e travestis foram a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em 2018, e a

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2019, que incluiu as vagas em todos os processos seletivos abertos pela instituição, na graduação e pós-graduação.

Em 2020 e em 2021, a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade do Estado do Amapá (UEAP) também ofertaram vagas via SISU e vestibular próprio. Segundo a pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA) (RIBEIRO; NASCIMENTO, 2023), nesse período o Nordeste concentrou o maior número de vagas, seguido pelo Sudeste com o estado de São Paulo,

Tabela 9 - Número de vagas para transexuais e travestis nas universidades públicas

Universidades públicas	2020	2021
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	352	2
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	30	30
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	18	11
Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC)	40	40
Universidade do Estado do Amapá (UEAP)	38	41

Fonte: Ribeiro; Nascimento (2023).

Como as reservas estavam concentradas em apenas cinco universidades, o percentual das vagas diminuiu, em média, 80% de um ano para o outro. Em contraponto, somente no âmbito da pós-graduação, desde 2002 a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) oferta cotas para pessoas transexuais e travestis, assim como a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), UFRB, a Universidade Federal Fluminense (UFF), a UFSC e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) passaram a ofertar desde 2019, somando à UNB, UERJ e UNEB, UFSB.

Segundo uma reportagem realizada pela Folha, as/os professoras/es entrevistadas/os afirmaram que a pós-graduação oferece mais vagas devido a menor burocracia (MAIA, 2019). Ademais, a oscilação das vagas na graduação para transexuais e travestis também pode ser sido efeito do governo conservador de Jair Bolsonaro (2019 - 2022) e da gestão de Abraham Weintraub no MEC (2019 - 2020), haja vista que ambos se posicionaram contrários e suspenderam um processo seletivo que destinaria vagas ociosas para transexuais e travestis, realizado pela Unilab em 2019, alegando que a universidade “não apresentou parecer com base legal para elaboração da

política afirmativa de cotas”, uma vez que a Lei de Cotas não prevê vagas para transexuais e travestis (RODRIGUES, 2019, s.p.).

A suspensão do edital pelo MEC denotou tanto o caráter ideológico do governo no âmbito educacional quanto a fragilidade das normativas direcionadas para esse grupo. Congruente com o projeto de desmonte da universidade pública⁹⁹, a justificativa elegida para a suspensão do processo seletivo não se sustenta quando consideramos que, comumente, as cotas já não são aplicadas nos editais para preenchimento de vagas residuais ou ociosas, pois, na Lei de Cotas não há menção expressa a essas vagas, mesmo que determine que as universidades devem reservar cotas “em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação” (BRASIL, 2012). Sob esse pressuposto, todos os processos seletivos já lançados pelas universidades deveriam ser suspensos, objetando, assim, o princípio da autonomia universitária.

Por conseguinte, essa intervenção do governo evidenciou, sobretudo, que as medidas direcionadas para transexuais e travestis são instáveis e precisam estar articuladas a políticas regulatórias. Embora essa reserva de vagas represente, de certo modo, um mecanismo de democratização do acesso para esse grupo, ainda subsiste como uma medida afirmativa fragmentada, cujo processo histórico e estrutural de injustiças se mantém obstaculizando o ingresso. Dessa forma, as intersecções de raça e classe que também compõem a identidade de transexuais e travestis e a disposição das cotas, ainda permanece como a alternativa que mais contribui para a possibilidade de acesso à universidade pública.

Por fim, analisamos que as estratégias engendradas pelo Estado, pelos movimentos sociais e pelas universidades públicas contemplam diferentes condições conforme as reivindicações dos movimentos. Os cursinhos trans têm como foco as pessoas transexuais e travestis que se evadiram da escola, as cotas, o uso do nome social no ENEM e nas universidades tem como foco a educação superior, e, em consonância, a visibilidade positiva e as pesquisas quantitativas têm como foco motivar e evidenciar tanto a conclusão do período de escolaridade obrigatória quanto o ingresso à esse nível

⁹⁹ As iniciativas do governo Bolsonaro para o desmonte e desmantelamento da educação superior pública consistiram em cortes de orçamento, que implicaram na dificuldade de funcionamento das instituições, cortes nas agências de fomento à pesquisa e pós-graduação, impactando todo o sistema de produção do conhecimento e formação, e ataques às universidades públicas e às políticas de inclusão, acentuando as históricas desigualdades de acesso e contribuindo para o desrespeito ao processo democrático das instituições, consolidando, assim um cenário de contínua degradação das atividades e fomento ao processo de mercantilização desse nível de ensino (ARAÚJO; MACEDO, 2022, p. 13).

de ensino. Dessarte, todas partem da dimensão do reconhecimento, mas têm como base material a vulnerabilidade econômica desse grupo.

Entretanto, as estratégias também demonstram as próprias fragilidades que reforçam sua existência. Devido à escassez de dados de órgãos governamentais para solidificar as reivindicações dos movimentos e a carência de amparo do Estado frente às demandas de transexuais e travestis, as iniciativas engendradas são concretizadas por meio de atos normativos ou por meio de ações fragmentadas que não têm estrutura e nem capacidade para democratizar o acesso para todas/os, haja vista que não é uma maioria que consegue ser alcançada pelas estratégias.

Não obstante, embora consideremos que as políticas de educação superior são as ações que mais podem interferir positivamente no ingresso de transexuais e travestis, especialmente ao analisarmos o perfil das/os participantes do ENEM, ainda foi por meio das estratégias que tais dados foram viabilizados. Nesse processo, entendemos que é a conjunção das políticas com as estratégias que se assemelha à concepção de justiça social, uma vez que as injustiças também não são desarticuladas ao estarem situadas numa sociedade desigual materialmente.

Somando as políticas às estratégias, entendemos que a democratização do acesso à educação superior para transexuais e travestis confere em medidas afirmativas que tendem a minorar as desigualdades, sem objetivar transformações estruturais. Mesmo que as estratégias dos movimentos e das universidades públicas se expressem enquanto medidas possíveis de acordo com a realidade em que se concretizam, as condições sócio-históricas de transexuais e travestis exprimem a permanente omissão do Estado frente às suas demandas, mantendo esse grupo em um “não lugar” e conferindo um *status* sem igualdade de participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este estudo com o objetivo de investigar as estratégias engendradas pelo Estado, pelos movimentos de transexuais e travestis e pelas universidades federais para promover o acesso de transexuais e travestis à educação superior no Brasil, no período de 2003 a 2016. Para o desdobramento da pesquisa, tivemos como objetivos específicos contextualizar as condições sociais, históricas e políticas que interferem no acesso de transexuais e travestis à educação superior; explorar a democratização do acesso à educação superior durante os governos de Lula e de Dilma; e analisar como as estratégias engendradas contribuem para democratizar o acesso para transexuais e travestis à educação superior.

Para tanto, realizamos levantamentos de produções acadêmicas, pesquisas e notícias que analisam e/ou divulgam sobre as condições sócio-históricas, políticas e educacionais de transexuais e travestis no Brasil, de políticas, atos normativos e demais documentos que mencionam os direitos desse grupo e/ou que referenciam o acesso à educação superior, além de dados quantitativos sobre as/os participantes que solicitaram o uso do nome social para a realização do ENEM, cujo processo de leituras e análises repercutiu nos desdobramentos das três seções desta tese.

Apresentando um panorama das condições sociais, históricas e políticas que transexuais e travestis podem vivenciar, na primeira seção discutimos sobre o reconhecimento social da transexualidade e da travestilidade, sobre as injustiças econômicas e culturais que podem implicar no acesso desse grupo à educação superior, perpassando pelos contextos da marginalização, trabalho e educação, e sobre a consolidação política dos movimentos de transexuais e travestis no Brasil.

Na segunda seção, com o objetivo de discutir a expansão do acesso à educação superior, discorreremos sobre como entendemos a democratização do acesso fundamentada pela perspectiva distintiva de justiça social, apresentamos as principais políticas de educação superior adotadas durante a gestão de Lula e de Dilma, e concluímos discutindo sobre como as pessoas transexuais e travestis (não) foram incluídas nessas políticas, destacando algumas contradições sobre a menção do gênero e o reconhecimento da transexualidade e da travestilidade em planos, programas e demais documentos elaborados pelos governos.

Por fim, na terceira seção, identificamos as estratégias engendradas pelo Estado, pelos movimentos sociais e pelas universidades públicas para promover o acesso de

transexuais e travestis à educação superior, e analisamos como essas ações contribuem para democratizar o acesso de transexuais e travestis à educação superior. As principais estratégias identificadas foram a visibilidade positiva, os cursinhos trans, as pesquisas quantitativas, a regulamentação do nome social no ENEM e nas universidades públicas e as cotas para transexuais e travestis nas universidades.

Em conclusão, entendemos que as pessoas transexuais e travestis, enquanto uma coletividade demarcada pelo gênero, podem vivenciar injustiças econômicas e culturais de tal forma que nenhuma é um efeito indireto da outra, ambas são primárias e cooriginárias. Nesse cenário, a ausência de reconhecimento e o desrespeito são impactados pela desigualdade econômica tanto quanto a impactam, de forma que as práticas transfóbicas, o fracasso escolar, a marginalização e a exploração que podem demarcar a existência desse grupo transpassam as reivindicações pela afirmação das diferenças, pois, essas se constituem enquanto uma luta pela igualdade (e expectativa) de existência, além das condições de acesso à direitos civis.

Reforçado por padrões institucionalizados e em consonância com a exacerbada desigualdade material, o reconhecimento social da transexualidade e da travestilidade tem sido demarcado por estigmas que operam diferentes mecanismos de exclusão, impedindo que pessoas transexuais e travestis participem, e sejam reconhecidas, como iguais nas relações sociais. Em consequência, esse grupo tende a se organizar politicamente para reivindicar proteção dos direitos civis, garantia da igualdade de tratamento, representação política, políticas inclusivas, combate às formas de violência e à transfobia, dentre outras demandas.

Centrando no contexto educacional, as reivindicações dos movimentos de transexuais e travestis são pelo reconhecimento legal, garantia e respeito ao uso do nome social, por cursinhos pré-vestibulares para conclusão da educação básica e ingresso na educação superior e por demais ações que promovam o acesso e permanência nas instituições de ensino. Portanto, com base na perspectiva distintiva de justiça social, associamos as demandas de transexuais e travestis às lutas pelo *status* de paridade participativa, que requerem e são contempladas por dimensões tanto de reconhecimento quanto de redistribuição.

Sob essa perspectiva, as políticas de educação superior, promulgadas durante os governos de Lula e de Dilma sob o discurso de inclusão para minimizar as desigualdades de acesso, podem favorecer transexuais e travestis consoante às condições materiais, mas ainda não as/os abrangem em sua complexidade. Desse modo,

entendemos que as estratégias engendradas para promover o acesso desse grupo, em consonância com as políticas executadas, viabilizam a integração das reivindicações consequentes das injustiças culturais e econômicas que interferem nesse processo.

As estratégias independentes e conjuntas, engendradas pelos movimentos sociais, pelas universidades públicas e pelo Estado, como as regulamentações de nome social, a visibilidade positiva, os cursinhos trans, as cotas nas universidades e as pesquisas quantitativas, são medidas afirmativas que partem do reconhecimento das identidades de transexuais e travestis e que podem contribuir para a democratização do acesso para esse grupo. Contudo, a sua própria premência e concretização também denota o caráter discriminatório e excludente das condições sócio-históricas, econômicas, políticas e educacionais no Brasil.

Requeridas e elaboradas devido a ausência de amparo do Estado diante das condições de desigualdades inerentes ao capitalismo e das injustiças consequentes do não reconhecimento de gênero, os movimentos permanecem à frente das reivindicações e, em sua maioria, à frente da concretização das estratégias, de modo que tais medidas não têm estrutura para incluir e beneficiar todas e quaisquer pessoas transexuais e travestis, pois, ou demandam critérios de seleção, ou não tem recursos financeiros, ou não são dispostas em todas as regiões do país, ou ainda não abrangem as demais injustiças que obstaculizam o acesso desse grupo à educação superior.

Ao mesmo tempo em que detonam a resistência e autonomia dos movimentos sociais, as estratégias também evidenciam que devem se constituir enquanto responsabilidade e luta coletiva, alicerçadas em políticas efetivas e em consonância com outras ações em todos os níveis de ensino. A título de exemplo, a partir da possibilidade de inclusão do nome social no ENEM, além do respeito ao nome durante a realização da prova, foi possível sistematizar o perfil das/os participantes com base nos dados disponibilizados por meio dos microdados e das sinopses estatísticas realizadas pelo INEP. Todavia, nem todas as pessoas transexuais e travestis têm o nome autorizado, a viabilidade das informações não suscitou outras ações e ainda foram excluídas no governo seguinte (2019 a 2022).

Essas contradições desvelam que, embora possam minimizar algumas injustiças que interferem no acesso à educação superior, a estratégia adotada pelo Estado permanece enquanto concessão insuficiente para gerar processos mais amplos e contínuos de integração, cabendo aos movimentos requererem aos demais órgãos institucionais para também intentar atenuar tais injustiças. As resoluções de nome

social, os projetos de extensão que desenvolvem cursinhos trans e as cotas, por exemplo, são medidas requeridas fora e dentro das universidades públicas.

Entretanto, permeada por contradições, as estratégias engendradas pelas universidades também apresentam limitações de acesso, de divulgação e de continuidade. Por meio da autonomia universitária, as resoluções de nome social foram implementadas na maioria das instituições, mas não houve divulgação desse direito e nem todas/os as/os profissionais aprenderam a lidar com as demandas, já as cotas e os cursinhos, não são ofertados na maioria das instituições e ainda enfrentam contenções. Ademais, o fracasso escolar, a marginalização, a exploração e a própria permanência na instituição são condições que interferem desde o período de escolaridade obrigatória, cujas estratégias não conseguem sanar. Portanto, nem todas as injustiças econômicas e culturais podem (e nem devem) ser corrigidas pela universidade.

Outrossim, mesmo que a democratização do acesso mediante as políticas de educação superior também propicie o acesso para esse grupo, não podemos afirmar que se constituem como soluções definitivas, tais como as estratégias. Ainda que ambas as ações expressem contribuições e que, sobretudo, devam obter financiamento público para alcançar mais pessoas e atuar em todas as regiões do país, não devem ser um fim em si mesmas. Essas medidas afirmativas partem da valoração das diferenças para a ampliação da participação de modo emergente, mas, a longo prazo, não tendem à transformação das estruturas que suscitam as condições desiguais de acesso.

A partir de uma abordagem transformadora, com medidas que objetivem a desconstrução dos padrões institucionalizados que segregam, discriminam e reforçam as injustiças culturais, em conjunto com a transformação da estrutura político-econômica que produz as injustiças de distribuição, havemos, então, de manter a perspectiva de superação desse sistema excludente, de forma que consigamos acomodar tanto as reivindicações de igualdade quanto as reivindicações de reconhecimento da diferença, para que as desigualdades econômicas e as demais injustiças que interferem no acesso à educação superior também tenham a possibilidade de serem superadas.

Contudo, como as desigualdades são geradas e reproduzidas no sistema capitalista, cujas disputas para manutenção da sua lógica apenas tem movimentado transexuais e travestis, e demais grupos “minoritários”, no mesmo estado de subordinação, reconhecemos que os movimentos têm se articulado e engendrado estratégias conforme suas condições materiais de existência, conquistando direitos por meio de organizações políticas sob constante opressão. Nesse caso, não há soluções

simples para questões complexas. Não obstante, sob uma concepção ampla de justiça social, consideramos que a perspectiva da democratização da educação superior deve se manter e também focar as demandas por reconhecimento, para que tais grupos possam ser integrados e aliados na luta pelo direito à educação.

Em suma, à medida que as estratégias elaboradas pelos movimentos de transexuais e travestis e pelas universidades públicas devam ser reivindicadas de forma coletiva para serem ampliadas e garantidas efetivamente pelo Estado, também identificamos que tais mecanismos não se fazem absolutos, haja vista que as condições de permanência e de conclusão da graduação devem ser ponderadas no processo de democratização. Portanto, como entendemos que a paridade participativa na educação superior abrange condições de acesso, permanência e conclusão, também almejamos que outros estudos sejam realizados e aprofundados.

A organização e estratégias dos movimentos de transexuais e travestis no interior das universidades públicas para garantia do nome social, da moradia estudantil e do uso do banheiro de acordo com o gênero, as demais estratégias para permanecer nas instituições, o levantamento de dados quantitativos de estudantes que requereram o nome social nas universidades públicas, o levantamento de dados quantitativos do ingresso desse grupo em programas de pós-graduação por meio das cotas, e o levantamento de dados quantitativos de estudantes transexuais e travestis concluintes, são algumas indicações emergentes para novas pesquisas.

Enfim, esta pesquisa investigou somente uma faceta do acesso de transexuais e travestis à educação superior. A exiguidade de dados estatísticos de âmbito nacional, a transfobia que persegue e mata transexuais e travestis cotidianamente, a ascensão do neoconservadorismo, a estigmatização e as demais práticas discriminatórias que cerceiam a garantia de direitos e de existência desse grupo, são apenas alguns dos aspectos que interferem nesse processo e que requerem ser estudados e superados. Como as injustiças econômicas e culturais subsistem na produção de desigualdades, e o direito à educação como princípio de justiça social perpassa direitos fundamentais para a melhoria das condições de existência, todo o sistema educacional requer medidas transformadoras para que a educação seja, de fato, inclusiva.

Nessa conjuntura, a perspectiva da democratização da educação superior envolve transformações para além de uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABGLT. Secretaria da Educação. **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba/PR: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2016. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf> Acesso em: 27 jun. 2023.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas**: Por que frequentam? Brasília/DF: Ministério da educação, 2015. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf Acesso em: 08 jan. 2023.

ACOSTA, Tássio. **Morrer para nascer travesti**: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância. 2016. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de educação. Universidade Federal de São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8448> Acesso em: 23 mai. 2023.

AGUIAR, Vilma. **Ampliação e diversificação do acesso no ensino superior**: a formação do sistema de massa no setor privado. 2013. Tese (Doutorado em área de concentração ciências sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1620984> Acesso em: 23 mai. 2023.

ALCANTARA, Itamires Lima Santos; NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do. Produção de conhecimento na universidade e trajetória acadêmica de estudantes negros(as). **Anais... X COPENE - Congresso de Pesquisadores Negros**, Uberlândia/MG, 2018. Disponível em: [https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1538336744_ARQUIVO_Producaoodeconhecimentonauniversidadeetrajetoriaacademicadeestudantesnegros\(as\).pdf](https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1538336744_ARQUIVO_Producaoodeconhecimentonauniversidadeetrajetoriaacademicadeestudantesnegros(as).pdf) Acesso em: 26 abr. 2022.

ALEXANDRE, Bruno do Prado. **Sobre corpos que “não podem” aparecer**: memórias de escola nas narrativas de pessoas travestis. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, 2017. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/3597> Acesso em: 23 mai. 2023.

ALMEIDA, Carina Elisabeth Maciel. **O discurso de inclusão nas políticas de educação superior (2003 – 2008)**. 2009. Tese (Doutorado em educação) – Programa de pós-graduação em educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/691> Acesso em: 23 mai. 2023.

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educ. Pesqui.**, v. 28, n. 1, 2002, p. 77-89. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/gXrrXjGztGfmRqhqlHqKqgt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 mai. 2023.

ALVES, Douglas Santos. **Movimento LGBT, participação política e hegemonia**. 2016. Tese (Doutorado em ciência política) – Programa de pós-graduação em ciência

política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em:
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/156328> Acesso em: 23 mai. 2023.

ALVES, Douglas Santos. Participação, políticas públicas e o movimento LGBT. **Revista debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, set.-dez., 2017, p. 149-168. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/debates/article/download/74739/45756> Acesso em: 05 abr. 2022.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das Ifes – 2018**. Brasília/DF: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2019. Disponível em:
<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> Acesso em: 08 abr. 2022.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em:
<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600> Acesso em: 18 ago. 2023.

ANSELMO, Livia. Primeira trans reconhecida pela UFAM com nome social conclui ensino superior. **A crítica**. [s. l.], 2018. Disponível em:
<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/primeira-mulher-trans-a-ser-reconhecida-pela-ufam-com-nome-social-conclui-ensino-superior>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ANTRA. **Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra pessoas TRANS em 2017**. Rio de Janeiro/RJ: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2018. Disponível em:
<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf> Acesso em: 05 abr. 2022.

ANTRA. **Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra pessoas TRANS em 2018**. Rio de Janeiro/RJ: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2019. Disponível em:
<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf> Acesso em: 05 abr. 2022.

ANTRA. **Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra pessoas TRANS em 2019**. Rio de Janeiro/RJ: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2020. Disponível em:
<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3ancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf> Acesso em: 05 abr. 2022.

ANTRA. **Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra pessoas TRANS em 2020**. Rio de Janeiro/RJ: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2021. Disponível em:
<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf> Acesso em: 05 abr. 2022.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; MACEDO, Marconi Neves. **O desmonte da educação superior no governo Bolsonaro**. IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, Eixo 2, São Paulo/SP, 2022. Disponível em:
<https://sbap.org.br/ebap-2022/358.pdf> Acesso em: 13 jun. 2023.

ARAÚJO, Mirella. Pernambuco tem a primeira farmacêutica trans. **Folha de Pernambuco**. Recife/PE, 2019. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/pernambuco-tem-a-primeira-farmaceutica-trans/98319/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam Pillar. **Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora queer**. Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, n. 5. Natal, 2010. Anais eletrônicos. Natal/RN: ABEH, 2010. Disponível em: <https://nigs.paginas.ufsc.br/files/2012/01/TRANSEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANS-ANERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DI%81SPORA-QUEER-Simone-%81vila-e-Miriam-Pillar-Grossi.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2022.

AYER, Flávia. Professor cria espaço de estudo voltado para transexuais, travestis e transgêneros. **Estado de Minas**. [s. l.], 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/15/interna_gerais.743496/professor-cria-espaco-de-estudo-voltado-para-transexuais-travestis-e.shtml. Acesso em: 01 jul. 2020.

BAENA, Pâmela Keiti. **Cartografando gêneros: tempos e espaços da não-binaridade**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Faculdade de geografia. Universidade Federal de São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14074>. Acesso em: 27 out. 2022.

BARCELLOS JUNIOR, Waldyr Barcellos. **Trajetórias escolares das travestis do interior: história, (des)aprendizagens e educação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em educação. Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7253136 Acesso em: 04 abr. 2021.

BARNART, Fabiano. **A interdição e a resistência de travestis em Porto Alegre, na década de 1970**. 2018. Dissertação (Mestrado em geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184522> Acesso em: 03 dez. 2022.

BARROS, Daniela Torres. **Experiência das travestis na escola: entre nós e estratégias de resistências**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2196076 Acesso em: 04 abr. 2022.

BDTD. **Sobre o BDTD**. [s.l.], [2000?]: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs> Acesso em: 06 mai. 2021.

BELLO, Isabel Melero; JACOMINI, Marcia Aparecida; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2014, p. 369–393. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/6073> Acesso em: 27 jun. 2023.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**. v. 19, n. 2, 2011, p. 548-559. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/21485> Acesso em: 02 abr. 2022.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Florestan**, n. 2, nov., 2014, p. 46 - 66. Disponível em: http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf_25 Acesso em: 12 nov. 2020.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BEZERRA, Vinícius de Oliveira. **Empresários e educação: consentimento e coerção na política educacional do ensino médio**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós graduação em educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPG_036d16d803599a6df68d968007003756 Acesso em: 27 mai. 2023.

BIROLI, Flávia. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**, São Paulo: Boitempo, 2020.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: INEP/MEC, 2008. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/historia_da_educacao/educacao_superior_no_brasil_10_anos_pos_ldb.pdf Acesso em: 27 mai. 2023.

BNEWS. Travesti sofre abuso, tenta se defender e é agredida em ônibus. **BNEWS**, Salvador/BA, 2014. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/denuncia/86926-travesti-sofre-abuso-tenta-se-defender-e-e-agredida-em-onibus.html> Acesso em: 02 abr. 2022.

BOECKEL, Cristina. Curso preparatório para o Enem reúne transexuais e travestis no Rio. **G1**. [s. l.], 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/curso-preparatorio-para-o-enem-reune-e-transexuais-e-travestis-no-rio.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. **Boletim epidemiológico HIV/Aids 2018**. Brasília/DF: Ministério da saúde, 2018. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hivaids-2018> Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. **Brasil sem Homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília/DF: Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004a. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**, de 05 de outubro de 1988. Brasília/DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Brasília/DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf> Acesso em: 12 mai. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Direitos Humanos 3**. Brasília/DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009a. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf> Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2001-2011**: Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília/DF: Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file> Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da epidemia de AIDS e das DST entre gays, HSH e travestis**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007c. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/plano_enfrentamento_epidemia_aids_hsh.pdf Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília/DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009b. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/39/LGBTI/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Cidadania%20e%20Direitos%20Humanos%20LGBTI.pdf> Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004b. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/PNPM.pdf> Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres II**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres III**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Plano Plurianual 2004-2007**: relatório de avaliação – exercício 2004. Brasília/DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2004-2007/ppa-2004-2007/proposta/anexo1.PDF> Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Brasília/DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2012. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_26579652_RESOLUCAO_N_12_DE_16_DE_JANEIRO_DE_2015.aspx. Acesso em: 02 jul. 2019.

BRAZ, Ednaldo da Costa. **Travestis e (re)ações à violência sofrida nos espaços de prostituição na cidade de Campina Grande – PB**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós graduação em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4982772 Acesso em: 04 abr. 2020.

BRAZILIENSE, Correio. Faltam vagas para trans no mercado de trabalho, por discriminação. **Diário de Pernambuco**. Recife/PE, 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2018/11/faltam-vagas-para-trans-no-mercado-de-trabalho-por-discriminacao.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRITO, Camila Pina. **“Já é negro e ainda quer ser travesti?”** – Experiências trans de mulheres negras. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) - Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3718961 Acesso em: 04 abr. 2020.

BRITTO, Patrícia; REIS, Lucas. Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem “ideologia de gênero”. **Folha de São Paulo**, [s.l.], 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml> Acesso em: 23 mar. 2020.

BUSIN, Valéria Melki. **Morra para se libertar**: estigmatização e violência contra travestis. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_608324ddf1ae55ae65e4a84c789f2227 Acesso em: 04 abr. 2020.

CABRAL, Vinicius. **Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território, Sociedade e Natureza) - Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPG_036d16d803599a6df68d968007003756 Acesso em: 04 abr. 2021.

CAETANO, Érica. Estudantes trans encontram em cursinhos LGBT o apoio para ingressar na faculdade. **Brasil escola**. [s. l.], 2017. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/noticias/estudantes-trans-cursinhos-lgbt-apoio-ingressar-faculdade-enem/340004.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CAPES. **Sobre a capes**. [s.l.], [2000?]: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=122. Acesso em: 06 mai. 2020.

CAPUTO, Ubirajara de None. **Geni e os direitos humanos: um retrato da violência contra pessoas trans no Brasil do século XXI**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14112018-111830/publico/caputo_corrigida.pdf Acesso em: 04 abr. 2021.

CARPILOVSKY, Alexia. Passabilidade: a aparência também como barreira para trans no trabalho. **Projeto colabora**. [s. l.], 2020. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods5/passabilidade-a-aparencia-tambem-como-barreira-para-trans-no-mercado-trabalho/>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. “**Muito prazer, eu existo!**” Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/4733> Acesso em: 08 jul. 2020.

CASTRO, Yasmin. Sem oportunidades de trabalho, transexuais encontram alternativa no empreendedorismo. **G1**. Mogi das Cruzes/SP, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2020/01/29/sem-oportunidades-de-trabalho-transexuais-encontram-alternativa-no-empendedorismo.ghtml>. Acesso em: 08 jul. 2020.

CATRACA LIVRE. Conheça 8 exemplos de representatividade trans na universidade. **Catraca livre**, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/educacao/conheca-8-exemplos-de-representatividade-trans-na-universidade/>. Acesso em: 01 jul. 2020.

CAZARRÉ, Marieta. Preconceito afasta transexuais do ambiente escolar e do mercado de trabalho. **EBC**. [s. l.], 2015. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/cidadania/2015/11/preconceito-afasta-transexuais-do-ambiente-escolar-e-do-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 02 jul. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo/SP: Unesp, 2001.

COELHO, Míriam Maria. **Democratização da educação ou mito?** uma análise da política de ações afirmativas implantadas no CEFET-MG campus Araxá. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/148650> Acesso em: 02 mai. 2022.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil.** 2017. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185435> Acesso em: 04 abr. 2021.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA JUNIOR, Mauro. **Evasão e permanência de estudantes em cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008-2012).** 2021. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/8363> Acesso em: 12 mai. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, jul. 2002, p. 245-262. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200010 Acesso em: 27 jun. 2023.

DA SILVA, Mauricio Narciso et al. O perfil socioeconômico e o motivo dos alunos ingressantes pela escolha do curso de Ciências Contábeis nas Universidades da Cidade de São Paulo. **REDECA - Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos**, [s. l.], v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/33462>. Acesso em: 27 jun. 2023.

DEVIDES. Maria Beatriz Carvalho. **A violência contra travestis e transexuais mulheres a partir de uma perspectiva analítico-comportamental.** 2018. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Centro de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2018/09/A-viol%C3%Aancia-contra-travestis-e-transexuais-mulheres-a-partir-de-uma-perspectiva-anal%C3%ADtico-comportamental.pdf> Acesso em: 23 mai. 2023.

DIAS, Robson Batista. **Identidade de gênero trans e contemporaneidade: Representações Sociais nos processos de formação e educação.** 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em psicologia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2837814 Acesso em: 04 abr. 2021.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, out.-dez., 2010, p. 1223-1245. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dFtMDqfdWm75WSc5vKXHCtq/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 18 jan. 2023.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 18, n. 1, mar. 2013, p. 107–126. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/8vyyv53ksSMWX7jhYsHLsXv/abstract/?lang=pt> Acesso em: 27 jun. 2023.

DIOGO, Darcianne. Servidor do Itamaraty é acusado de agredir e atear fogo em transexual. **Estado de Minas**. [s. l.], 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/06/25/interna_nacional.1160038/servidor-do-itamaraty-e-acusado-de-agredir-e-atear-fogo-em-transexual.shtml. Acesso em: 04 jul. 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002, p. 235-253. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/XyLXN7mtdPGgnScr5MgYbHK/?lang=pt> Acesso em: 28 jun. 2023.

DSM. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre/RS: Artmed, 2014.

DUBET, François. Qual democratização do ensino superior? **Caderno CRH** [online]. v. 28, n. 74, 2015, p. 255-266. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200002>. Acesso em: 04 abr. 2022.

EAP. **Relatório de Estratégia de Assistência ao País para 2004 - 2007**. Washington: Banco Mundial, 2003. Disponível em: <https://r1.ufrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/03/BIRD-EstratCAS2004-7.pdf> Acesso em: 04 abr. 2022.

ÉBOLI, Evandro. Prostitutas vítimas de perseguição na ditadura reivindicam anistia, **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, set., 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/prostitutas-vitimas-deperseguiacao-na-ditadura-reivindicam-anistia-10082257> Acesso em: 08 dez. 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

EUFRAZIO, Washington Napoleão. **A travesti pinta o rosto pra viver?: as vivências das trabalhadoras do sexo na cidade de Manaus**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Programa de Pós-graduação em sociedade e cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6134986 Acesso em: 04 abr. 2021.

EUGENIO, Gabriel Soares. **Pelo direito de existir além das barreiras patologizantes: A experiência das pessoas trans em uma perspectiva argumentativa**. 2018. Dissertação (Mestrado em direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32543> Acesso em: 28 jun. 2023.

EVANGELISTA, Joelma Inês. **O perfil socioeconômico dos estudantes negros cotistas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020. Disponível em: https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalhos/index/60?b_trab_titulo=&b_trab_area=&b_trab_orientador=&b_trab_aluno=joelma&b_trab_data_de=&b_trab_data_ate=&b_tipo_trabalho_id=#Trabalho19399 Acesso em: 02 mai. 2022.

FACH. **Impróprias – Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças**. Campo Grande/MS, [200?]. Disponível em: <https://fach.ufms.br/improprias-grupo-de-pesquisa-em-genero-sexualidade-e-diferencas/> Acesso em: 28 ago. 2023.

FAFICH. Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, **FAFICH**, Belo Horizonte/MG, [200?]. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/nuh/2016/12/28/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais-no-mundo/> Acesso em: 02 abr. 2022.

FÉLIX, Lamoniara Mendes Querino. **Estudantes cotistas com deficiência na universidade: perfil educacional e socioeconômico**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28410>. Acesso em: 02 mai. 2022.

FERNANDES, Daniela. 4 dados que mostram por que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório. **Uol**, [s.l], 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/12/07/4-dados-que-mostrar-por-que-brasil-e-um-dos-paises-mais-desiguais-do-mundo-segundo-relatorio.htm?cmpid> Acesso em: 02 abr. 2022.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** 2ª ed. São Paulo/SP: AlfaOmega, 1979.

FERREIRA, Denis Goncalves. **Conhecendo violências sofridas por travestis que vivem no centro de São Paulo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós-graduação em psicologia social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3629230 Acesso em: 02 abr. 2022.

FERRO, Leilane Ferreira et al. **Perfil socioeconômico de alunos do curso de graduação em enfermagem**. Anais VI CONEDU - Congresso Nacional de Educação. Campina Grande/PB: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/61999>. Acesso em: 02 mai. 2022.

FILHO, Antoniel dos Santos Gomes. **Experiências educacionais e sociais de travestis no Ceará: um estudo comparado em Juazeiro do Norte e Canindé**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em educação.

Universidade Federal do Ceará, 2017. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5069146 Acesso em: 04 abr. 2021.

FIPE. **Relatório Analítico Final do Projeto De Estudo Sobre Ações Discriminatórias No Âmbito Escolar**. São Paulo/SP: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf> Acesso em: 03 abr. 2022.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’. **Cadernos de campo**, São Paulo/SP, n. 14/15, 2006, p. 1-382.

Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/download/50109/54229> Acesso em: 28 jun. 2023.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida**: Reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. São Paulo/SP: Boitempo, 2022.

FRASER, Nancy. Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler. **Ideias**, Campinas/SP, v. 8, n.1, jan/jun. 2017, p. 277-294. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8650019/16428>

Acesso em: 28 jun. 2023.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo/SP, n. 70, 2007, p. 101-138. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/JwvFBqdKJnvndHhSH6C5ngr/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 03 abr. 2022.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo/SP, n. 77, 2009, p.11-39. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/BJjZvbgHXyxwYKHjYbTYCnn/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 03 abr. 2022.

FROES, Daniel. Travesti é aprovada em 1º lugar em universidade federal. **Razões para acreditar**. [s. l.], 2016. Disponível em:

<https://razoesparaacreditar.com/travesti-e-aprovada-em-1o-lugar-em-universidade-federal/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

G1. Transexual poderá usar nome social no Enem; veja dicas sobre a inscrição. **G1**, [s. l.], 2014. Disponível em:

<http://g1.globo.com/educacao/enem/2014/noticia/2014/05/transexual-podera-usar-nome-social-no-enem-veja-dicas-sobre-inscricao.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

G1. Jovem transexual morre após fazer aplicações de silicone industrial no corpo em Marília. **G1**, Bauru e Marília/SP, 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2019/12/14/jovem-transexual-morre-apos-fazer-aplicacoes-de-silicone-industrial-no-corpo-em-marilia.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2020.

G1. Polícia abre inquérito para investigar agressão a transexual em Suzano; vídeo mostra vítima levando pauladas. **G1**, Mogi das Cruzes e Suzano/SP, 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2020/03/03/policia-abre-in>

[querito-para-investigar-agressao-a-travesti-em-suzano-video-mostra-vitima-levando-pauladas.ghtml](#). Acesso em: 14 jul. 2020.

GARCIA, Cecília. O acesso à educação para população trans e a importância de políticas de permanência. **Portal aprendiz**. [s.l.], 2019. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/07/26/o-acesso-educacao-para-populacao-trans/>. Acesso em: 26 dez. 2020.

GARCIA, Débora Rogéria Neres de Souza. **Evasão no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS): O Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet**. 2021. Tese (Doutorado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/9564> Acesso em: 29 mar. 2022.

GEPPEMBS. **Grupo de Estudos e Pesquisas Política de Educação Superior/Mariluce Bittar**. Campo Grande/MS, [200?]. Disponível em: <https://geppesmb.ufms.br/> Acesso em: 28 ago. 2023.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 17 dez. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo/SP: Cortez, 2010. p. 413-435. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf> Acesso em: 28 jun. 2023.

GONZALEZ JUNIOR, Jose Luis Gomez Gonzalez. **Experiências escolares de transexuais e travestis participantes do Projeto Muriel em São Paulo: um estudo qualitativo**. 2019. 125f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7924936 Acesso em: 04 abr. 2021.

GRANJA, Cintia Denise, CARNEIRO, Ana Maria. O programa Ciência sem Fronteiras e a falha sistêmica no ciclo de políticas públicas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 110, jan-mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/n4BNgqb3M9bvBPVqRqPgMCp>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HANNA, Wellington; CUNHA, Thaís. Discriminação rouba de transexuais o direito ao estudo. **Correio Braziliense**. Recife/PE, [200?]. Disponível em:

<http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>. Acesso em: 26 dez. 2020.

HARTMANN, Jennifer. **Identidades trans* em pauta:** representações sociais de transexuais e travestis no telejornalismo policial brasileiro contemporâneo. 2014, Trabalho de conclusão de curso (Graduação em jornalismo), Centro de Comunicação e Expressão. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133704> Acesso em: 28 jun. 2023.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo:** História e Implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

IBGE. **Censo demográfico 2010.** Brasília/DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html?t=destaques> Acesso em: 03 abr. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Brasília/DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=28203&t=resultados> Acesso em: 03 abr. 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Brasília/DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938> Acesso em: 28 jun. 2023.

INEP. **Censo da Educação Superior 2021:** Divulgação dos resultados. Brasília/DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 28 dez. 2022.

INEP. **Microdados do Censo da Educação Superior (2014-2019).** Brasília/DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/microdados> Acesso em: 03 abr. 2022.

ITAQUI, Cintia. **Possibilidades de acesso à educação superior:** a experiência do transENEM Porto Alegre. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em educação. Universidade La Salle, 2018. Disponível em: <http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/1118> Acesso em: 04 abr. 2021.

JESUS, Bento Manoel de. **Transexualidades:** Experiências possíveis de constituição subjetiva em relação ao gênero. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Goiás, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8197/5/Tese%20-%20Bento%20Manoel%20de%20Jes%C3%BA%20-%202017.pdf> Acesso em: 05 abr. 2022.

JESUS, Hudson André de. **Preconceito e discriminação social:** a realidade de travestis e transexuais no acesso e permanência no trabalho. 2019. Dissertação (Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência) - Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/31059> Acesso em: 04 abr. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos.** Brasília/DF, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf> Acesso em: 28 mar. 2020.

KOMETANI, Pâmela. Transexuais enfrentam barreiras para conseguir aceitação no mercado de trabalho. **G1**. [s. l.], 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/transexuais-enfrentam-barreiras-para-conseguir-aceitacao-no-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em: 01 jul. 2020.

KULICK, Don. **Travesti: Prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil.** Rio de Janeiro/RJ: Fiocruz, 2008.

LADEIRA, Mariana Rosa Alves. **O perfil dos cotistas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e a classe menos favorecida brasileira: uma análise comparativa.** 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151630>. Acesso em: 02 mai. 2022.

LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. **Uma introdução aos estudos transgêneros.** Curitiba/PR: Transgente, 2015.

LEITE JUNIOR, Jorge. **"Nossos corpos também mudam": sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico.** 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3992/1/Jorge%20Leite%20Junior.pdf> Acesso em: 23 mai. 2023.

LIMA, Iana Gomes de. HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**. v. 45, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-463420194519091> Acesso em: 07 nov. 2022.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito de público não estatal. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Reforma universitária do Governo Lula: reflexões para o debate.** São Paulo/SP: Xamã, 2004.

LIMA, Maria Lúcia Chaves. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis.** 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/16998> Acesso em: 04 abr. 2021.

LIMA, Tatiane; XAVIER FILHA, Constantina. O fracasso escolar de mulheres transexuais e travestis nos trabalhos apresentados no GT-23 da ANPED, no período de 2005 a 2015. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande/MS**, v. 23, n. 46, 2017, p. 63-86. Disponível em: <https://www.seer.ufms.br/index.php/intm/article/view/5311> Acesso em: 04 abr. 2021.

- LOPES, Angeliza. Primeira travesti preta é aprovada no mestrado da UFJF. **Acessa.com**. Juiz de Fora/MG, 2019. Disponível em: <https://www.acessa.com/zonapink/arquivo/2019/12/14-primeira-travesti-preta-aprovada-mestrado-ufjf/>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação** - Uma perspectiva pós-estruturalista. 10 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.
- MACIEL, Carina Elisabeth. **Inclusão e educação**: Ambiguidades de um discurso. Curitiba/PR: Appris, 2020.
- MACIEL, Carina E.; CUNHA JR, Mauro; LIMA, Tatiane A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo/SP, v. 45, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/TcyrZH4JGLSqK8Jy333yrSq/?lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2022.
- MACIEL, Carina Elisabeth; GIMENEZ, Felipe Vieira; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **RBPAAE**, v. 32, n. 3, set./dez., 2016, p. 759 - 781. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68574> Acesso em: 03 abr. 2022.
- MAGALHÃES, Ana Maria Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. A produção científica sobre a expansão da educação superior e seus desdobramentos a partir do Programa Reuni: tendências e lacunas. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas/SP, v. 23, n. 2, 2018, p. 467-489. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/HPn7NtFTZQF45fXTBKCM3n/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 27 abr. 2022.
- MAIA, Dhiego. Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml> Acesso em: 12 jun. 2023.
- MANCEBO, Deise. Políticas de educação superior no Brasil. *In*: JUNIOR, João dos Reis Silva; SOUZA, José Vieira; AZEVEDO, Mário Luiz Neves; CHAVES, Vera Lúcia Jacob (Orgs.). **Educação Superior**: Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas. 1. ed. Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2015.
- MARTINS, Thays. Primeira trans a entrar para o doutorado na UnB narra sua trajetória. **Correio brasileiro**. [s. l.], 2019. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/11/30/interna_cidades_f810364/primeira-trans-a-entrar-para-o-doutorado-na-unb-narra-sua-trajetoria.shtml. Acesso em: 01 jul. 2020.
- MARTINS, Beatriz Adura. **Por uma escrita dos restos [sobre assassinatos de travestis?]**. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa Estudos da Subjetividade. da Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2660791 Acesso em: 04 abr. 2022.

MAUÉS, Marilene Silva. **A temática gênero nas produções provenientes dos grupos de pesquisa da Universidade Federal do Pará**. 2007. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/1638> Acesso em: 04 abr. 2022.

MARX, K. Ad Feuerbach (1845). In: MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

McCOWAN, Tristan; SCHENDEL, Rebecca. A mudança do papel da universidade e seu impacto na sociedade em países de baixa renda. In: SILVA JUNIOR, João dos Reis; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputa**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

MEC/SESu. **Políticas e Programas na Educação superior**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/index> Acesso em: 04 abr. 2022.

MEC. **INEP divulga perfil de candidatos; presença feminina é maioria**. Ministério da educação. [s.l.], 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/418-enem-946573306/78191-inep-divulga-perfil-de-candidatos-presenca-feminina-e-maioria>. Acesso em: 29 dez. 2022.

MEIRA, Vanessa Sander Serra e. **Entre manuais e truques: etnografando travestis nas redes do trabalho sexual**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Estadual de Campinas, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2759134 Acesso em: 04 abr. 2021.

MELLO, Luiz; AVELAR, Resende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. **Cadernos Pagu** [online], n. 39, 2012, p. 403-429. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200014> Acesso em: 11 jan. 2023.

MEZADRI, Michely. Racismo estrutural e a política de cotas nas universidades federais. In: LIMA, Katia Regina de Souza. (Org.) **Capitalismo dependente, racismo estrutural e educação brasileira: diálogos com Florestan Fernandes**. Uberlândia/MG: Navegando, p. 95-110, 2020. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_modelo_7afef105a9acb0 Acesso em: 11 jan. 2023.

MOLL, Roberto. **Reaganetion: A nação e o nacionalismo (neo)conservador nos Estados Unidos (1981-1988)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1381.pdf> Acesso em: 04 abr. 2021.

MONTENEGRO, Luiz Alberico Araújo. **Travestis e mulheres transexuais: aspectos epidemiológicos, sociais e políticos na forma de andar a vida**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais. Fundação

Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8169916 Acesso em: 04 abr. 2021.

MORENO, Ana Carolina. 'A universidade pode ser nossa', diz transexual aprovada no Sisu. **G1**. [s. l.], 2015. Disponível em:

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/01/universidade-pode-ser-nossa-diz-transexual-aprovada-no-sisu.html> Acesso em: 02 jul. 2020.

MOTTI, Antonio José Angelo. **O programa escola de conselhos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS): Um estudo de caso 1997-2015**. 2019.

Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de educação. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4443> Acesso em: 02 jul. 2020.

ND MAIS. Psicóloga transexual foge dos estereótipos investindo na carreira acadêmica e literária. **Nd mais**, Florianópolis/SC, 2020. Disponível em:

<https://ndmais.com.br/entretenimento/psicologa-transexual-foge-dos-estereotipos-investindo-na-carreira-academica-e-literaria/>. Acesso em: 01 jul. 2020.

NICOLAU, Marcio Almeida. **Artes da existência: travestis em jornais de São Paulo, décadas de 1970 e 1980**. 2019, Dissertação (Mestrado em história) - Pós-Graduação em História. Universidade Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2019. Disponível em:

<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/5192> Acesso em: 04 abr. 2022.

NOGUEIRA, Sayonara, ARAÚJO, Maria., FRANÇA, Rebeca. A importância do uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. **Geoconexões**, v. 2, 2016, p. 21-25. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/6288/pdf> Acesso em: 24 ago. 2021.

NUDHES. **Projeto Muriel**. UFMG: Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde LGBT+, 200?. Disponível em: <https://www.nudhes.com/projeto-muriel>. Acesso em: 27 out. 2021.

NUH. **Projeto Trans: travestilidades e transexualidades**. UFMG: Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT, 2016. Disponível em:

<http://www.nuhufmg.com.br/gdeufmg/index.php/projeto-trans>. Acesso em: 27 out. 2021.

OASISBR. **Sobre o oasisbr**. [s.l.] [2000?]. Disponível em:

<http://oasisbr.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 06 mai. 2020.

OLIVEIRA, Arão Davi. **O Programa Nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (Pronatec) em uma escola da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2011-2015)**. 2017. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Católica Dom Bosco, 2017. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com/bitstream/123456789/12665/1/Dissert%20-%20O%20programa%20nacional%20de%20acesso%20ao%20ensino%20t%C3%A9cnico%20e%20emprego%20pronatec%20em%20uma%20escola%20da%20rede%20estadual%20de%20ensino%20de%20Mato%20Grosso%20do%20Sul.pdf> Acesso em: 27 out. 2021.

OLIVEIRA, Jonas de Paula. **Acesso à educação superior pelo Enem/SiSU: uma análise da implementação nas universidades sul-mato-grossenses.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal da Grande Dourados, 2014. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/JONAS%20DE%20PAULA%20OLIVEIRA.pdf> Acesso em: 04 abr. 2021.

OLIVEIRA, Luciana de. Associação aponta que 175 pessoas transexuais foram mortas no Brasil em 2020 e denuncia subnotificação. **G1**, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/29/associacao-aponta-que-175-pessoas-transexuais-foram-mortas-no-brasil-em-2020-e-denuncia-subnotificacao.ghtml> Acesso em: 02 abr. 2022.

OLIVEIRA, Maria Isabel Zanzotti de. **Nas margens do corpo, da cidade e do Estado: educação, saúde e violência contra travestis.** 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-07032016-133233/pt-br.php> Acesso em: 04 abr. 2021.

OLIVEIRA, Tibério Lima. **"Meu corpo, um campo de batalha": a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital.** 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFRN_59a8985167c20fc2df4bf6e084532758 Acesso em: 04 abr. 2021.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte/BH, v. 31, n.02, abr.-jun., 2015, p. 155-182. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/Gzcl6VPqbGDxbrgwzvJ9Chy/abstract/?lang=pt> Acesso em: 04 abr. 2021.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das Travestilidades.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022. 128p.

PATRIARCA, Letizia. **As corajosas: etnografando experiências travestis na prostituição.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Social) - Programa de Pós-graduação em Ciência Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2755786 Acesso em: 04 abr. 2021.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas/SP, v. 22, n. 2, 2017, p. 301-315. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200002> Acesso em: 04 abr. 2021.

PEDRA, Caio Benevides. **Acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil:** um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões. Dissertação (Mestrado em Administração pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte/MG, 2018. Disponível em: <http://tede.fjp.mg.gov.br/bitstream/tede/381/2/FJP05-000415.pdf> Acesso em: 02 abr. 2022.

PEREIRA, Tiago Coacci Rangel. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público:** a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Pós Graduação em em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B32NG7> Acesso em: 27 ju. 2023.

PESTRE, Maria Clara Joia Bezerra. Alunos transgêneros superam discriminação e entram na universidade com curso gratuito. **Terra**. [s. l.], 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/alunos-transgeneros-superam-discriminacao-e-entram-na-universidade-com-curso-gratuito,a4b5546fa4954d41ff69fd79dd3acc9auz7gldvn.html>. Acesso em: 01 jul. 2020.

PINHEIRO JUNIOR, Francisco Marto Leal Pinheiro. **Contexto de vulnerabilidade de travestis e sua associação com a não realização do teste anti-HIV.** 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Programa de Pós-graduação em Saúde Pública. Universidade Federal do Ceará, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=161252 Acesso em: 04 abr. 2021.

PLANO PLURIANUAL. Ministério do planejamento, orçamento e gestão secretaria de planejamento e investimentos estratégicos. **Plano plurianual 2004 - 2007.** Brasília/DF: 2003. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/arquivos/planejamento/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spi-1/ppa-1/arquivos/170331_001Mensagem.pdf Acesso em: 27 jul. 2022.

PLANO PLURIANUAL. Ministério do planejamento, orçamento e gestão secretaria de planejamento e investimentos estratégicos. **Plano plurianual 2008 - 2011.** Brasília/DF: 2007. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-anteriores/ppa-2008-2011/081015_ppa_2008_mespres.pdf Acesso em: 27 jul. 2022.

PLANO PLURIANUAL. Ministério do planejamento, orçamento e gestão secretaria de planejamento e investimentos estratégicos. **Plano plurianual 2016 - 2019.** Brasília/DF: 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/242/1/PPA%20-%202016-2019.pdf> Acesso em: 27 jul. 2022.

POLAK, Roberta. **“Notas” de uma vida:** vivências trans em instituições de ensino. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-oeste, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3799667 Acesso em: 04 abr. 2022.

PRADO, Marcelo de Oliveira. **Mulheres travestis e trans: relações entre violências e subjetividades**. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5001767https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5001767 Acesso em: 04 abr. 2021.

PROGRAMA DE GOVERNO. **Um Brasil para todos - Crescimento, emprego e inclusão social**. [s.l.], 2002. Disponível em:

<https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf> Acesso em: 27 jul. 2022.

PROGRAMA DE GOVERNO. **Lula presidente Programa de governo 2007**. [s.l.], 2007. Disponível em:

https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/Programa_de_governo_2007-2010.pdf Acesso em: 27 jul. 2022.

PROGRAMA DE GOVERNO. **Para o Brasil seguir mudando**. [s.l.], 2010. Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/programadegovernoDilma.pdf> Acesso em: 27 jul. 2022.

PROGRAMA DE GOVERNO. **Mais mudanças, mais futuro**. [s.l.], 2014. Disponível em:

<https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf> Acesso em: 27 jul. 2022.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/publico/Renan_Honorio_Quinalha.pdf Acesso em: 05 abr. 2022.

REIDEL, Marina. **A pedagogia do salto alto: Histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/98604> Acesso em: 18 ago. 2023.

RIBEIRO, Jheniffer; NASCIMENTO, Vivian. **Apenas cinco universidades públicas destinam vagas a pessoas trans. Gênero e número**, [s.l.], 2023. Disponível em:

<https://www.generonumero.media/artigos/universidades-publicas-cotas-trans-travestis/#:~:text=De%20acordo%20com%20pesquisa%20elaborada,a%20ser%20feito%20em%202019> Acesso em: 12 jun. 2023.

RIBEIRO, Rômulo Cambraia. **“Tá pensando que travesti é bagunça?!”**

Decolonialidade e resistência nas experiências escolares de travestis e transexuais de Macapá/AP. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Amapá, 2019. Disponível em:

<http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/454> Acesso em: 27 jun. 2023.

RISTOFF, Dilvo. Democratização do campus: Impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. **Cadernos do GEA**, n. 9, jan.-jun., 2016. Disponível em:

https://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno_GEA_N9_Democratiza%C3%A7%C3%A3o-do-campus.pdf Acesso em: 27 jun. 2023.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas/SP. v. 19, n. 3, 2014, p. 723-747. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/yQz6tVyGStDkzSMZcVpkTbT/?lang=pt#>. Acesso em: 30 abr. 22.

RODRIGUES, Iryá. Travesti é morta a pauladas em Rio Branco e polícia investiga o caso. **G1**. Rio Branco/AC, 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/06/25/travesti-e-morta-a-pauladas-em-rio-branco-e-policia-investiga-o-caso.ghtml>. Acesso em: 04 jul. 2020.

RODRIGUES, Larissa. Weintraub sobre vestibular trans: “Mandamos voltar atrás e ponto”. **Metrópoles**, [s.l.], 2019. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/educacao-br/weintraub-sobre-intervencao-em-universidade-mandamos-voltar-e-ponto> Acesso em: 12 jun. 2023.

RODRIGUES, Patricia Gabrielle Oliveira. **Corpos em movimento, educação em questão: a trajetória escolar das travestis negras**. 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) - Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1585569 Acesso em: 04 abr. 2022.

RODRIGUES, Tassio Acosta. **Morrer para nascer Travesti: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3413321 Acesso em: 04 abr. 2022.

ROVIRA, Maria Puig. Educação em Valores e Fracasso Escolar. In: MARCHESI E GIL, Álvaro e Carlos Hernández. **Fracasso escolar: Uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre – RS: Artmed, 2004. p. 82 – 90.

RUVIARO, Débora; SILVA, Fladimir da Costa. O debate sobre a política social no âmbito da concessão/conquista. In: I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis/SC: UFSC. Disponível

em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_243.pdf
Acesso em: 01 abr. 2022.

SALES, Adriano Barbosa. **Travestis brasileiras e escolas (da vida):** cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Estadual Paulista, 2018. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6432585 Acesso em: 04 abr. 2022.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. **Formação das pessoas transexuais na universidade federal de sergipe:** enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2017. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6341190 Acesso em: 04 abr. 2022.

SANTO, Ana Cristina do Espírito. **A trajetória acadêmica e o perfil dos estudantes da Universidade Federal da Bahia, nos cursos de alta demanda, pós-sistema de cotas.** 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade. Universidade Federal da Bahia, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/14364> Acesso em: 12 mai. 2022.

SANTANA, Chinaira Raiazac Faria. **Inserção laboral de travestis e transexuais na cidade de São Paulo:** o Programa TransCidadania. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em:
<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20490> Acesso em: 04 abr. 2022.

SANTOS, Danieli. **Banco Mundial, 'gênero' e colonialidade:** Aportes desde a América Latina. Mestrado em Educação Profissional em Saúde. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde) - Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2020. Disponível em:
<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43884> Acesso em: 04 abr. 2022.

SÃO PAULO. **Projeto Reinserção Social Transcidadania.** [s.l.] 2019. Disponível em:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430. Acesso em: 18 abr. 2019.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas: Autores Associados, 2012.

SCHULZ, Rosângela; WIENKE, Felipe. O combate à injustiça racial à luz do princípio da igualdade: o caso do sistema de cotas no Brasil. **Revista Tomo**, São Cristóvão, v. 20, jan./jun. 2012, p. 87-105. Disponível em:
<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/863> Acesso em: 18 abr. 2019.

SCHLESENER, Anita Helena; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. Expansão do ensino superior: notas sobre seus limites e possibilidades. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas/SP, v. 2, n. 3, 2016, p. 518–531. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650565> Acesso em: 12 mai. 2022.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direito a universidade?** O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior. 2017. Dissertação de mestrado (Mestrado em educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9202> Acesso em: 18 abr. 2019.

SEABRA, Rodrigo Duarte, MATTEDI, Adriana Prest. Levantamento do perfil dos estudantes ingressantes nos cursos de computação da Universidade Federal de Itajubá: um estudo socioeconômico e cultural. **Revista de Sistemas e Computação**, [s.l.], v. 7, 2017, p. 44-58. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rsc/article/view/4704>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SENKEVICS, Adriano Souza. **O acesso, ao inverso:** desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020. 2021. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48137/tde-11012022-103758/pt-br.php> Acesso em: 27 jun. 2023.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. Educ. Soc., 2015, v. 36, n. 133, out. 2015. p. 867-889. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mXnvfHV57q5gHBRkDSLrGXr/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 25 jan. 2022.

SILVA, Aline Oliveira Gomes da. **Nome social como política pública nas universidades estaduais do Paraná:** Coalizões, permanências e persistências. 2017. 187f. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) - Programa de Pós-graduação em ciências sociais. Universidade Estadual de Londrina, 2017a. Disponível em: <https://pos.uel.br/ppgsoc/teses-dissertacoes/nome-social-como-politica-publica-nas-universidades-estaduais-do-parana-coalizes-permanencias-e-persistencias/> Acesso em: 25 jan. 2022.

SILVA, Aurélio Ferreira; MARTINS, Tatiana Carence. O REUNI no contexto de expansão das Universidades Federais (2007-2012). In: **Colóquio Internacional de Gestão Universitária: A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade**. 14, 2014, Santa Catarina. Anais [...]. Santa Catarina: CIGU, 2014, p. 1-14. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30408035.pdf> Acesso em: 19 abr. 2023.

SILVA, Claudielle Pavão da. **“Flores horizontais”:** Sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zona do Mangue (1960-1970). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3613341 Acesso em: 04 abr. 2022.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 42, mai., 2001, p. 295–304. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/sChGgpZPhMty6rW9V3w4NKH/?lang=pt#> Acesso em: 19 abr. 2023.

SILVA, Fábio Mariano da. **Políticas de morte para corpos sem lei: travestis e homens e mulheres transexuais da invisibilidade da vida ao descaso na morte**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22139> Acesso em: 04 abr. 2022.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Novas faces da educação superior brasileira: reforma do Estado e mudança na produção. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, 1999. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/1482>. Acesso em: 11 mai. 2022.

SILVA, Leticia Aline Lima da; et al. **Análise do perfil dos alunos do curso de zootecnia da Universidade Federal Rural de Pernambuco**. In: II Congresso Internacional das Ciências Agrárias, Natal/RN, 2017. Disponível em: <https://cointer-pdvagro.com.br/wp-content/uploads/2018/02/AN%C3%81LISE-DO-PERFIL-DOS-ALUNOS-DO-CURSO-DE-ZOOTECNIA-DA-UNIVERSIDADE-FEDERAL-RURAL-DE-PERNAMBUCO.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2022.

SILVA, Tamires Barbosa Rossi. **Experiências Multissituadas: Entre Cursinhos Trans e Ativismos: Quais Narrativas, Que Cidadania é Essa?** 2017. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) - Programa de Pós-graduação em ciências sociais. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017b. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152038> Acesso em: 02 mai. 2022.

SILVÉRIO, V. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: Educação, desigualdade e reconhecimento. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Orgs). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Fundação HeinrichBoll, ActionAid, p. 13-40, 2009.

SIMON, Guilherme. Transexual assassinada em Florianópolis sofreu agressão 15 dias antes e temia novo ataque. **NSC total**. Florianópolis/RS, 2020. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/transexual-assassinada-em-florianopolis-sofreu-agressao-15-dias-antes-e-temia-novo-ataque>. Acesso em: 08 jul. 2020.

SIMONETTI, Ana Paula Morais Mourão, MONTIEL, Caroline Beal, MASCARELLO, Guilherme. Perfil socioeconômico e cultural dos ingressantes no curso de agronomia do centro universitário FAG/Cascavel /Paraná. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia/GO, v. 13, n. 14, 2016. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2016b/agrarias/Perfil%20socio.pdf>. Acesso em: 2 mai. 2022.

SOARES, Lea Gomes da Cruz. **Mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade de Santo André: estratégia de enfrentamento**. 2018. Dissertação

(Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Católica de São Paulo, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6430287 Acesso em: 04 abr. 2022.

SOUSA, Tuanny Soeiro. **O nome que eu (não) sou:** retificação de nome e sexo de pessoas transexuais e travestis no registro civil. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições, Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2486530 Acesso em: 04 abr. 2022.

SOUZA, Carla Vieira de. **A discriminação da trabalhadora transexual no mercado formal de trabalho:** compreendendo a temática a partir de um olhar da realidade vivida por algumas transexuais de Içara/SC e Criciúma/SC. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7631801 Acesso em: 9 dez. 2021.

SOUZA, Cristiane. **Resistência trans:** Práticas sociais na construção da cidadania de travestis e transexuais na cidade do Recife. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) – Programa de Pós-Graduação em ciências sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20980> Acesso em: 9 dez. 2021.

SOUZA, Emilly Mel Fernandes de. **(Trans)passando os muros do preconceito e adentrando a universidade:** uma análise das políticas para pessoas trans* dentro das instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29145> Acesso em: 04 abr. 2022.

SOUZA, José Antonio Corrêa de. **A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014.** 2016. Dissertação (Mestrado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UTP_12f6a1dc317de305eef516e16601399f Acesso em: 04 abr. 2022.

STREMEL, Silvana. **A constituição do campo acadêmico da política educacional.** 2016. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1209> Acesso em: 04 abr. 2022.

TEIXEIRA, Marcionila. Aumenta número de estudantes trans e travestis usando nome social nas escolas estaduais. **Diário de Pernambuco.** Recife/PE, 2020. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/01/aumenta-numero-de-estudantes-trans-e-travestis-usando-nome-social-nas.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

TOITIO, Rafael Dias. **Cores e contradições:** A luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro. 2016, Tese (Doutorado em ciências sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2016.

Disponível em:

<https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/213610/cores-e-contradicoes-a-luta-pela-diversidade-sexual-e-de-ge> Acesso em: 23 mai. 2023.

TOKARNIA, Mariana. Quase 70 travestis e transexuais pediram para usar nome social no Enem. **Agência Brasil**. Brasília/DF, 2014. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-05/68-travestis-e-transexuais-pediram-para-usar-o-nome-social-no-enem>. Acesso em: 02 jul. 2020.

TÚLIO, Silvio. Curso exclusivo prepara transexuais, transgêneros e travestis para o Enem. **G1**. Goiânia/GO, 2016. Disponível em:

<http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/08/curso-exclusivo-prepara-transexuais-transgen-eros-e-travestis-para-o-enem.html>. Acesso em: 02 jul. 2020.

UFMG. Mercado de trabalho impõe barreiras à população trans. **UFMG**. Belo Horizonte/MG, 2020. Disponível em:

<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/quais-sao-as-chances-da-populacao-trans-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 01 jul. 2020.

VASCONCELOS, Osvaldo da Silva. **Trajatórias (Re) Vividas:** Hierarquias, Conflitos e Tensões na Luta por Reconhecimento entre travestis que se prostituem no Reduto, em Belém (PA). 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura. Universidade da Amazônia, 2016. Disponível em:

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4837375 Acesso em: 04 abr. 2022.

VIANA, Theyse. Mais de 100 transexuais usam nome social em escolas do CE em 2019. **Diário do Nordeste**. [s. l.], 2019. Disponível em:

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/mais-de-100-transexuais-usam-nome-social-em-escolas-do-ce-em-2019-1.2184265>. Acesso em: 30 jun. 2020.

VIEIRA, Vanessa Alves. **Direitos de travestis e transexuais no Brasil:** mapeamento normativo e análise crítica. 2018. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-11092020-153020/pt-br.php> Acesso em: 27 jun. 2023.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: Um desafio para a Orientação Profissional Ensaio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. v. 11, n. 2, jul-dez. 2010. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/125179> Acesso em: 27 jun. 2023.

APÊNDICE A - Levantamento de produções da pesquisa

Quadro 1 - Agrupamento de produções - educação

Autoria	Título	Ano
ALEXANDRE, Bruno do Prado	Sobre corpos que “não podem” aparecer: memórias de escola nas narrativas de pessoas travestis	2017
BARROS, Daniela Torres	Experiência das travestis na escola: entre nós e estratégias de resistências	2014
BRITO, Camila Pina	“Já é negro e ainda quer ser travesti?” – Experiências trans de mulheres negras	2016
DIAS, Robson Batista	Identidade de gênero trans e contemporaneidade: Representações Sociais nos processos de formação e educação	2015
FILHO, Antoniel dos Santos Gomes	Experiências educacionais e sociais de travestis no Ceará: um estudo comparado em Juazeiro do Norte e Canindé	2017
BARCELLOS JUNIOR, Waldyr	Trajetórias escolares das travestis do interior: história, (des)aprendizagens e educação	2018
MORAES, Cristiano da Silva Brasil de	Transexual, transversal, transgressão: O que dizem docentes sobre pessoas trans* na escola	2016
ONORO, Carmen dos Santos	A transexualidade e o direito à educação inclusiva	2019
POLAK, Roberta	“Notas” de uma vida: vivências trans em instituições de ensino	2016
RIBEIRO, Rômulo Cambraia	“TÁ PENSANDO QUE TRAVESTI É BAGUNÇA?!” Decolonialidade e resistência nas experiências escolares de travestis e transexuais de Macapá	2019
RODRIGUES, Patricia Gabrielle Oliveira	Corpos em movimento, educação em questão: a trajetória escolar das travestis negras	2014
RODRIGUES, Tassio Acosta	Morrer para nascer Travesti: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância	2016
SILVA, Tamires Barbosa Rossi	Experiências multissituadas: entre cursinhos trans e ativismos: quais narrativas, que cidadania é essa?	2017
ITAQUI, Cintia	Possibilidades de acesso à educação superior: a experiência do transENEM Porto Alegre	2018
SANTOS, Adriana Lohanna dos	Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico	2017
SCOTE, Fausto Delphino.	Será que temos mesmo direito a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior	2017
SILVA, Aline Oliveira Gomes da	Nome social como política pública nas universidades estaduais do Paraná: coalizões, permanências e persistências	2017

(continuação quadro 1)

SOUZA, Emilly Mel Fernandes de	(Trans)passando os muros do preconceito e adentrando a universidade: uma análise das políticas para pessoas trans* dentro das instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte	2019
JUNIOR, Jose Luis Gomez Gonzalez	Experiências escolares de transexuais e travestis participantes do Projeto Muriel em São Paulo: um estudo qualitativo	2019
LIMA, Maria Lúcia Chaves	O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis	2013
RIBEIRO, Izaque Machado	Cidadanias precárias: sujeitos trans e educação	2019
SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da	Vidas precárias de estudantes trans: educação, diferenças e projetos de vidas possíveis	2019
TORRES, Marco Antonio	A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas	2012
CORREA, Crishna Mirella de Andrade	Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil	2017

Fontes: Oasisbr, Portal de Teses e dissertações da CAPES e BDTD.

Quadro 2 - Agrupamento de produções - trabalho

Autoria	Título	Ano
HARTMANN, Jennifer Morel	Transições e resistências: empregabilidade de mulheres trans e travestis em Florianópolis	2017
JESUS, Hudson André de	Preconceito e discriminação social: a realidade de travestis e transexuais no acesso e permanência no trabalho	2019
OLIVEIRA, Tibério Lima	"Meu corpo, um campo de batalha": a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital	2016
SANTANA, Chinaira Raiazac Faria	Inserção laboral de travestis e transexuais na cidade de São Paulo: o Programa TransCidadania	2017
SANTOS, Nathalia Carolini Mendes dos	Mercado de trabalho do transexual - Proibição da discriminação, o trabalho decente e as ações afirmativas como forma de inclusão	2018
SOUZA, Carla Vieira de	A discriminação da trabalhadora transexual no mercado formal de trabalho: compreendendo a temática a partir de um olhar da realidade vivida por algumas transexuais de Içara/SC e Criciúma/SC	2020
EUFRAZIO, Napoleão	A travesti pinta o rosto pra viver?: as vivências das trabalhadoras do sexo na cidade de Manaus	2017
MEIRA, Vanessa Sander Serra e	Entre manuais e truques: etnografando travestis nas redes do trabalho sexual	2015
PATRIARCA, Letizia	As corajosas: etnografando experiências travestis na prostituição	2015

(continuação quadro 2)

SILVA, Claudielle Pavão da	“Flores horizontais”: Sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zona do Mangue (1960-1970)	2016
VASCONCELOS, Osvaldo da Silva	Trajetórias (Re)Vividas: Hierarquias, Conflitos e Tensões na Luta por Reconhecimento entre travestis que se prostituem no Reduto, em Belém (PA)	2016

Fontes: Oasisbr, Portal de Teses e dissertações da CAPES e BDTD.

Quadro 3 - Agrupamento de produções - marginalização

Autoria	Título	Ano
GUARANHA, Camila	O desafio da equidade e da integralidade: travestilidades e transexualidades no sistema único de saúde	2014
COSTA, Cicera Glaudiane Holanda	Travestilidades: incursões sobre envelhecimento a partir das trajetórias de vida de travestis na Cidade do Recife	2013
BRAZ, Ednaldo da Costa	Travestis e (re)ações à violência sofrida nos espaços de prostituição na cidade de Campina Grande/ PB	2016
CABRAL, Vinicius	Espaço e morte nas representações sociais das travestis e transexuais femininas	2015
CAPUTO, Ubirajara de None	Geni e os direitos humanos: um retrato da violência contra pessoas trans no Brasil do século XXI	2018
DEVIDES, Maria Beatriz Carvalho	A violência contra travestis e transexuais mulheres a partir de uma perspectiva analítico-comportamental	2018
FERREIRA, Denis Goncalves	Conhecendo violências sofridas por travestis que vivem no centro de São Paulo	2016
PRADO, Marcelo de Oliveira	Mulheres travestis e trans: relações entre violências e subjetividades	2017
SOARES, Lea Gomes da Cruz	Mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade de Santo André: estratégia de enfrentamento	2018
PINHEIRO JUNIOR, Francisco Marto Leal	Contexto de vulnerabilidade de travestis e sua associação com a não realização do teste anti-HIV	2013
SILVA, Fábio Mariano da	Políticas de morte para corpos sem lei: travestis e homens e mulheres transexuais da invisibilidade da vida ao descaso na morte	2019
MONTENEGRO, Luiz Alberico Araújo	Travestis e mulheres transexuais: aspectos epidemiológicos, sociais e políticos na forma de andar a vida	2019
SOUZA, Laio Magno Santos de	Estigma e vulnerabilidade ao HIV/aids entre travestis e mulheres transexuais	2018
BUSIN, Valéria Melki	Morra para se libertar: estigmatização e violência contra travestis	2015
MARTINS, Beatriz Adura	Por uma escrita dos restos [sobre assassinatos de travestis?]	2015

(continuação quadro 3)

NAVAS, Kleber Mascarenhas	Vidas e corpos em trânsito: tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital	2016
---------------------------	--	------

Fontes: Oasisbr, Portal de Teses e dissertações da CAPES e BDTD.

Quadro 4 - Agrupamento de produções - movimentos sociais

Autoria	Título	Ano
BERGEMANN, Ingo Friebolin	Mudança de nome e sexo no registro civil: transexualismo e travestismo	2013
COSTA, Welington Oliveira de Souza dos Anjos	Minha identidade não é sua e eu não sou minha genital: a realidade jurídico-registral de transexuais	2018
SANTOS, Keliene Ferreira dos	Transexualidade, gênero e preconceito: impasses e desafios na retificação do registro civil em Manaus, Amazonas	2018
SOUSA, Tuanny Soeiro	O nome que eu (nao) sou: retificação de nome e sexo de pessoas transexuais e travestis no registro civil	2015
OLIVEIRA, Maria Isabel Zanzotti de	Nas margens do corpo, da cidade e do Estado: educação, saúde e violência contra travestis	2015
PEDRA, Caio Benevides	Acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões	2018
PIERINI NETO, Edgar	Os programas de ações afirmativas em prol da população transexual e travesti	2019
PINHEIRO, Tarcísio Dunga	Entre elas: políticas públicas e cidadania de travestis e mulheres transexuais de uma ONG em Natal/RN	2016
SOUZA, Cristiane Prudenciano de	Resistência trans: práticas sociais na construção da cidadania de travestis e transexuais na cidade do Recife	2018
CARVALHO, Mario Felipe de Lima	Que mulher é essa? identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais	2011
OLIVEIRA, Augusta Silveira de	"Tenho o direito de ser quem eu sou" : o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010)	2018
SILVA, Carolina Cavalcante Lins	Da busca pela cidadania à luta pela vida: o ativismo político de travestis e transexuais na cidade de Maceió-AL	2016
GARCIA, Marcos Roberto Vieira	'Dragões': gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda	2007
PEREIRA, Thiago Coacci Rangel	Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil	2018
SALES, Adriano Barbosa	Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades	2018

Fontes: Oasisbr, Portal de Teses e dissertações da CAPES e BDTD.

APÊNDICE B - Levantamento de notícias da pesquisa

Quadro 1 - Agrupamento de notícias - educação

Autoria	Título	Ano
TOKARNIA, Mariana (Agência Brasil)	Quase 70 travestis e transexuais pediram para usar nome social no Enem.	2014
G1	Transexual poderá usar nome social no Enem; veja dicas sobre a inscrição	2014
CAZARRÉ, Marieta (EBC)	Preconceito afasta transexuais do ambiente escolar e do mercado de trabalho	2015
HANNA, Wellington; CUNHA, Thais (Correio Braziliense)	Discriminação rouba de transexuais o direito ao estudo	200?
GARCIA, Cecília (Portal aprendiz)	O acesso à educação para população trans e a importância de políticas de permanência	2019
TEIXEIRA, Marcionila (Diário de Pernambuco)	Aumenta número de estudantes trans e travestis usando nome social nas escolas estaduais	2020
VIANA, Theyse (Diário do nordeste)	Mais de 100 transexuais usam nome social em escolas do CE em 2019	2019
ALVES, Jamile (G1)	Mulheres trans reivindicam direito à educação no AM: 'Merecemos isso'	2016
PESTRE, Maria Clara Joia Bezerra (Terra)	Alunos transgêneros superam discriminação e entram na universidade com curso gratuito	2018
AYER, Flávia (Estado de Minas)	Professor cria espaço de estudo voltado para transexuais, travestis e transgêneros	2016
BOECKEL, Cristina (G1)	Curso preparatório para o Enem reúne transexuais e travestis no Rio	2015
CAETANO, Érica (Brasil escola)	Estudantes trans encontram em cursinhos LGBT o apoio para ingressar na faculdade	2017
FAHEÍNA, Caio (Governo do Estado do Ceará)	O acesso à educação de pessoas trans e travestis é a luta diária da cearense Syssa Monteiro	2017
TÚLIO, Silvio (G1)	Curso exclusivo prepara transexuais, transgêneros e travestis para o Enem	2016
GIORDAN, Isabela	Minorias nas faculdades: por que o acesso ao Ensino Superior ainda é restrito no Brasil?	2017
BRASIL, Agência (Correio do povo)	PSisu oferece 142 vagas específicas para pessoas trans em três universidades	2020
MAIA, Dhiego (Folha de São Paulo)	Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans	2019
DELCOLLI, Caio (Huffpost)	Por que chegou a hora de falar sobre cotas para pessoas transgênero no Brasil	2018

(continuação quadro 1)

FERNANDES, Marcella (Huffpost)	Resposta sobre cotas para pessoas trans em universidades pode vir do Judiciário	2019
MORENO, Ana Carolina (G1)	'A universidade pode ser nossa', diz transexual aprovada no Sisu	2015
FROES, Daniel (Razões para acreditar)	Travesti é aprovada em 1º lugar em universidade federal	2016
ND MAIS	Psicóloga transexual foge dos estereótipos investindo na carreira acadêmica e literária	2020
CATRACA LIVRE	Conheça 8 exemplos de representatividade trans na universidade	2017
ANSELMO, Livia (A crítica)	Primeira trans reconhecida pela UFAM com nome social conclui ensino superior	2018
ARAÚJO, Fabrício (G1)	'É preciso coragem', diz primeiro aluno trans a usar nome social na Universidade Estadual de Roraima	2020
LOPES, Angeliza (Acessa.com)	Primeira travesti preta é aprovada no mestrado da UFJF	2019
MARTINS, Thays (Correio brasileiro)	Primeira trans a entrar para o doutorado na UNB narra sua trajetória	2019

Fontes: Busca no *google*.

Quadro 2 - Agrupamento de notícias - trabalho

Autoria	Título	Ano
SENE, Soraia (Mira policial)	Polícia de Santa Catarina tem primeira policial trans de sua história	2020
NASCIMENTO, André (G1)	Primeira professora travesti é empossada na Universidade Federal do Piauí	2019
MUNIZ, Tácia (G1)	'Protagonismo', diz primeira servidora transexual empossada no Ministério Público do Acre	2017
ARAÚJO, Mirella (Folha de Pernambuco)	Pernambuco tem a primeira farmacêutica trans	2019
BATISTA, Everton Lopes; BARBON, Júlia (Folha de São Paulo)	Pequenas empresas se abrem para receber funcionários transexuais	2017
MATOS, Willian (Jornal de Brasília)	Projeto de Lei quer dar espaço a travestis e transexuais no mercado	2020
GALVANI, Giovanna (Carta capital)	Projeto de lei quer reserva de vagas a transexuais em empresas no Rio	2019
UFMG	Mercado de trabalho impõe barreiras à população trans	2020
KOMETANI, Pâmela (G1)	Transexuais enfrentam barreiras para conseguir aceitação no mercado de trabalho	2017

(continuação quadro 2)

CARPILOVSKY, Alexia (Projeto colabora)	Passabilidade: a aparência também como barreira para trans no trabalho	2020
MAIA, Flávia (Correio braziliense)	Desafio dos transexuais no mercado de trabalho é a baixa escolaridade	2016
DAROIT, Felipe (Gauchazh)	Após obter empregos em programa de inclusão, transexuais comemoram mudança de vida	2018
BRAZILIENSE, Correio (Diário de Pernambuco)	Faltam vagas para trans no mercado de trabalho, por discriminação	2018
CASTRO, Yasmin (G1)	Sem oportunidades de trabalho, transexuais encontram alternativa no empreendedorismo	2020

Fontes: Busca no *google*.

Quadro 3 - Agrupamento de notícias - Marginalização

Autoria	Título	Ano
VASCONCELOS, Caê (Ponte)	As armadilhas para quem pesquisa violência contra LGBT+ no Brasil	2019
ESHOJE	Pesquisa inédita aponta perfil econômico e social de travestis e transexuais da GV	2018
MARTINELLI, Andréa; FERNANDES, Marcella (Huffpost)	STF decide que transexuais podem alterar nome no registro civil sem cirurgia de mudança de sexo	2018
FERNANDES, Raphael (Diário do Rio)	Travestis e transexuais poderão utilizar banheiros segundo suas identidades de gênero autodeclaradas	2020
G1	Ambulatório de transexuais e travestis é inaugurado no Hospital Giselda Trigueiro, em Natal	2020
MARIMALDO, Thayane (O imparcial)	Mulher trans é expulsa de shopping após ser proibida de usar banheiro feminino	2020
ROSSI, Marina (Él país)	Os direitos básicos aos quais transexuais e travestis não têm acesso	2015
PUTTI, Alexandre (Carta capital)	“Eu moro na rua, mas ainda sonho”. A vulnerabilidade das pessoas trans que vivem nas ruas de SP	2020
OTTO, Isabella (Capricho)	A vida de transexuais pretos no país mais transfóbico e racista do globo	2020
MARTINS, Jomar (Consultor jurídico)	Transexual identificada como homem por hospital será indenizada em danos morais	2020
QUEIROGA, Louise (O globo)	Brasil segue no primeiro lugar do ranking de assassinatos de transexuais	2018

(continuação quadro 3)

SUDRÉ, Lu (Brasil de fato)	Em 2019, 124 pessoas trans foram assassinadas no Brasil	2020
BORTONI, Larissa (Senado notícias)	Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional	2017
DIOGO, Darciannne (Estado de Minas)	Servidor do Itamaraty é acusado de agredir e atear fogo em transexual	2020
RODRIGUES, Iryá (G1)	Travesti é morta a pauladas em Rio Branco e polícia investiga o caso	2020
SIMON, Guilherme (NSC total)	Transexual assassinada em Florianópolis sofreu agressão 15 dias antes e temia novo ataque	2020
G1	Polícia abre inquérito para investigar agressão a transexual em Suzano; vídeo mostra vítima levando pauladas	2020
FARIAS, Michelle (G1)	Travesti denuncia que foi impedida de usar banheiro feminino em shopping de Maceió	2020
ARAÚJO, Glauco (G1)	Transexual morre após ser agredida na Zona Sul de São Paulo	2019
G1	Jovem transexual morre após fazer aplicações de silicone industrial no corpo em Marília	2019
BELÉM, Rafael (Casa vogue)	Fora de casa: a vida dos LGBTIs expulsos pela família e acolhidos nas ruas	2020

Fonte: Elaboração própria com base em busca no *google*.

APÊNDICE C - Levantamento de dados do ENEM

Quadro 1 - Número de inscritas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2015

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		278
Norte	Rondônia	1
	Amazonas	1
	Pará	4
	Tocantins	1
Nordeste	Maranhão	4
	Piauí	2
	Ceará	8
	Rio Grande do Norte	6
	Paraíba	3
	Pernambuco	12
	Alagoas	1
	Sergipe	6
	Bahia	18
Sudeste	Minas Gerais	28
	Espírito Santo	4
	Rio de Janeiro	31
	São Paulo	90
Sul	Paraná	23
	Santa Catarina	3
	Rio Grande do Sul	13
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	4
	Mato Grosso	2
	Goiás	8
	Distrito Federal	5

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2015).

Quadro 2 - Número de egressas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2015

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		180
Norte	Rondônia	1
	Amazonas	1
	Pará	4
	Tocantins	1
Nordeste	Maranhão	3
	Piauí	2
	Ceará	6
	Rio Grande do Norte	5
	Paraíba	2
	Pernambuco	7
	Sergipe	4
	Bahia	13
Sudeste	Minas Gerais	23
	Espírito Santo	2
	Rio de Janeiro	19
	São Paulo	45
Sul	Paraná	18
	Santa Catarina	2
	Rio Grande do Sul	8
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	1
	Mato Grosso	2
	Goiás	7
	Distrito Federal	4

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2015).

Quadro 3 - Número de concluintes no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2015

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		28
Norte	-	0
Nordeste	Maranhão	1
	Paraíba	1
	Pernambuco	3
Sudeste	Minas Gerais	2
	Espírito Santo	2
	Rio de Janeiro	2
	São Paulo	9
Sul	Paraná	2
	Rio Grande do Sul	3
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	1
	Goiás	1
	Distrito Federal	1

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2015).

Quadro 4 - Número de cursistas no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2015

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		15
Norte	-	0
Nordeste	Ceará	1
	Pernambuco	1
	Bahia	2
Sudeste	Minas Gerais	1
	Rio de Janeiro	4
	São Paulo	4
Sul	Paraná	2
Centro-oeste	-	0

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2015).

Quadro 5 - Número de não concluintes e não egressas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2015

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		55
Norte		0
Nordeste	Ceará	1
	Rio Grande do Norte	1
	Pernambuco	1
	Alagoas	1
	Sergipe	2
	Bahia	3
Sudeste	Minas Gerais	2
	Rio de Janeiro	6
	São Paulo	32
Sul	Paraná	1
	Santa Catarina	1
	Rio Grande do Sul	2
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	2

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2015).

Quadro 6 - Número de inscritas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2016

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		431
Norte	Rondônia	3
	Roraima	1
	Pará	4
	Amapá	1
	Tocantins	1

(continuação quadro 6)

Nordeste	Maranhão	4
	Piauí	1
	Ceará	10
	Rio Grande do Norte	6
	Paraíba	7
	Pernambuco	14
	Alagoas	2
	Sergipe	3
	Bahia	21
Sudeste	Minas Gerais	39
	Espírito Santo	6
	Rio de Janeiro	36
	São Paulo	188
Sul	Paraná	26
	Santa Catarina	11
	Rio Grande do Sul	17
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	8
	Mato Grosso	1
	Goiás	13
	Distrito Federal	8

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2016).

Quadro 7 - Número de egressas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2016

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		257
Norte	Rondônia	2
	Pará	4
	Amapá	1
	Tocantins	1

(continuação quadro 7)

Nordeste	Maranhão	3
	Piauí	1
	Ceará	8
	Rio Grande do Norte	6
	Paraíba	6
	Pernambuco	13
	Alagoas	1
	Sergipe	2
	Bahia	15
Sudeste	Minas Gerais	26
	Espírito Santo	4
	Rio de Janeiro	23
	São Paulo	84
Sul	Paraná	14
	Santa Catarina	8
	Rio Grande do Sul	14
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	6
	Goiás	9
	Distrito Federal	6

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2016).

Quadro 8 - Número de concluintes no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2016

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		42
Norte	-	0
Nordeste	Ceará	1
	Alagoas	1
	Bahia	5

(continuação quadro 8)

Sudeste	Minas Gerais	3
	Espírito Santo	2
	Rio de Janeiro	5
	São Paulo	12
Sul	Paraná	6
	Santa Catarina	1
	Rio Grande do Sul	2
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	1
	Goiás	2
	Distrito Federal	1

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2016).

Quadro 9 - Número de cursistas no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2016

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		58
Norte		0
Nordeste	Ceará	1
	Sergipe	1
	Bahia	1
Sudeste	Minas Gerais	1
	Rio de Janeiro	4
	São Paulo	47
Sul	Paraná	2
	Santa Catarina	1
Centro-oeste		0

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2016).

Quadro 10 - Número de não concluintes e não egressas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2016

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		74
Norte	Rondônia	1
	Roraima	1
Nordeste	Maranhão	1
	Paraíba	1
	Pernambuco	1
Sudeste	Minas Gerais	9
	Rio de Janeiro	4
	São Paulo	45
Sul	Paraná	4
	Santa Catarina	1
	Rio Grande do Sul	1
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	1
	Mato Grosso	1
	Goiás	2
	Distrito Federal	1

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2016).

Quadro 11 - Número de inscritas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2017

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		305
Norte	Rondônia	2
	Amazonas	1
	Roraima	1
	Pará	7
	Tocantins	1
Nordeste	Maranhão	7
	Piauí	1
	Ceará	13
	Rio Grande do Norte	8
	Paraíba	4
	Pernambuco	19
	Alagoas	2
	Sergipe	2
	Bahia	31
Sudeste	Minas Gerais	43
	Espírito Santo	8
	Rio de Janeiro	32
	São Paulo	74
Sul	Paraná	13
	Santa Catarina	5
	Rio Grande do Sul	12
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	1
	Mato Grosso	3
	Goiás	8
	Distrito Federal	7

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2017).

Quadro 12 - Número de egressas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2017

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		230
Norte	Rondônia	1
	Amazonas	1
	Roraima	1
	Pará	7
	Tocantins	1
Nordeste	Maranhão	7
	Piauí	1
	Ceará	10
	Rio Grande do Norte	6
	Paraíba	4
	Pernambuco	16
	Alagoas	2
	Sergipe	1
	Bahia	22
Sudeste	Minas Gerais	31
	Espírito Santo	7
	Rio de Janeiro	23
	São Paulo	56
Sul	Paraná	8
	Santa Catarina	2
	Rio Grande do Sul	8
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	1
	Mato Grosso	3
	Goiás	7
	Distrito Federal	4

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2017).

Quadro 13 - Número de concluintes no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2017

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		58
Norte	-	0
Nordeste	Ceará	3
	Rio Grande do Norte	2
	Pernambuco	2
	Sergipe	1
	Bahia	7
Sudeste	Minas Gerais	8
	Espírito Santo	1
	Rio de Janeiro	8
	São Paulo	12
Sul	Paraná	4
	Santa Catarina	3
	Rio Grande do Sul	3
Centro-oeste	Goiás	1
	Distrito Federal	3

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2017).

Quadro 14 - Número de cursistas no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2017

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		8
Norte	Rondônia	1
Nordeste	Pernambuco	1
	Bahia	1
Sudeste	Minas Gerais	1
	São Paulo	2
Sul	Paraná	1
	Rio Grande do Sul	1
Centro-oeste	-	0

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2017).

Quadro 15 - Número de não concluintes e não egressas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2017

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		9
Norte		0
Nordeste	Bahia	1
Sudeste	Minas Gerais	3
	Rio de Janeiro	1
	São Paulo	4
Sul		0
Centro-oeste		0

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2017).

Quadro 16 - Número de inscritas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2018

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		251
Norte	Rondônia	3
	Amazonas	3
	Roraima	1
	Pará	8
	Amapá	2
	Tocantins	1
Nordeste	Maranhão	2
	Piauí	2
	Ceará	16
	Rio Grande do Norte	6
	Paraíba	2
	Pernambuco	21
	Alagoas	4
	Sergipe	2
Bahia	9	

(continuação quadro 16)

Sudeste	Minas Gerais	33
	Espírito Santo	2
	Rio de Janeiro	33
	São Paulo	56
Sul	Paraná	9
	Santa Catarina	9
	Rio Grande do Sul	15
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	5
	Mato Grosso	1
	Goiás	4
	Distrito Federal	2

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2018).

Quadro 17 - Número de egressas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2018

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		188
Norte	Rondônia	2
	Amazonas	3
	Roraima	1
	Pará	8
	Amapá	2
	Tocantins	1
Nordeste	Maranhão	1
	Piauí	1
	Ceará	14
	Rio Grande do Norte	3
	Paraíba	2
	Pernambuco	15
	Alagoas	3
	Sergipe	2
	Bahia	6

(continuação quadro 17)

Sudeste	Minas Gerais	23
	Espírito Santo	1
	Rio de Janeiro	28
	São Paulo	41
Sul	Paraná	3
	Santa Catarina	5
	Rio Grande do Sul	13
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	4
	Mato Grosso	0
	Goiás	4
	Distrito Federal	2

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2018).

Quadro 18 - Número de concluintes no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2018

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		44
Norte	Rondônia	1
Nordeste	Maranhão	1
	Piauí	1
	Ceará	2
	Rio Grande do Norte	2
	Pernambuco	4
	Bahia	2
Sudeste	Minas Gerais	9
	Rio de Janeiro	3
	São Paulo	12
Sul	Paraná	3
	Santa Catarina	2
	Rio Grande do Sul	1
Centro-oeste	Mato Grosso	1

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2018).

Quadro 19 - Número de cursistas no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2018

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		16
Norte		0
Nordeste	Rio Grande do Norte	1
	Pernambuco	2
	Alagoas	1
	Bahia	1
Sudeste	Minas Gerais	1
	Espírito Santo	1
	Rio de Janeiro	2
	São Paulo	3
Sul	Paraná	2
	Santa Catarina	1
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	1

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2018).

Quadro 20 - Número de não concluintes e não egressas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2018

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		3
Norte		0
Nordeste		0
Sudeste		0
Sul Sul Sul	Paraná	1
	Santa Catarina	1
	Rio Grande do Sul	1
Centro-oeste		0

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2018).

Quadro 21 - Número de inscritas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2019

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		394
Norte	Rondônia	1
	Acre	4
	Amazonas	1
	Roraima	1
	Pará	9
	Amapá	1
	Tocantins	3
Nordeste	Maranhão	8
	Piauí	5
	Ceará	39
	Rio Grande do Norte	11
	Paraíba	7
	Pernambuco	19
	Alagoas	4
	Sergipe	2
	Bahia	24
Sudeste	Minas Gerais	35
	Espírito Santo	9
	Rio de Janeiro	58
	São Paulo	91
Sul	Paraná	14
	Santa Catarina	5
	Rio Grande do Sul	17
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	4
	Mato Grosso	3
	Goiás	12
	Distrito Federal	7

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2019).

Quadro 22 - Número de egressas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2019

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		269
Norte	Rondônia	1
	Acre	3
	Pará	7
	Amapá	1
	Tocantins	2
Nordeste	Maranhão	4
	Piauí	4
	Ceará	26
	Rio Grande do Norte	7
	Paraíba	4
	Pernambuco	12
	Alagoas	2
	Bahia	18
Sudeste	Minas Gerais	25
	Espírito Santo	9
	Rio de Janeiro	43
	São Paulo	65
Sul	Paraná	8
	Santa Catarina	2
	Rio Grande do Sul	10
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	2
	Mato Grosso	2
	Goiás	7
	Distrito Federal	5

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2019).

Quadro 23 - Número de concluintes no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2019

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		108
Norte	Acre	1
	Amazonas	1
	Roraima	1
	Pará	2
	Tocantins	1
Nordeste	Maranhão	4
	Ceará	12
	Rio Grande do Norte	4
	Paraíba	2
	Pernambuco	6
	Alagoas	2
	Sergipe	2
	Bahia	3
Sudeste	Minas Gerais	9
	Rio de Janeiro	13
	São Paulo	25
Sul	Paraná	6
	Santa Catarina	3
	Rio Grande do Sul	5
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	1
	Mato Grosso	1
	Goiás	3
	Distrito Federal	1

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2019).

Quadro 24 - Número de cursistas no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2019

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		15
Norte		0
Nordeste	Piauí	1
	Ceará	1
	Pernambuco	1
	Bahia	3
Sudeste	Minas Gerais	1
	Rio de Janeiro	2
	São Paulo	1
Sul	Rio Grande do Sul	2
Centro-oeste	Goiás	2
	Distrito Federal	1

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2019).

Quadro 25 - Número de não concluintes e não egressas/os no ENEM que solicitaram o nome social por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2019

Região geográfica	Unidade de Federação	Nome social
Brasil		2
Norte		0
Nordeste	Paraíba	1
Sudeste		0
Sul		0
Centro-oeste	Mato Grosso do Sul	1

Fonte: Dados do Censo da Educação Superior disponíveis no *site* do INEP (INEP, 2019).